



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**2ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade
Ambiental e Gestão de Resíduos.**

Brasília/DF.
17 de Abril de 2012.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Já temos, pela
47 informação aqui, DConama, nós já temos quórum para iniciar a reunião. Não
48 sei se todos, eu imagino, quase todos aqui estavam na primeira reunião, mas
49 eu acho que é interessante, de toda forma, nós fazemos uma rodadazinha de
50 apresentação, para aqueles que não estiveram na 1ª reunião, essa é a 2ª
51 reunião da Câmara, portanto ainda estamos em um processo de instalação, de
52 certa forma. Para quem não me conhece o meu nome é Márcio Freitas eu sou
53 representante do Ibama, na Câmara Técnica. E... Então, passaria aí a uma
54 rodada rápida de apresentações, para nós identificarmos as representações
55 aqui e dar início aos trabalhos.

56

57

58 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
59 Bom dia a todos. O meu nome é o Alfredo Roca, eu estou aqui representando o
60 Governo do Estado de São Paulo.

61

62

63 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Bom dia a todos. Evandro Costa, da
64 Confederação Nacional do Comércio.

65

66

67 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – José Eduardo
68 Lutti, representando o Instituto Planeta Verde.

69

70

71 **SRª. JUSSARA CARVALHO (Anamma Nacional)** – Jussara Carvalho,
72 representando a Anamma Nacional.

73

74

75 **SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Governo do Rio Grande do Norte)** – Sérgio
76 Macedo, representando o Rio Grande do Norte.

77

78

79 **SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA MOTA (Governo da Bahia)** – Júlio Motta,
80 representando o Governo da Bahia.

81

82

83 **SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Wanderley Batista,
84 representando a Confederação Nacional da Indústria.

85

86

87 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Adriano, DConama.

88

89

90 **SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONE (Ministério Público/SP)** –
91 Engenheiro José Roberto Ramos Falcone, Ministério Público do Estado de São
92 Paulo.

93

94

95A SR^a. **KARINA KAMEI (Ministério Público/SP)** – Karina Kamei, prometedora
96de justiça, coordenadora da área de meio ambiente do Ministério Público de
97São Paulo.

98

99

100O SR. **ROBERTO VARJABEDIAN (Ministério Público/SP)** – Roberto
101Varjabedian, assistente técnico do Ministério Público do Estado de São Paulo.

102

103

104A SR^a. **PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT.

105

106

107A SR^a. **SIBELE (Ministério dos Transportes)** – Sibeles, Ministério dos
108Transportes.

109

110

111A SR^a. **ADRIANA BESSA (Ministério dos Transportes)** – Adriana Bessa,
112Ministério dos Transportes.

113

114

115O SR. **DIÓGENES DEL BEL (Associação das Empresas de Tratamento de**
116**Resíduos)** – Diógenes Del Bel, ABETRE, Associação das Empresas de
117Tratamento de Resíduos.

118

119

120O SR. **ROBSON JOSÉ CALIXTO (DConama)** – José Calixto, gerência do
121DConama.

122

123

124O SR. **RONALDO HYPÓLITO (MMA)** – Ronaldo Hypólito, gerente do
125Departamento de Ambiente Urbano da Secretária de Recursos Hídricos,
126Ministério do Meio Ambiente.

127

128

129A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
130**DConama)** - Adriana Mandarino, diretora do Conama.

131

132

133O SR. **BRUNO (PATRI)** – Bruno, PATRI, Consultoria Política.

134

135

136A SR^a. **REGISLAINE GUIZELINI (Votorantim)** – Regislaine Guizelini,
137Votorantim.

138

139

140O SR. **LUIZ FERNANDO (Ministério do Meio Ambiente)** – Luiz Fernando
141Ministério do Meio Ambiente.

142

143

144O SR. **MILTON DE SOUZA (ANDA)** – Milton do Souza, ANDA.

145

146

147 **O SR. EDIMILSON COSTA (ANAMA)** – Edmilson Costa, consultor da
148 Anamma.

149

150

151 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Gilberto Werneck, Ibama, sou
152 analista ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental.

153

154

155 **O SR. VITOR SARNO (Ibama)** – Vitor Sarno, analista ambiental também, da
156 Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama.

157

158

159 **O SR. ALBER VASCONCELOS (Secretaria de Portos da Presidência da**
160 **República)** – Alber Vasconcelos, Secretaria de Portos da Presidência da
161 República.

162

163

164 **O SR. ATHAYDE DE ALMEIDA (ABRATI)** – Athayde de Almeida, da ABRATI,
165 Associação dos Transportadores.

166

167

168 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu lembro a
169 todos que, durante as manifestações, façam a identificação antes da
170 manifestação, porque nós estamos só com agravação hoje. Isso facilita a
171 identificação depois e a transcrição. Nós temos agora, segundo a nossa pauta,
172 aprovação do resultado e da transcrição, *ipsis verbis* da 1ª reunião da Câmara,
173 nos dias, 08 e 09 de fevereiro. Isso estava disponível no site. Eu pergunto se
174 os Conselheiros têm alguma observação a fazer ou se concordam, nós
175 aprovamos o resultado da transcrição e o resultado e a transcrição. Ok,
176 nenhuma manifestação? Consideramos aprovado, então. Ante de nós
177 entrarmos na Ordem do Dia, eu consulto sobre alguma proposta de alteração
178 da pauta, se há alguma proposta de alteração.

179

180

181 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson. Eu
182 gostaria de propor aos Conselheiros, se nós poderíamos tratar do informe,
183 porque eu só posso ficar aqui hoje, no dia de hoje. Eu sei que os outros temas
184 demandam uma discussão e esse é só uma questão de uma decisão, que é
185 mais rápida. Então, se pudesse ser tratado logo, pelo menos eu garantiria a
186 presença na discussão dele. Eu tenho receio de que interrompa as discussões
187 dos processos que estão em pauta, para poder só retomar esse tema.
188 Obrigada.

189

190

191 **O SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Wanderley, CNI. A minha
192 proposição vai nesse sentido, eu acho que nós poderíamos fazer uma inversão
193 de pauta, fazer uma análise inicial do informe, depois do Plano Nacional de

194Resíduos e deixar por último o tema mais polêmico, que é o tema de
195micronutrientes. A minha proposta ao senhor presidente seria essa.

196

197

198**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok. Mais alguma
199proposta de inversão ou não? Então, eu submeto a avaliação dos
200representantes da Câmara Técnica, em relação a essa proposta de inversão,
201pelo que eu entendi, inversão completa da pauta. O primeiro ponto seria o
202informe, o segundo ponto a recomendação e finalmente nós entraríamos na
203discussão da resolução de micronutrientes. Alguém está em desacordo com a
204proposta ou não? Se temos acordo. Então, passamos a discussão do informe,
205a respeito da revisão da Resolução 05 de 93, que dispõe sobre gerenciamento
206de resíduos sólidos, gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e
207rodoviários. Eu pediria a apresentação do Dr. Robson, para fazer o informe e
208nós, então, passarmos a apreciá-lo.

209

210

211**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (DConama)** – Bom dia a todos. Nós
212estamos, estabelecemos uma sistemática aqui, no Conama, de alguns
213assuntos estavam, de uma certa maneira pendente, o posicionamento, nós
214realizarmos algumas discussões prévias com os principais setores,
215primeiramente do Governo Federal, sobre o que eles achavam, qual é a
216tendência de encaminhamento, porque alguns já estavam algum tempo
217parados ou não tinham um posicionamento exatamente focado sobre o que se
218queria da matéria. Então, nós realizamos uma reunião, no dia 13 de abril, aqui,
219no Ministério, aqui, no DConama, com a participação do Ibama, do próprio
220Ministério do Meio Ambiente, com a Secretária de Portos, com o Ministério dos
221transportes, também com o Ministério da Saúde, CEGEVAN e várias dessas
222pessoas participaram dessa reunião, estão aqui, está também o Urbano, tem...
223O Marcos Porto não está, mas tem o Vitor Sarno representando também o
224Ibama, tem outros demais também, do Ministério dos Transportes... A
225Secretária de Portos, está o Urbano ali. Então, nós fizemos uma discussão
226sobre, qual seria a tendência do Governo sobre essa matéria, desses setores
227que estão bastante interessados nesse assunto. Então, discutiu-se como foi o
228Grupo de Trabalho anterior, o que ele realizou, se ele produziu alguma coisa
229que pudesse colocá-lo como uma base concreta para futuras discussões,
230novos encaminhamentos. E o posicionamento foi que, final da síntese, da
231discussão, foi o seguinte, seria interessante que pudesse ter mais tempo para a
232matéria, pelo menos 6 meses, para fazer duas coisas, para elaboração de um
233termo de referência, que vá orientar, subsidiar a formação de um novo Grupo
234de Trabalho. E também, dentro desse prazo, além da própria elaboração do
235Termo de Referência, também haveria um evento onde seriam convocados,
236convidados, além do Governo, outros setores também, iniciativa privada,
237Sociedade Civil, para discutir e dar base à elaboração desse Termo de
238Referência, porque pelo que se viu, no grupo anterior, haviam muitas
239discussões, muitas tendências, mas alguns até com uma certa dificuldade,
240depois saiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, também tem um Comitê
241interministerial e também foram levantadas algumas resoluções, por exemplo,
242a número 02 de 1991, a número 06 de 1991, que também poderiam ser
243tratados em conjunto, dentro dessa abordagem. Então, a proposta seria, ter um

244prazo de 6 meses, para elaboração de termo de referência, realização de um
245evento e a seguir o grupo, então, seria trazer essa proposta para a Câmara
246Técnica até a Câmara Técnica decidiria sobre a abertura ou não de um novo
247Grupo de Trabalho, mas já como referência, nesse termo de referência.
248Também tem os outros representantes que participaram dessa reunião, se
249quiserem falar também.

250

251

252**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT.

253Nós fomos relatores, enquanto CNT, do Grupo de Trabalho, primeiro que se
254formou, ele foi interrompido porque estava na eminência de sair o Decreto de
255regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, não tinha
256muito sentido nós continuarmos trabalhando sem ter um referencial legal,
257consistente, nós não sabíamos o que o Decreto iria tratar, se iria tratar do tema,
258se não iria tratar do tema. Com o Decreto pronto nós chegamos a conclusão de
259que, realmente o Decreto não trata diretamente do tema, mas chegamos a
260conclusão também, que fomos sábios em parar, porque ele dá uma série de
261encaminhamentos obrigatórios, que vão regular essa Resolução. A proposta o
262que MMA coloca é convergente com a nossa proposta, eu acho que nós
263precisamos sentar para elaborar um termo de referência. Durante os processos
264de conhecimento do problema, quem participou deve ter ficado e eu fiquei
265muito espantada com a complexidade do assunto, o assunto é muito complexo,
266nós começamos pela questão da geração, que resíduo é efetivamente gerado
267e que resíduo cai lá, fica ali que não é gerado pelo próprio, pela própria
268atividade. Então, quer dizer, há uma problemática até de definição de escopo e
269chegou-se, inclusive a expectativa de achar que teríamos que ter, se não várias
270resoluções, pelo menos uma resolução e anexos, porque os terminais
271portuários não têm nada a ver com os rodoviários, que não tem nada a ver com
272os ferroviários, em porte, em problemática de atuação. Então, nós convergimos
273com a proposta do MMA e só fazemos mais um adendo, que nós participemos
274desse termo de referência, da construção, pelo acúmulo da nossa participação
275no primeiro GT e que nós nos coloquemos a disposição, enquanto
276confederação, para recepcionar esse seminário, com a infraestrutura que nós
277temos lá, eu acho que facilita esse processo para essa questão. E esse
278seminário ele, inclusive foi uma proposta que a própria CNT fez, antes de
279reformatar esse GT. Então, também converge e nós nos colocamos aqui a
280disposição, enquanto estrutura, para recepcionar essa discussão.

281

282

283**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Secretária de
284Portos está de acordo com esse adiamento aí, para mais algum tempo?
285Porque além de dessa complexidade, nós vemos que não há nenhum
286impedimento, a Resolução atual ela não é conflitante com a legislação nova.
287Então, não há assim, nenhuma questão crítica que esbarre em uma
288contradição entre a legislação nova, de resíduos sólidos e a Resolução que é
289bem simples. Então, achamos que realmente o assunto deve ser tratado antes
290para avaliar realmente o escopo dessa resolução, porque são coisas muitos
291diferentes, tratar de um terminal rodoviário, um terminal de carga interno ou de
292um porto com a situação totalmente... Um aeroporto com questões de saúde e
293etc. são mais complexas.

294

295

296**A SR^a. ADRIANA BESSA (Ministério dos Transportes)** – Adriana do
297Ministério de Transportes. Nós, do Ministério, também somos favoráveis a
298esses encaminhamentos, desse prazo de 6 meses, para nós elaborarmos o
299termo de referência, que esse assunto interessa a nós diretamente.

300

301

302**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alguma
303manifestação mais? Então...

304

305

306**O SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Wanderley, CNI, Márcio. É
307só... Entendimento, resumindo. É. A proposta é dar um prazo de 6 meses para
308elaborar um termo de referência para embasar a criação ou não de um Grupo
309de Trabalho, para aí sim discutir ponto a ponto o que seria essa
310regulamentação. É isso, não é?

311

312

313*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

314

315

316**O SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Esse Grupo de Trabalho
317seria um Grupo de Trabalho do Conama ou não? Aqui na câmara.

318

319

320*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

321

322

323**O SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Ok...

324

325

326**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou
327esclarecer. A proposta é a seguinte. Se elaborar um termo de referência que,
328na verdade, seria já uma proposta de resolução ou, pelo menos um escopo
329básico do que deveria conter a resolução. Esse termo de referência teria ainda,
330para subsidiá-lo, um seminário que seria realizado, envolvendo todos os
331setores interessados, justamente para discutir os novos rumos e a nova
332situação, a partir da lei de resíduos sólidos e de outras conjunturas que nós
333temos hoje. Após tudo isso, esse termo de referência mais consolidado, viria a
334Câmara Técnica, seria submetido a nós para que nós analisássemos e aí
335decidíssemos pela criação de um Grupo de Trabalho, que grupo seria esse,
336seria um grupo, seriam dois grupos, seria uma resolução, se seriam duas, três,
337enfim. Fica a nosso critério, depois, discutir de que forma o Conama
338regulamentaria ou não essa questão, pode ser que nós cheguemos a
339conclusão que não precisa Resolução o Conama, que precisa um decreto ou
340precisa alguma portaria interministerial, algum outro instrumento que não
341Resolução do Conama. A princípio eu acho que todos estão entendendo que
342uma atualização seria bem vinda, mas vamos deixar esse assunto amadurecer
343dentro dessa trajetória proposta aí. Essa é a ideia. Por favor.

344

345

346 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Desculpe. É porque eu estou chegando agora.
347 Eu não entendi uma coisa, são 6 meses para elaborar. Então, essa proposta,
348 mas quem elaboraria a proposta?

349

350

351 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Em princípio
352 seria esse núcleo que existe que, na verdade, o DConama está puxando um
353 pouco essa discussão, mas envolvendo o Governo Federal, naquelas áreas
354 que tem interesse na matéria e abrindo para os setores interessados
355 participarem também. Na verdade, os 6 meses é porque se prevê, além do
356 termo de referência, a realização do seminário, como nós estamos em um
357 período crítico agora, porque entra a Rio + 20, uma série de questões, a
358 agenda fica um pouco explodida aí, de todos esses setores. Por isso esse
359 prazo elástico aí, é mais uma questão de acomodar agendas aí, dos
360 participantes. Ok? Está esclarecido? Estamos de acordo com o
361 encaminhamento? Podemos considerar, então, um informe prestado e registrar
362 que houve acordo dos Conselheiros em relação a esse encaminhamento,
363 embora essa seja só um informe. Muito bem, vamos ao segundo ponto, então,
364 que é uma recomendação que veio da Plenária do Conama, no sentido de
365 nós... De submeter à Câmara de controle... Mudou o nome, não é? Câmara
366 Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos. Vou ter que me
367 acostumar com o nome novo. Essa proposta de recomendação para aprovação
368 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Eu convidaria, então, o Doutor
369 Ronaldo, para fazer a apresentação, em nome do Ministério do Meio Ambiente,
370 para que nós possamos apreciar o teor da recomendação e depois nos
371 posicionarmos em relação a ela.

372

373

374 **O SR. RONALDO HYPÓLITO (MMA)** – Bom dia a todos. O meu nome é
375 Ronaldo Hypólito, eu sou gerente do Departamento de Ambiente Urbano, da
376 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio
377 Ambiente. Eu sou responsável pela elaboração e acompanhamento do Plano
378 Nacional de Recursos Hídricos e de Resíduos Sólidos e também responsável
379 pela elaboração do Sistema Nacional de Informações. Eu estou apresentando,
380 nos vários Conselhos, que o Decreto determina que, aprecio o trabalho
381 executado, elaborado pelo Ministério, pelos vários Ministérios e depois passado
382 pelas audiências públicas e pelas consultas públicas. Então, eu vou apresentar
383 aqui, o que determina esse tramite é o art. 47 do Decreto 7404, que fala, que a
384 apresentação do plano, com as contribuições, deverão ser apreciadas pelos
385 Conselhos de Meio Ambiente, de Cidades, Recursos Hídricos, Saúde e de
386 Política Agrícola. Pode passar, por favor. Então, a proposta, essa proposta que
387 foi encaminhada ao Conama e aos outros Conselhos, é a proposta que ela,
388 depois de ter recebido a incorporação, dentro da discussão das audiências
389 públicas e da consulta pública, ela foi, passou pelo Comitê Interministerial, que
390 é quem, o órgão que rege esse tema e a partir daí a ser encaminhada a vocês.
391 Pode passar. Aí é um balanço simples, de como ocorreu a discussão,
392 houveram cinco audiências oficiais regionais, uma audiência internacional,
393 essas audiências regionais se deram entre o mês de setembro e outubro do

394ano passado. Audiência nacional foi dia 30 de novembro e 1º de dezembro do
395ano passado e houve duas audiências não oficiais, solicitadas pelas Cidades
396de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Participaram desses eventos, em torno
397de 2.800 pessoas, sendo que 750 eram do Governo, 1.250 da Sociedade Civil
398e 800 do empresariado. Sugiram, a partir daí, em torno de mil propostas das
399audiências e também, na Consulta Pública, ficou durante, de ser aberta,
400durante 100 dias, houve 450 propostas também. Essas propostas foram,
401muitas delas foram duplicadas, triplicadas, mas foram um número bem grande
402que chegou. Participaram dessa elaboração, pelo Governo Federal, em torno
403de 35 instituições e nós usamos, durante o processo, cinco consultores. Pode
404passar. A estrutura do documento encaminhado é um diagnóstico da situação
405de resíduos sólidos do Brasil, diagnóstico esse, que foi contratado junto ao
406IPEA, o IPEA fez um diagnóstico sobre todos os resíduos sólidos, não só os
407urbanos, mas incluindo mineral, industrial, Agrossil Pastoral, saúde, portos,
408aeroportos, essas coisas. Nesse diagnóstico, vocês que viram o documento,
409vão ver que existe uma deficiência muito grande de informações, daí a
410necessidade urgente de nós trabalharmos para implantação do sistema
411nacional de informações, para que nós consigamos juntar as informações
412existentes hoje, no Cadastro Técnico Federal, no Ministério das Cidades, no
413Ministério da Saúde, no Minas e Energia, neles locais todos, para que nós
414consigamos ter um banco de dados único, para que nós consigamos fazer uma
415apreciação da evolução das metas e objetivos que o plano propõe. Temos o
416capítulo 2, que é a sinalização, a sinalização ela foi feita baseado nos cenários
417construídos no PLANSAB, já que o PLANSAB tem uma parte que se debruça
418sobre resíduos sólidos e essa sinalização é uma sinalização que havia sido
419feita em 2009 ainda, 2009/2010. Então, ela está bem recente. Foi colocado um
420capítulo sobre educação ambiental, já que a educação ambiental ela perpassa
421durante todo o plano e basicamente nós temos que fazer um investimento
422muito grande, para que as pessoas mudem o sistema de pensar sobre
423resíduos sólidos, pensando, a partir de agora, em rejeitos e resíduos. Então,
424isso requer uma interferência muito grande, na área de educação ambiental,
425caso isso não aconteça, nós teríamos muita dificuldade em implementar as
426metas e objetivos do plano, da política. Tem o capítulo 4, que são as diretrizes
427e estratégias e o capítulo 5, que são as metas, que são esses, basicamente,
428que foram para a audiência pública e para a Consulta Pública. E temos o
429capítulo 6, que baseado nessas diretrizes e metas, que é o Programa de Ações
430e sobre resíduos sólidos, que tentarão embasar e estruturar a proposta de
431trabalho, para atingir os objetivos. E o capítulo 7, que fala sobre participação e
432controle social na implementação e acompanhamento do plano. Pode passar.
433Diretrizes e estratégia. O total de diretrizes que tem o plano, são 29, são 170
434estratégias e 28 metas. Resíduos sólidos urbanos, na parte de exposição final,
435ambientalmente, adequada e rejeitos, nós temos 4 diretrizes e 19 estratégias. A
436redução da geração de resíduos, uma proposta de redução, nós temos uma
437diretriz e 3 estratégias. Na redução de resíduos sólidos urbanos secos, nessa
438proposta, nós temos duas diretrizes e 26 estratégias. Na redução de resíduos
439sólidos urbanos, dispostos em aterros sanitários e o tratamento em
440recuperação de gases, nós temos uma diretriz e 18 estratégias. Pode passar.
441Na qualificação da gestão, resíduos, nós temos uma diretriz e 15 estratégias.
442As diretrizes e estratégias para resíduos do serviço de saúde, nós temos 2
443diretrizes e 5 estratégias. A diretriz estratégia para portos e aeroportos e postos

444de fronteiras, nós temos uma diretriz e 7 estratégias. A diretriz para resíduos
445industriais, são 4 diretrizes e 18 estratégias. Para Agrossil Pastoril, 6 diretrizes
446e 22 estratégias. Para mineração, 2 diretrizes e 5 estratégias. E para a
447construção civil, resíduo de construção civil, 5 diretrizes e 22 estratégias. Pode
448passar. Essas metas é só para vocês terem uma ideia de como foi montada,
449embora ela está (...), mas pode passar elas todas, porque têm algumas metas
450que estão tudo 100%, porque são as metas que são colocadas... Volta daquela
451anterior, por favor. Anterior. Primeira. Essa daí. Tem várias metas que estão
452assim, principalmente nos resíduos sólidos urbanos e no resíduo de sólidos e
453serviço de saúde, porque são metas que já estão indicadas ou na lei, na
454Política Nacional de Resíduos Sólidos, no caso do resíduos sólidos urbanos e
455no caso de resíduos de serviço de saúde de portos e aeroportos, a maior parte
456delas está embasada em normas, normativos aqui, do próprio Conama. Então,
457nós já colocamos tudo como 100%. Pode passar todos esses quadrinhos para
458nós não perdemos muito tempo nisso. Pode passar. Ainda tem uns 15
459quadrinhos, pode passar todos eles. Aí vocês vão ter uma visão, está vendo?
460De como são diferenciados, depende do tipo de resíduos. E agora nós vamos
461entrar nos programas e ações. Pode passar. Para nós, mas nós conseguimos,
462incrementarmos e incentivarmos que esses objetivos sejam atingidos, nós
463estamos trabalhando dentro do Governo com três programas, esse três
464programas estão sendo discutidos internamente, ainda não foi batido o martelo,
465mas nós estamos discutindo internamente para que ele seja formatado e ele
466tem essa linha. Tem o objetivo... O primeiro programa é o apoio à explanação
467de aterros sanitários, para que seja cumprida a meta, de em 2014 não
468existirem mais lixões no País. Então, o programa apoia a implantação de obras
469e serviços para o tratamento e exposição final adequada e resíduos sólidos,
470prioritariamente com caráter regional. Os objetivos específicos são,
471implantação de unidades licenciadas, de disposição final em aterros sanitários,
472podendo estar combinada com unidades de triagem, com postagem e unidades
473de gestão acelerada da fração orgânica dos resíduos. O objetivo é encerrar os
474lixões e a recuperação ambientalmente das áreas degradadas por lixões. A
475provisão complementar, infraestrutura e equipamento para coleta seletiva,
476regular e material reciclável e indução a minimização e aproveitamento
477econômico dos resíduos. Pode passar. Tem um outro programa que vai na
478linha da coleta seletiva. Então, o programa para apoio a coleta seletiva e
479reciclagem, é o programa para apoio aos Estados e municípios, visando o
480aumento da reciclagem no Brasil e colaborando com a implementação a
481política. O objetivo específico, reduzir o volume de resíduos expostos em
482aterros, apoiar a implementação da coleta seletiva e da logística reversa, que
483está sendo discutida em 5 eixos temáticos, dentro da política e assegurar
484inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, no ciclo de
485coleta e reciclagem. Mobilizar o setor da Sociedade Civil, visando à produção e
486o consumo sustentável e garantir, a médio prazo, a valorização energética dos
487resíduos sólidos. Pode passar. E o terceiro programa é o programa de apoio ao
488desenvolvimento institucional. Tem o objetivo de apoiar Estados e município e
489consórcios intermunicipais e interfederativos, para o cumprimento das
490obrigações institucionais previstas na lei. Objetivos específicos, a elaboração
491dos planos, essas elaborações já estão em andamentos, em vários lugares, foi
492feito uma... Abrimos uma chamada pública o ano passado e 16 Estados já
493estão trabalhando isso, através de um contrato de repasse, junto a Caixa e

494mais, em torno de 28 formações intermunicipais, que compõem em torno de
495280 municípios. A aprovação, acompanhamento e fiscalização dos planos de
496gestão e gerenciamento de resíduos, atuação complementar na logística
497reversa e a elaboração do inventário e instituição de (...) sistema de
498informações, integrada ao sistema nacional de formação de resíduos, que esse
499nós temos que urgentemente fazê-lo. Essa é o que nós tínhamos a colocar. A
500ideia é que essa consulta, essa apreciação dos Conselhos, ela se dê até o fim
501desse mês, início do mês que vem, para o que Conselho Interministerial, que
502se reúne na primeira quinzena do mês que vem, bater o martelo nessa
503proposta e a partir daí encaminhar para a Presidência da República, para
504através de Decreto ser sancionado o Plano Nacional. Esse Plano Nacional, a
505importância dele no momento, é que ele está balizando a construção dos
506planos estaduais e planos municipais, que dá diretriz para que isso aconteça.
507Ok? Então, eu estou a disposição para as perguntas que vieram e eu espero
508um bom trabalho de vocês todos. Obrigado.

509

510

511**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A palavra está
512aberta aos membros da Câmara Técnica, para algum esclarecimento,
513posicionamento em relação à recomendação.

514

515

516**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti, Planeta
517Verde. Com relação ao incentivo dos catadores a inclusão social, quais seriam
518exatamente esses incentivos ou se é que tem algum detalhamento nesse
519sentido.

520

521

522**O SR. RONALDO HYPÓLITO (MMA)** – Então, o incentivo, os incentivos que
523nós estamos trabalhando, um deles é bem dentro da legislação, se nós
524pegarmos a Legislação, a Lei, ela diz o seguinte, que os municípios que
525tiverem colocado dentro do seu sistema de manejo, ao aproveitamento de
526cooperativas e de catadores, eles terão prioridade quando eles forem,
527estarem... Investimentos na área de resíduos sólidos. Então, esse é um dos
528incentivos que nós estamos dando e nós estamos trabalhando também, dentro
529do Programa Brasil Sem Miséria também, o Governo Federal está colocando
530um investimento para organização dos catadores, para que... Porque nós
531temos hoje, em torno de um milhão de catadores no Brasil, só que desses um
532milhão, 30 mil, mais ou menos, é que estão organizados em alguma espécie de
533cooperativa ou associação e sem essa organização será muito difícil eles
534entrarem no processo, dentro da logística reversa, dentro da coleta, só... Aí
535ficariam só dentro de triagem. Então, os investimentos básicos são esses, é o
536incentivo dentro da lei e o incentivo em através de programas que estão
537investindo na organização desses catadores.

538

539

540**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti. Eu fiz essa
541pergunta exatamente para saber até onde ia esse incentivo, na verdade está,
542ele está transferindo ao Estado e como deveria ser, enfim, é um município, a
543implantação das cooperativas. Ocorre que, para obtenção de verbas federais,

544nós vemos, eu vejo em São Paulo, uma pseudoimplantação de cooperativas.
545Então, são condições degradantes, em que os cooperados trabalham, são
546situações em que não há uma perspectiva de uma capacitação, de uma
547melhora de qualidade da vida deles. Então, a sugestão, se possível, discutir
548alguma coisa, alguns parâmetros mínimos para que os municípios ou os
549Estados implantem nessas cooperativas, a fim de obterem os recursos
550federais, especialmente capacitação e condições de trabalho.

551

552

553**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alguém gostaria
554da fazer mais alguma manifestação?

555

556

557**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na verdade é uma dúvida que eu fiquei, porque
558já tem esse texto, a princípio do plano. Ele vai... Aqui, nessa Câmara, é uma
559instância da aprovação. Eu não estou por dentro do processo como um todo,
560se pudesse dar esclarecimento maior.

561

562

563**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Pois não. Eu
564pediria... Primeiro vamos esclarecer. Ele está vindo à Câmara para colher,
565digamos assim, a nossa recomendação em relação à aprovação do plano, mas
566não está sendo, o plano não está aprovado por esta Câmara, é uma
567recomendação ou não em relação à aprovação. Agora, eu pediria ao Dr.
568Ronaldo que esclarecesse melhor, então, o trâmite, daqui até a sua aprovação
569e a possibilidade de contribuições e alterações que ainda possam ocorrer, se é
570que podem.

571

572

573**O SR. RONALDO HYPÓLITO (MMA)** – Então, o trâmite, quando a lei fala da
574apreciação, a apreciação do Conselho, ele tem que passar por uma Câmara
575Técnica para fazer essa recomendação. Nós encaminhamento diretamente
576para o pleno e no pleno que solicitou que viesse, passasse por uma das
577Câmaras que seria essa Câmara aqui, a partir daí ele aprovado, ele tendo a
578recomendação de aprovação, ele vai para o pleno do Conselho e no pleno ele
579é aprovado ou não, como está ou com alguma alteração. A possibilidade de
580alteração, na realidade ela existe, mas é que, o que nós ponderamos, é que a
581quantidade de entidades que participaram, eu acho que todos que estão aqui,
582de algum modo participaram na colaboração e na construção dele, desse
583plano, alguns antes mesmo de ele ir para a audiência pública, alguns dentro da
584construção da versão preliminar, que foi apresentada no dia 28 de junho de
585dois mil e... Em uma reunião do Conama, inclusive, em 2011. Então, o que nós
586ponderamos é que, pela urgência que tem a ratificação, a aprovação desse
587plano, para que os governos estaduais, os municipais que estão trabalhando
588também a construção dos seus planos, já que eles têm até agosto deste ano,
589para formalizar esse plano, esses planos, caso eles não façam isso eles não
590terão como solicitar investimentos do Governo na área de resíduos sólidos,
591para atingir os objetivos regionais e estaduais. Então, levando em consideração
592isso, é que nós solicitamos que, se fosse possível, a passar pela apreciação
593sem grandes contribuições, para nós não termos que voltar tudo de novo, para

594a discussão, nós gostaríamos, que se fosse possível, mas o trâmite é esse,
595passa pela Câmara, a Câmara recomenda, eu espero que recomende,
596recomenda a aprovação e o Plenário aceita essa recomendação e aprova o
597plano. Eu posso dizer, por exemplo, que o Conselho Nacional de Recursos
598Hídricos, na câmara Técnica, na CTIL, eles propuseram um item, uma diretriz,
599uma estratégia nova dentro de uma diretriz existente, com argumentação justa,
600de que nós falamos no plano que, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem
601uma íntima ligação com o Plano de Recursos Hídricos, mas que nas diretrizes
602e estratégias isso não apareceu. Então, eles colocaram uma proposta de uma
603estratégia dentro da diretriz, para levar em consideração isso. Então, é só para
604ter uma ideia de como está vindo. Na saúde nós vamos discutir direto, dentro
605do pleno, na reunião do Conselho de Saúde, que deve acontecer no dia 10 do
606mês que vem, eu conversei com a responsável e nós, inicialmente a partir de
607uma Câmara temática, mas ela fez uma consulta e foi direto para o pleno.
608Então, cada Conselho está tratando de um jeito, mas tudo nessa linha, de
609tentar agilizar o processo.

610

611

612**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu só queria
613esclarecer, porque está havendo uma certa... Pode haver uma certa confusão
614em relação ao papel dos Conselhos. Os Conselhos não aprovam o plano, eles
615recomendam a aprovação do plano. A aprovação do plano, como está na
616transparência, é feito pelo Comitê Interministerial da Política Nacional de
617Resíduos. Então, só para nós deixarmos claro, quando de fala aprovação,
618estamos nos referindo a aprovar a recomendação, não o plano.

619

620

621 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

622

623

624**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Exato. É só para
625que o Comitê Interministerial já receba isso com o aval, no sentido da
626aprovação dos diversos Conselhos que subsidiam os Ministros nessas
627questões afins. Mais alguma consideração? Por favor. Eu pediria só que se
628identificasse antes, da gente... Por causa da agravação.

629

630

631**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Bom dia a todos. Célia Rennó,
632representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.
633Eu estou... Vou falar aqui em nome de um grupo, porque a ABES participou de
634quase todas as reuniões referentes à execução do plano. Nós entendemos, a
635Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, entende que esse
636plano deva ser aprovado, ele apresenta alguns pontos a serem melhorados,
637isso já foi indicado em diversas das reuniões nós apontamos isso,
638principalmente nas questões dos diagnósticos, dos resíduos de saúde,
639mineração e industriais e na questão da consideração do... Como pequeno
640porte e municípios a baixo de 100 mil habitantes, nós achamos que essa linha
641de corte é uma linha preocupante, mas de qualquer forma eu só queria
642posicionar que nós participamos, vamos continuar participando dentro desse
643plano, nós temos um Comitê Técnico de resíduos sólidos, eu não faço partes

644desse comitê, mas eu represento aqui, nesse momento e nós somos, então,
645pela aprovação desse plano.

646

647

648**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mais alguma
649manifestação? Por favor. Patrícia.

650

651

652**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT.
653Eu queria me manifestar a respeito da questão de transporte, acho que nós a
654muito viemos batendo nessa tecla, de que transporte mereceria um capítulo a
655parte, não só porque sem transporte não tem logística reversa e aí passa por
656uma série de questões, como ater o incentivo empresariado para esse nicho de
657negócio, o treinamento, a capacitação, enfim, não se faz gestão de resíduos
658sem considerar a atividade de transporte como essencial. Em nenhum
659momento o transporte é tratado dessa forma, como elo de uma rede, uma
660logística reversa e nós precisamos de uma hora parar para pensar, para poder
661tratar dessa forma. Outro ponto é sobre o capítulo específico mesmo, de
662transporte, nós consideramos que a base de informações não foi muito
663abrangente, inclusive o próprio setor CNT, que há mais de 10 anos, há
664décadas faz sondagens nessa área. Então, tem muita informação, muito dado,
665sequer foi procurada para poder alimentar o processo. Então, eu coloco aqui
666como, na mesma linha de que o ótimo é inimigo do bom. Então, nós não
667devemos atrasar os processos porque não ficou ótimo, mas eu gostaria que
668ficasse uma observação de que, a próxima revisão do plano, porque um plano,
669eles são atualizados, são... Essa proposta do transporte, nós temos batido
670nessa tecla há muito tempo e não estamos sendo ouvidos para ver se esse
671tema, da questão do transporte, ele seja melhor, mais bem trabalhado. Nós
672temos, inclusive certa regras, regramento de transporte que impede
673absolutamente o transporte. Então, não adianta você decidir que certo material
674terá que ir do berço ao túmulo se está proibido levar do berço ao túmulo ou,
675então, está criando um emaranhado de normas tão grandes para levar de
676berço ao túmulo que você não vai achar um empresário que queira levar do
677berço ao túmulo, você não vai achar um transportador para poder fazer essa
678atividade. Então, é preciso efetivamente cuidar dessa proposta. E eu vou
679abusar um pouco da Câmara e só fazer um parêntese. Eu acredito muito na
680mídia, eu acho q força da mídia indiscutível no mundo de big brother. Então,
681nós não podemos discutir a mídia. E a novela das nove está romantizando e
682elevando o lixão. Eu acho que fica muito difícil acabar com lixão, um lixão
683maravilhoso daquele, em que dois adultos, inclusive, vão buscar no lixão o seu
684equilíbrio espiritual. Então, quer dizer, eu acho que nós, como cidadãos,
685entendedores do tema, ABES, nós temos que fazer alguma coisa, não
686podemos deixar ir às casas das pessoas essa imagem de que lixão é aquilo,
687que faz vestidos de noivas, bonitinhos, com resto de latas, que faz casinhas
688maravilhosas, iluminadas, com resto das coisas, enfim. Eu acho que, o que
689está acontecendo é grave e que cabe, eu acho, ao Conama, cabe a Sociedade
690Civil mais ligada ao tema, tomar alguma providência. Obrigada.

691

692

693 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Sem cheiro e
694 fácil fazer... (*Risos!*). Fazer a TV 4D, que aí acaba com esse negócio. Bom,
695 mais alguma manifestação em relação. Pelo que eu estou entendendo das
696 manifestações, eu estou entendendo que há um posicionamento favorável a
697 aprovar essa recomendação, que depois irá ao Plenário, pelo que eu entendi. E
698 naturalmente no Plenário teremos condições de nos manifestar em relação a
699 essas... Salientar essas questões que estão sendo colocadas aqui. Se alguém
700 é contrário a essa aprovação da recomendação, se manifeste. Se não
701 consideramos aprovada a recomendação. Agradeço ao Dr. Ronaldo pela
702 apresentação. Muito obrigado.

703

704

705 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

706

707

708 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Como esse texto
709 foi previamente disponibilizado, eu pressupus que todos os Conselheiros
710 tenham conhecimento dele, mas para ilustrar está colocado a integra do texto
711 de recomendação com os considerando e... Muito bem, nós ainda temos um
712 tempo pela manhã, para entrarmos na cereja o bolo da nossa reunião, que é a
713 resolução de micronutrientes. Antes de pautar o tema propriamente, eu
714 esclareço aos Conselheiros que porventura não estiveram presentes na
715 reunião, a primeira reunião da Câmara e que não tenha acompanhado esse
716 assunto, e que essa Resolução de micronutrientes ela foi objeto já de trabalho
717 do Conama, na antiga Câmara Técnica de qualidade, de controle e qualidade
718 ambiental e havia um Grupo de Trabalho, o Grupo de Trabalho desenvolveu ao
719 longo de dois anos uma proposta de resolução e o grupo entendendo que a
720 esfera de atuação do Grupo de Trabalho estava esgotada, digamos assim e
721 havendo ainda algumas discordâncias em relação a alguns pontos
722 fundamentais da Resolução, houve por bem trazer para a Câmara Técnica,
723 para que nós deliberássemos em relação ao texto final, com as devidas
724 ressalvas dos pontos de discórdia. Quando nós discutimos isso na reunião da
725 Câmara, na primeira reunião da Câmara, houve o atendimento de vários
726 Conselheiros, vários, houve, de certa forma um pedido de visto coletivo, para
727 que cada entidade representante da Câmara Técnica se posicionasse em
728 relação à proposta que estava colocada ali. E nós demos um,
729 encaminhamento, então, no sentido de que o Dr. Alfredo, representante do
730 estado de São Paulo, que foi o coordenador do Grupo de Trabalho, durante a
731 maior parte do trabalho do grupo, se incumbisse da tarefa de fazer uma
732 sistematização dos pedidos de vista, para trazer o resultado um pouco mais
733 consolidado para que nós pudéssemos discutir aqui. Esses pedidos, a nossa
734 intenção inicial era até nós fazermos uma espécie de seminário com os
735 representantes da Câmara Técnica, antes da trazer para uma reunião formal
736 da Câmara, porque nós entendemos o que assunto ainda está... Não está
737 maduro ainda para nós fazermos uma discussão na Câmara Técnica. Ainda há
738 pontos de discórdia muito assentados, inclusive o Ministério do Meio Ambiente,
739 que faria a apresentação, faria o posicionamento junto com o Ibama, durante
740 essa semana, encaminhou um ofício que não foi encaminhado ainda ao
741 Alfredo, para sistematização, uma manifestação em relação a alguns pontos
742 em que ele discorda do próprio Ibama ou que, pelo menos, complementa um

743pouco a visão que o Ibama colocou ali, que haja uma discórdia fundamental,
744mas há um posicionamento um pouco mais esclarecedor da posição do
745Ministério em relação à posição o que Ibama assumiu, que é uma posição um
746pouco menos clara em relação a alguns aspectos. Então, nós teríamos que
747discutir, além do que o Alfredo já sistematizo, também essa contribuição como
748Ministério do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer exatamente qual a
749posição no Ministério do Meio Ambiente nesse assunto. A minha visão
750particular é que nós devemos usar bastante do tempo que nós temos, para
751discutir esse tema, que nós não devemos acelerar esse processo, para que
752nós possamos efetivamente amadurecer bastante o nosso posicionamento
753antes de tomada de decisão, seja ela qual for, seja o sentido de discutir essa
754Resolução dentro da Câmara Técnica, seja de remetê-la a um novo Grupo de
755Trabalho ou, enfim qualquer encaminhamento que se deva ter aqui. Então, eu
756proponho que nós utilizemos esse tempo que nós temos, da reunião da
757Câmara, até o seu término previsto, para discutirmos exaustivamente os pontos
758que estão aqui colocados, com toda a calma, de que nós não vamos,
759necessariamente esgotar esse assunto nessa reunião. Se chegarmos a um
760consenso, maravilha, mas não vamos nos... Eu, pelo menos, proponho que nós
761não tenhamos essa ansiedade de tentar esgotar o assunto aqui, se
762conseguirmos, ótimo, eu acho que é uma meta, mas pelo que nós pudemos
763ver, inclusive dos que estão disponibilizados no site, foram disponibilizados no
764site as manifestações, nós podemos ver que há um nível de discordância ou de
765divergência ainda muito grande, que não permite, a primeira vista, uma
766deliberação rápida. Pode ser que Alfredo tenha sido muito feliz no seu trabalho
767de sistematização, mas o próprio tempo dado a ele, nós reconhecemos, foi
768curto e é possível que isso acarrete alguma dificuldade na sistematização que
769ele propôs. Então, eu passaria a palavra ao Alfredo, para relatar um pouco... O
770Alfredo tem a experiência de ter vivido o Grupo de Trabalho. Então, eu acho
771que é importante que ele também faça uma apresentação, Alfredo assim, com
772todo o histórico dessas discussões, para que não fique só a posição, mas
773também o contexto em que se dá a posição e você tem essa visão, o contexto
774em que se dá o fundamento das posições dos órgãos aqui, para que nós
775possamos descer mais fundo na avaliação nisso. Obrigado.

776

777

778O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

779Eu pediria, se você puder colocar na tela, eu fiz um documento, está em
780documento, em Word, eu não cheguei a fazer a apresentação...

781

782

783O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Sr. Alfredo, eu
784vou me permitir, como não foi do conhecimento de todos, a informação que o
785MMA, mandou, porque não foi para página, eu não sei o que é mais produtivo,
786se eu faço a leitura aqui, prévia, do que o MMA se manifestou e depois nós
787buscamos incorporar isso ou se seu destaque na hora que for tocar no assunto.

788

789

790O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

791Olha, eu acho que seria melhor fazer a minha, depois faz essa como

792contraposição, porque a minha tem elementos de mais entidades, daí já vai
793fazendo a contraposição.

794

795

796**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok. Está bom.

797Vamos lá.

798

799

800**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –

801Eu pediria para colocar lá na tela, assim fica mais fácil às pessoas

802acompanharem, aquele texto que eu acabei de passar agora, que eu cheguei.

803Bom, eu procurei fazer, no resumo, uma sistematização de maneira a organizar

804mais ou menos as questões, para tentar facilitar a visão, porque realmente é

805um GT com um grupo muito heterogêneo, muito polarizado, alguns grupos

806tendendo já a entender que é um cenário favorável, uma resolução bem mais

807liberal, outros tendendo que não têm cenário ainda para resolução nenhuma.

808Eu já coloco aqui, como um depoimento, que o meu trabalho, nesse GT, além

809de coordenador, representando o Estado de São Paulo e a experiência da

810CETESB, foi ver o que seria possível como uma resolução, à luz do que nós

811temos de conhecimento até esse momento, com a máxima segurança dos

812órgãos ambientais julgam, julgamos que seria possível. Então, nessa linha, eu

813vou procurar fazer lá o meu resumo, se puder ir passando para mim. Bom, eu

814resumi manifestações do Ibama, do Governo do Estado de São Paulo, da CNI,

815do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, PROAM

816e Instituto de Direito por um Planeta Verde. Bom. Então, na primeira juntada,

817eu tenho ali, que o Governo do Estado de São Paulo... Não, espera aí, eu acho

818que eu te passei o documento errado. Abaixa um pouco. Não, lá no começo. Lá

819no começo. Baixa um pouquinho aí. Mais para baixo um pouco, é isso mesmo.

820Bom. Então, nesse grupo, o Ibama, Governo do Estado de São Paulo e a CNI,

821são favoráveis à regulamentação do termo, que é a utilização de resíduo para

822fabricação de fornecedores de micronutrientes e entendem que essa minuta,

823que já foi apresentada pelo GT, teria condições de prosperar com algumas

824alterações, que requereriam um debate posterior e eu não entrei aqui no mérito

825das alterações, porque eu acho que permeio nós vamos ter que discutir o

826mérito e depois fica se a redação é assim ou assado, se a ideia específica ali é

827assim ou assado.

828

829

830**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só para

831destacar. O Ministério do Meio Ambiente também tem esse posicionamento.

832

833

834**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –

835Bom. Então, quais as razões? Eu fiz um apanhado de todas as razões.

836Primeiro que os solos brasileiros são deficientes de micro nutrientes e a

837demanda continua aumentando, sobretudo, pela expansão da área cultivada.

838Segundo, que a obtenção dos micronutrientes, a partir de matérias-primas

839naturais, ela é tecnicamente complexa e honrosa, sendo que, os processos de

840extração de rochas minerais, beneficiamento, concentração e tratamento, são

841energeticamente intensivos e ambientalmente impactantes. Então, nós vemos

842aí uma razão ambiental, de querer aproveitar alguma coisa que esteja em
843resíduos. Segundo, não existe uma regulamentação desta prática e a simples
844proibição do uso não ia levar ao efeito desejado, porque hoje a prática já ocorre
845no Brasil, em alguns Estados, meramente sob a tutela do licenciamento, que
846não resolve o problema de dar segurança a esse processo e o maior risco da
847contaminação dos solos, que nós temos hoje, é decorrente da falta de
848regulamentação adequada. Então, como não tem a regulamentação, cada um
849faz do jeito que acha que quer ou que seja adequada. Bom, também a Política
850Nacional de Resíduos Sólidos, ela estabelece como um princípio,
851reconhecimento de resíduo reutilizável e reciclável, como um bem econômico
852de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Depois
853uso adequado de resíduos industriais, substituir matérias-primas naturais,
854aumentando a vida útil das reservas minerais e reduzindo impactos ambientais
855que resultariam da exploração dessas jazidas para fazer novos fornecedores
856de micronutrientes. Também, a Resolução Conama 420, de 2009, ela já
857fornece parâmetros que pode estabelecer um controle da aplicação, em termos
858de qualidade de solo, evitando que esse solo venha perder a sua
859multifuncionalidade e tornar contaminado. No encontro técnico, que foi ocorrido
860o no 4º GT, em abril de 2009, foram discutidos todos os aspectos envolvidos,
861incluindo gestão de resíduos, fabricação do micronutriente, gestão de
862qualidade dos solos, riscos a saúde humana e alguns setores, particularmente
863o setor o meio ambiente, dentro das entidades representadas, concluiu que a
864prática daria para ser iniciada, com uma certa condição de segurança. Depois
865você vão ver nas recomendações que saíram, já de uma Câmara Técnica,
866depois de uma primeira rodada do GT, da continuidade dos trabalhos, é uma
867recomendação de uma resolução que ainda fosse bastante restritiva, bastante
868conservadora. E para isso nós partiríamos de uma relação de resíduos
869elegíveis, sendo aqueles que têm o teor mínimo de nutrientes ou de
870substâncias de interesse agrônomo, que não contenham substâncias que
871pudessem contaminar o solo, com o entendimento de que, orgânicas e
872nenhuma concentração e orgânicas com limites de concentrações. Por quê?
873Essas substâncias inorgânicas elas já ocorreram naturalmente no solo e são
874hoje aplicadas por defensivos agrícolas tradicionais ou produtos feitos a partir
875de matérias-primas naturais. Então, nós não estaríamos criando algo novo,
876excessivamente impactante para o solo. Então, essa minuta proposta, nós
877entendemos que ela estabelece regras específicas, objetivas e restritivas,
878quanto às tipologias de resíduos elegíveis e os critérios para aprovação e
879procedimentos para controle. Então, alguma coisa que minimizaria aquela
880possibilidade de um órgão ambiental do Estado, por não estar mais
881diretamente envolvido com essa questão, porque se nós formos ver agora, que
882um dado extra, o mapa dos geradores de resíduos, usado, passíveis de
883utilização para micronutrientes e fabricantes de micronutriente, ele não ocorre
884em todo o Brasil, está concentrado na região sudeste e predominantemente no
885Estado de São Paulo. Então, não é aquela questão de, de repente colocar o
886órgão ambiental do Acre as voltas com uma dificuldade, porque não tem
887laboratório, não tem conhecimento, não sabe o que fazer, se aprova ou não um
888resíduo. Então, do jeito que a minuta está, ela já orienta objetivamente,
889restritivamente os Estados. Então, isso é um ponto. Então, seguindo, uma outra
890coisa que é importante, que estabelece, ela estabelece que a avaliação tem
891que ser feita para cada gerador, para cada resíduo e para cada processo,

892mesmo que seja daquela tipologia elegível. Eu já abro um outro parêntese aqui,
893para dar um outro cenário, que foi um dos grande cenários que levaram a uma
894grande rejeição a esta prática, esse cenário vinha de empresas e, sobretudo, a
895experiência da ação da CETESB no Estado de São Paulo, empresas que não
896estavam trabalhando adequadamente com esse tema. Então, vejam, a
897complexidade do perfil de geração desses resíduos. Depois eu vou voltar a
898isso. Pelas próprias naturezas dos processos químicos, pelas práticas que se
899observam de segregação ou de dificuldade de segregação de resíduos e
900materiais dentro dessas empresas, pelas maneiras como elas vinham sendo
901gerenciada, principalmente negligenciando os seus planos de gestão ambiental
902e os seus planos de gerenciamento de resíduos, isso levou, realmente ao fato
903de que, todos, do órgão ambiental envolvidos, no Estado de São Paulo, com a
904matéria, ficasse realmente com o pé atrás, com relação ao setor. Isso eu vou
905trazer de novo, eu estou falando da experiência nossa e da dificuldade de
906controlar isso, a tipologia de resíduos. Por isso que é importante, além de ser
907uma tipologia elegível, que vocês vão ver, lá para frente ela sai, é um processo
908industrial que consegue ter uma continuidade, com uma certa qualidade, que
909não tem grande variação no processo, para que venha a ter grande variação no
910resíduo, no perfil de geração do resíduo, ou seja, o resíduo que foi gerado, ele
911vai ter sempre aquele princípio, aquela composição, aquelas variações de
912concentrações das substâncias, incluindo aquelas que nós consideraríamos de
913interesse ambiental. Então, por isso a importância. E eu já quero ressaltar que
914a tipologia de resíduos legíveis, ela foi apresentada pelo próprio setor produtivo
915ao GT, em um trabalho conjunto com a CETESB, Ministério Público no Estado
916de São Paulo e nós, da CETESB, do grupo que tem estudado micronutrientes
917na CETESB, usamos toda a informação de caracterização, composição e
918classificação de resíduos que nós já temos no nosso histórico, porque nós
919temos um histórico de banco de dados desses resíduos, possíveis candidatos a
920fornecedores de micronutrientes e em função disso que nós assim,
921propusemos aqui, alguns daquela relação de elegíveis, não continuassem
922como elegíveis. Então, aí nós entendemos que, por isso que nessa linha de
923aceitar só aqueles elegíveis, que contenham as concentrações mínimas dos
924micronutrientes de interesse e não concentrações indesejáveis de substâncias
925tóxicas ou persistentes. Sobe. Sobe. Abaixa, por favor. Bom, aqui é um outro
926ponto que vocês vão ver, que é o centro de dissenso, porque os que a princípio
927não concordavam com... A resolução nenhuma, eu já adianto que sentiram
928uma evolução na discussão e hoje concordam com a discussão, coma
929possibilidade de uma resolução, só que ainda seriam resíduos que não
930contenham nenhuma concentração de substâncias contaminantes orgânicas e
931inorgânicas. Então, aqui a diferença da posição dos órgãos ambientais da CNI,
932é que nós entendemos que daria para aceitar uma concentração de
933contaminantes inorgânicos, que serão com aquelas substâncias inorgânicas,
934pelo fato de elas já existirem no solo e pelo fato de elas já existirem no que é
935aplicado hoje, sem ser feito por resíduos e pelo fato de nós termos uma
936resolução, Conama e no caso do Estado de São Paulo, uma lei estadual que
937estabelece valores orientadores para solos. Bom, também outra questão, que
938saiu o aprimoramento de mecanismos de controle, principalmente dos órgãos
939ambientais E isso nós deixamos bem claro na nossa Resolução, esses
940mecanismos de controle. Então, não vai ter dúvida para o órgão ambiental, de
941como ele proceder. E finalmente, isso é um outro ponto que eu ressalto, que já

942saiu como um pressuposto da 1ª reunião da Câmara, que é a proibição da
943utilização de resíduo caracterizado como perigoso, pela norma da ABNT.
944Depois nós vamos ver, tem um grupo que ainda tenta vir com uma outra
945proposta nessa linha, que depois eu vou comentar isso, um pouco mais para
946frente. Bom. Então, esse é o principal conjunto de razões pelas quais os órgão
947ambientais, Ibama, o Governo do Estado de São Paulo e a CNI são favoráveis
948a Resolução. Aí agora tem uma questão específica, que o Ibama, como
949Governo do Estado de São Paulo e nesse caso o Ministério da Saúde também
950já entrou com uma proposta, que realmente, esses resíduos que estão
951elencados aí, eu não vou entrar em detalhe, depois se nós formos à discussão,
952nós abrimos, são resíduos que, no nosso entendimento, de caracterização pela
953CETESB, como eles são gerados, em geral em filtros ou processo de controle
954de poluição do ar, pode ser que eles contenham substâncias orgânicas. Daí eu
955já abro isso para uma outra problemática, a substância orgânica ela não ocorre
956na natureza, nós não temos limites para todas elas na Legislação. Então, e a
957fosse abrir para esses resíduos, nós tínhamos que voltar a discutir a
958Resolução, porque daí tinha que ter uma maneira de como analisar nos
959resíduos e fixar um limite, daí não aparece modelo nenhum, a não ser o não
960detectável, porque ele não ocorre na natureza. Por quê? O modelo proposto, é
961que no caso tem o modelo que foi proposto para o Estado de São Paulo, é
962proposto para substâncias inorgânicas, dentro de uma linha que daí eu vou
963ressaltar. Então, é por essa questão e daí eu já chamo atenção, um dos pontos
964que nesse segundo mandato do GT nós procuramos trabalhar bastante para
965evoluir. Então, teve várias reuniões em off, foi justamente aprofundar o
966conhecimento dessa geração de resíduos, Isso poderia ser mais aprofundado,
967mas não é aqui nessa Câmara que eu vou dizer que ele vai ser aprofundado,
968porque seria um debate de pessoas especialistas em caracterização de
969resíduos, com base em laudos analíticos já produzidos para esses resíduos. Só
970uma opinião de alguém balizada que resolveria essa questão. Porque eu já
971estou chamando atenção de algumas coisas, que lá na frente vem uma
972proposição de reabrir o GT, depois eu vou ter, na qualidade de coordenador, as
973minhas considerações sobre reabertura de GT. Bom. Então, agora com relação
974ao modelo proposto pelo Governo do Estado de São Paulo, para determinar o
975aporte de concentrações de contaminantes inorgânicos. O Ibama, o Governo
976do São Paulo foi quem propôs, obviamente e a CNI, elas concordam com esse
977modelo que São Paulo propôs, porque é um modelo que em consumo, qual é a
978ideia? Que considerando uma prática agrícola, agora pensando em tudo, o
979mais conservativo possível, que aí vem um outro dissenso depois, mas quando
980o órgão ambiental pensa em modelos, ele pensa em valorar os parâmetros do
981modelo da maneira mais conservativa possível, porque ele quer trabalhar com
982princípio da precaução. Eu entendo que aqui o setor produtivo pode ousar e
983propor algo mais realista, isso é uma coisa que depois nós vamos ter que
984discutir, é uma discussão que sobra e não se esgota também, talvez em uma
985única reunião, mas de qualquer maneira a ideia é, imaginando, sei lá, 100 anos
986de prática agrícola, onde se estaria aplicando esse fertilizante na máxima
987quantidade possível, esse micronutriente, que se possa aplicar que... E
988considerando a concentração que nós íamos aceitar neles, das substâncias
989inorgânicas, nós não estaríamos excedendo o valor de prevenção do solo, que
990é a concentração de contaminantes, a cima da qual o solo começa a perder a
991sua multifuncionalidade, ainda não chega a ficar contaminado para representar

992riscos. A produção pode diminuir, porque pode aparecer efeitos fitotóxicos, as
993plantas, alguns microrganismos do solo podem nem todos resistirem ou
994começar a querer fugir, nós estamos agora fazendo uma metodologia de (...)
995ecológico e para esses microrganismos em sair de fuga, primeiro, nós não
996queremos que eles morram, mas o indicativo de que eles comecem a fugir do
997solo, que o solo não está ficando bom. Mas, de qualquer maneira. Então, olha,
998a nossa ideia é, aplicando o máximo possível, com a concentração que se
999espera no micronutriente, por período máximo possível de utilização do mesmo
1000solo, não estaremos excedendo valor de prevenção, descontado o que já que
1001existe do metal no solo. Daí agora já vem alguns questionamentos e eles vêm
1002por conta do caráter, como dizia, novo, da própria Resolução, por quê? O valor
1003de referência de qualidade, de solo limpo, cada Estado vai ter que estabelecer
1004o seu, até o momento só São Paulo e Minas Gerais estabeleceram, mas eu
1005entendo que são dois bons pontos da construção de um conjunto de dados de
1006estatística, porque se São Paulo é pobre na concentração de metais e Minas é
1007muito rico. Então, dificilmente nós iríamos achar um Estado tão mais pobre que
1008São Paulo, em termos de metais e tão mais rico do que Minas, em termos de
1009metais. Eu estou dizendo que nós achamos ou consideramos, que isso vai ser
1010um outro ponto, que nós podemos discutir dias aqui, já temos um pouco de
1011dados para começar a nos basear, para ver com que segurança nós estamos
1012trabalhando. Vai passando, por favor. Bom, no caso vieram duas proposições
1013mais ousadas, da CNI. Eu já chamo atenção, que ao longo dos debates no GT,
1014elas vieram só que depois foram superadas por conta de sempre ter aquele
1015contraposição de se querer o máximo possível a precaução, mas vamos lá,
1016elas estão aí, eu preciso reportar. A CNI... Não, acho que anterior ainda a isso,
1017tem uma outra coisa, não tem? Não. Não. Aquela dos outros resíduos. Bom, a
1018primeira, então, é que a CNI ela considera que não haveria necessidade de
1019proibir utilização de resíduos perigosos, de acordo com a norma. Aí eu vou já
1020entrar com esclarecimentos, veja, isso, eu fui muito categórico, inclusive com
1021todas as dificuldades, o único dia que eu ameacei de interromper os trabalhos
1022e pedir, como é que fala? Jogar o chapéu, foi esse dia, que é uma coisa que eu
1023chamo muito a atenção para quem for decidir aqui. Qualquer discussão vai
1024evoluir se partir dos pressupostos já acordados e todos respeitarem. Por quê?
1025Se você faz uma reunião da Câmara Técnica, sai um pressuposto, depois
1026quem chega e já quer sentar na janelinha, eu gosto de fazer essas figuras
1027cômicas, quer mudar de novo o pressuposto, a discussão não evolui. Então, é
1028uma das coisas que eu estou falando, se por acaso tiver outro GT, dois
1029condicionantes, tem que ter os pressupostos e a regra de que eles não vão ser
1030revistos, porque, senão, daí nós não vamos conseguir evoluir. Mas de qualquer
1031maneira a alegação de que assim, porque olha, o resíduo, um exemplo, ele
1032pode ser classificado como perigoso por toxicidade, no caso presença de
1033substâncias tóxicas, que eles aceitam que em um... Se for perigoso por
1034substância tóxica, a princípio não teria problema, mas ele poderia ser perigoso,
1035um exemplo, porque o PH é meio baixo, entende-se que ao longo da aplicação
1036esse PH seria corrigido, só que pressuposto de usar esses resíduo perigoso,
1037gente, eu espero que todo mundo aqui use a inteligência e conclamo ao uso da
1038inteligência, se você está em um grupo onde tem o Ministério Público e não
1039quer nada e o outro quer usar até resíduo perigoso, espera aí, é a mesma
1040coisa que ir para os Estados Unidos e Rússia no tempo áureo da guerra fria,
1041não vai se conseguir nada em uma mesa. Então, isso é um ponto que eu

1042conclamo a todos. Se nós queremos uma resolução, que todos sejam sensatos
1043e estejam dispostos a abrir mão de alguma coisa, senão ela pode correr o risco
1044de não sair. De qualquer maneira a minha observação, que essa consideração
1045é extemporânea, porque já saiu como um pressuposto da Câmara Técnica
1046anterior. Inclusive... Mais para baixo, por favor. A segunda questão é que a CNI
1047propunha de deixar um pouco mais aberto a lista de resíduos de elegíveis, ou
1048seja, usar o que nós temos como elegível como uma coisa exemplificativa e
1049deixar a cargo dos órgãos ambientais a decisão final, desde que atendam
1050alguns critérios, isso eu vou colocar a minha experiência, daí se nós estamos
1051achando que existe dificuldades nos órgão ambientais para lidar com a matéria,
1052nesse caso vai haver mais, porque como eu estou falando, quem está
1053acostumado a lhe dar mais são os Estados do sudeste, que já lidam com essa
1054tipologia de resíduo e nós de São Paulo, como eu falei, temos a visão da
1055dificuldade de enxergar essa tipologia, no sentido de, o que efetivamente sai de
1056um processo é efetivamente segregado e vai parar na indústria de
1057micronutriente. Então, nesse sentido nós achamos que se tiver resolução nós
1058vamos manter uma primeira lista de elegíveis ou se abre o GT para discutir e
1059aumentar elegíveis, mas não nessa linha que está aí, deixando a critério dos
1060órgãos decidirem no caso a caso ou, então, para sair uma resolução, já que ela
1061sai só com esses elegíveis, porque daí nós não vamos ter grandes problemas.
1062Eu chamo atenção, que foi o próprio setor produtivo que ofereceu essa lista
1063dos elegíveis, ela era uma pouco maior e ao longo de discussões com o grupo
1064da CETESB, que tem um conhecimento de perfis de resíduos, ela foi sendo
1065restringida. Também por fim, aí a CNI ela concorda com o modelo de São
1066Paulo, para determinação das substâncias inorgânicas, só que ela propõe a
1067parametrização mais realista e menos conservadora, que depois isso... Eu não
1068vou entrar no mérito agora, porque como eu falei, primeiro nós temos que
1069discutir como vai ficar a resolução, daí nós vamos entrar nesses detalhes,
1070senão nós não acabamos, não conseguimos enxergar nada. Isso é uma coisa
1071passível de discussão, no meu entendimento, porque até alguma coisa assim,
1072que nós do órgão ambiental propõe para ser efetivamente conservativo, do
1073princípio de precaução, na prática a apropria agricultura reconhece que aquilo
1074é exagerado, daí teria que ter uma mediação no Ministério da Agricultura, aí
1075também, porque o órgão ambiental não tem esse conhecimento profundo da
1076prática agrícola para dizer, não, olha, tais parâmetros da agricultura são
1077realmente realista ou não. Bom, por fim, teria também uma outra questão...
1078Abaixa mais um pouco aí. Isso também sugeriu nos debate, só que também
1079não houve um tempo para amadurecer extremamente, que é a questão do
1080beneficiamento do tratamento dos resíduos que vão ser utilizados. O que nós
1081vemos é que existe aí na prática, intermediários que são verdadeiros Xing lings
1082da utilização de resíduos, isso tem que ser reconhecido, fazem de tudo, pegam
1083o negócio e muda a nota fiscal e acham que transformou em alguma coisa,
1084mistura coisa que pode com coisa que não pode, ou seja, é complexo lidar com
1085todos esses. Então, no GT, até foi uma coisa que, para sair alguma minuta nós
1086falamos, não, olha, nós só vamos aceitar tratamento e beneficiamento se for
1087feito direto no produtor do micronutriente, porque o produtor do micronutriente
1088já tem os controles para fazer o micronutriente, ele vai ter os controles para
1089fazer o beneficiamento ou o tratamento. Bom. Então, aqui eu encerro as coisas,
1090pró e contras, mais favoráveis a uma resolução, entendendo que melhorar a
1091proposta levaria a uma boa resolução. Agora, vem a ala...

1092

1093

1094 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alfredo, só uma
1095 interrupção, só para esclarecimento, porque quando eu analisei as propostas
1096 que foram para o site, o Ministério da Saúde, na verdade, aportou duas
1097 propostas e me pareceu, eu pediria um esclarecimento antes de nós entrarmos
1098 nisso, me pareceu que a proposta do Ministério da Saúde em si, era favorável
1099 a resolução e que a outra proposta apresentada, que era da ABRASCO, e era
1100 contrária a resolução. Então, como nós precisamos uniformizar um pouco isso,
1101 porque senão vai aparecer Ministério da Saúde nas duas. Eu consultaria a
1102 representante do Ministério da Saúde, para entender o posicionamento do
1103 Ministério da Saúde, se ele acompanha a ABRASCO, até onde acompanha,
1104 enfim.

1105

1106

1107 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1108 Eu posso só fazer uma observação? Olha, eu acho que se nós queremos
1109 evoluir, até a última realização da Câmara tinha os prós e os contras, hoje eu
1110 acho que diria que todos são favoráveis, eu colocaria, não sei, depois você diz.
1111 O Ministério da Saúde, os que são favoráveis a ter uma resolução, só que eles
1112 ainda estão na ala mais conservadora, (*Risos!*), foi assim que eu os coloquei
1113 aqui.

1114

1115

1116 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, tudo bem,
1117 mas só para nós termos bem claro, porque eu entendi e achei que você estava
1118 expondo dessa forma, que os primeiros lá citados eram favoráveis a
1119 manutenção da resolução, embora houvesse uma série de discordância nos
1120 outros aspectos, como foi bem destacado e que PROAM e Planeta Verde são
1121 contra a Resolução. Eu entendi isso. Das manifestações. E o Ministério da
1122 Saúde ficou, ABRASCO contra, o Ministério da Saúde a favor. Então, era mais
1123 no sentido de nós, digamos assim, tirar o Ministério da Saúde do muro para
1124 nós podermos avançar em relação a essa história. Não, desculpa.

1125

1126

1127 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Daniela, Ministério da Saúde. Não,
1128 nunca estamos no muro, na verdade assim, eu acho que eu coloquei
1129 claramente a nossa posição na última reunião. No início do... Nós fomos
1130 relatores desse grupo durante um bom tempo e participamos ativamente dele e
1131 durante muito tempo o que nós procuramos fazer foi, que não existisse a
1132 regulamentação pelo entendimento da não utilização de micronutrientes, por
1133 toda problemática que já discutimos na outra reunião, no Grupo Técnico
1134 exaustivamente, nos seminários, enfim, não vou me repetir. O que nós
1135 procuramos fazer, a partir do momento que, dentro do setor saúde nós temos
1136 vários institutos e, enfim, várias áreas que compõem o Sistema Único de
1137 Saúde, o que nós procuramos fazer foi solicitar aportes de todos esses
1138 parceiros, para que nós pudessemos construir o nosso parecer. Nós
1139 recebemos, na verdade, alguns aportes por e-mail e nós recebemos esse
1140 parecer formal, da ABRASCO, que nós entendemos por bem, uma vez que foi
1141 formalizado por uma associação, colocar como anexo ao nosso parecer, mas o

1142nosso parecer eu acho que está claro o suficiente, colocando que, nós somos
1143favoráveis com ressalvas, que sejam acatadas aquelas ressalvas. É isso que
1144está escrito no nosso parecer. Posterior ao prazo e nós não quisemos colocar
1145nada depois do prazo vencido, porque eu acho que não é justo com quem vai
1146fazer uma consolidação, nós recebemos também uma contribuição do INCA,
1147mas essa contribuição eu trouxe, enfim, caso necessário, vou encaminhar
1148formalmente também, mas é com essa visão que eu acho que é importante,
1149sempre que alguém que contribui institucionalmente, isso tem que ser visível
1150para todos porque, senão começa a parecer que o setor saúde tem várias
1151vozes. Não, a única voz aqui sou eu, que represento ou quem representar aqui
1152o Ministério da Saúde, nós somos favoráveis, por todo esse avanço que nós
1153tivemos em cinco anos, cinco longos anos de discussão, mas com ressalva
1154sim, de que nós tenhamos o menor impacto possível, sempre visando, enfim,
1155as questões de saúde pública.

1156

1157

1158**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok, eu acho que
1159está esclarecido. Podemos avançar, então.

1160

1161

1162**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1163Bom. Então, aí eu fiz um outro bloco, que em assim, eu entendo que não é
1164mais aquela posição de ser totalmente contrário, que poderia ter uma
1165resolução, só que daí eu vou ressaltar o que é mais, vamos dizer, diferente.
1166Bom. Então, o Ministério da Saúde, PROAM e Planeta Verde, elas entendem
1167que houve avanço na discussão da matéria, no âmbito do GT, mas que ela
1168ainda precisaria evoluir, para se ter mais segurança de tomar alguma posição.
1169Então, na forma como a Resolução está, eles não concordariam e o ponto
1170principal é que só deveria aceitar os resíduos como, na fabricação dos
1171micronutrientes, se removesse totalmente aqueles contaminantes do resíduo.
1172Depois eu vou abrir palavra, mas eu entendo que o ponto, um dos pontos
1173chaves aí, é essa questão da remoção total. Então, os argumentos principais...
1174Se puder ir abaixando aí. Que os contaminantes inorgânicos e orgânicos, eles
1175não interessam, como micronutrientes, são prejudiciais ao solo, nocivos às
1176plantas e podem representar risco inaceitáveis, ao meio ambiente e a saúde
1177humana. Então, aí nessa frase eu procurei resumir um grande início, que eu
1178acho que envolve as questões, principalmente da saúde, porque realmente
1179nós, eu posso falar isso de carteirinha porque faz 10 anos que eu venho para
1180Brasília, quase uma vez por mês, eu saí da resolução de solos, que nós
1181conhecemos juntos e caí na de micronutrientes. Realmente nós estamos
1182estabelecendo os nosso valores de referência de qualidade, solo limpo, para
1183conhecer mais, temos valores de prevenção que foram estabelecidos mediante
1184uma conjugação de dados de risco ecológico, com ensaios fitotóxicos, que
1185foram feitos para esses metais e para as principais plantas sensíveis a esses
1186metais. Nós entendemos que vai evoluir, quinta-feira nós vamos ter uma
1187reunião na CETESB para discutir a revisão dos nossos valores orientadores.
1188Então, provavelmente cumprindo o que o Estado nos determina, nós vamos
1189fazer a terceira atualização de valores orientadores. Esta semana está tendo,
1190na CETESB, um curso de risco ecológico, avaliação da risco ecológico. Então,
1191realmente é uma matéria que precisa evoluir e eu chamo atenção, porque aí é

1192que reside a principal preocupação do pessoal da saúde. Se você perguntar
1193para alguém da área de saúde, ligada, não ao meio ambiente, mas aos
1194pacientes, vamos colocar assim, porque isso eu pude ver nitidamente, ele vai
1195falar, mas quem garante que isso aqui, nesse tanto não vai passar por
1196alimento, as pessoas não vão consumir algo que possa ser uma dieta, que
1197efetivamente represente um risco crônico. Então, realmente é um ponto que eu
1198acho que nós vamos ter que evoluir e amadurecer o conhecimento para até ter
1199mais segurança. Bom, nós temos conhecimento suficiente de solos brasileiros,
1200sobretudo, quanto aos limites seguro, para concentração de substâncias
1201tóxicas, como cádmio, chumbo e mercúrio, que podem passar por um processo
1202de bio acumulação ao passar do solo para as plantas. Esses foram os
1203argumentos. Também não foram estabelecidos limites seguros de exposição
1204humana a essas substâncias, cujos efeitos tóxicos e carcinogênicos e agravos
1205à saúde, são conhecidos. E eles entendem que a participação dos órgãos
1206ambientais, nas discussões, foi limitada, deixando a desejar, sobretudo, com a
1207realização de uma avaliação, auto- avaliação sobre a efetiva capacidade de
1208realizar o controle requerido. Nesse ponto eu, como coordenador do grupo e
1209participante da CETESB, reconheço, nós tivemos a participação de Minas, de
1210São Paulo, um pouco do Paraná, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente.
1211Muito embora, como eu falei, a concentração disso vai estar no Sudeste,
1212quando... Então, eu diria que a representação foi maior, mas realmente, de
1213outros órgãos ambientais a participação foi mais limitada. Bom. Então,
1214questione-se a capacidade da gerenciamento das unidades de geração de
1215resíduo e de fabricação de micronutriente. Isso é uma coisa que realmente
1216procedia, como representante do Estado de São Paulo eu digo que ainda
1217procede, na realidade de hoje, muitas empresas elas não estão fazendo,
1218apesar de terem uma licença ambiental, isso que eu chamo atenção, que é o
1219ponto da divergência entre CETESB e Ibama. Uma licença ambiental não é a
1220solução para tudo. Uma empresa ela pode ter uma licença, ser formalmente
1221regular, mas praticar barbaridades enquanto alguém não vai lá ver. Por isso
1222que a maneira que nós encontramos de checar ou de contornar essa situação,
1223é exigir que ela tenha, o seu plano de gestão ambiental, efetivamente
1224implantado e o seu plano de gerenciamento de resíduos, porque a empresa
1225pode mandar para o fabricante de nutriente só aquele residindo que está
1226aprovado, mas pode estar pondo um resíduo perigoso no lixão, uma coisa não
1227quer dizer nada com a outra e mais... Não, mas é um ponto que saiu, mas de
1228qualquer maneira... Não, não é divergência, não é que nós divergimos, a
1229divergência é que tem interpretação de que basta ter... Tendo a licença está
1230cumprindo o papel. Aqui a segurança que nós colocamos para avançar no
1231controle do órgão ambiental, é que ele tem que ver se tem o plano
1232gerenciamento de resíduos em ordem e gestão ambiental, porque é aquela
1233outra coisa, ele pode estar mandando o resíduo certinho por micronutrientes e
1234estar poluindo o ar, poluindo a água, isso tudo que saiu exaustivamente nas
1235nossas reuniões. Então, eu procurei fazer uma compilação de tudo. Também
1236tem a questão que ainda a PROAM e o Planeta Verde não aceitam o modelo
1237proposto pelo Governo de São Paulo, para determinar aporte máximo de
1238contaminantes inorgânicos ao solo. As razões são, questiona-se ainda o valor
1239de prevenção que é usado no modelo, que a mola mestre do embasamento e
1240também o modelo tem que utilizar os parâmetros da instrução normativa IN 27
1241do Ministério da Agricultura, porque quando afeta a agricultura nós não

1242podemos inventar aqui, sendo uma resolução ambiental e mudar. Então, esses
1243foram os dois pontos aí, que levaram a não concordância com relação ao
1244modelo da CETESB. Bom, também a PROAM e o Planeta Verde entendem
1245que muitas discussões elas devem ser pronunciadas como, por exemplo,
1246destacando tecnologia de tratamento dos resíduos para aprimoramento dessa
1247Resolução e eles propõem um retorno ao GT, para aprofundar. Bom, o Ibama,
1248PROAM e o Planeta Verde retomam a discussão sobre algumas questões de
1249aceitar resíduos importados, volta àquela questão de resíduos importados,
1250porque entende-se que alguns controles requeridos, que seriam feitos para
1251geradores nacionais, não se consegue fazer para os geradores internacionais.
1252Nós já tivemos essa discussão aqui, mas o pessoal entende que ela não se
1253esgotou. Daí teve algumas propostas de melhoria do texto que, como eu falei,
1254eu não vou entrar o mérito, porque primeiro nós temos que entrar no mérito da
1255Resolução. Então, incluindo aqui, a minha apresentação, eu só queria dizer
1256que assim, a retomada ao GT, ela só vai ser produtiva se ocorrerem algumas
1257coisas, primeiro como eu falei, vai sair daqui com pressupostos, que ninguém
1258mais, porque o que acontece no GTs? É muito comum aparecerem pessoas,
1259na discussão, que não participaram do processo. Daí elas tentam achar que é
1260possível reabrir tudo. Então, um GT irrestrito, eu entendo que não vai levar a
1261um melhor termo essa questão da Resolução. Se for um... Se reabrir o GT, é
1262com mandatos específicos, pontos específicos, tem que sair daqui, pontos que
1263são pressupostos, um exemplo, esquece resíduo perigoso, esse é um exemplo
1264típico e pontos a serem amadurecidos, vou dar dois exemplos, tipologia de
1265resíduos candidatos e tecnologias para tratamento, para remover
1266contaminantes de resíduos, porque olha, sejamos razoáveis eu posso me
1267munir de paciência infinita e voltar a coordenar o GT, as pessoas vão ter a
1268maior boa vontade de vir, só que algumas coisas nós temos que ver, que nos
1269próximos 6 meses não vão mudar muito. Primeiro, nos próximos seis meses,
1270nenhum Estado, praticamente se espera que vai estar com os seus valores
1271orientadores, eventualmente um ou o outro. Nos próximos 6 meses nós não
1272vamos ter um novo processo de fazer uma avaliação de risco ecológico para
1273ter novos valores de prevenção que vão efetivamente balizar a realidade
1274brasileira a ponto o que os cientistas do solo e da saúde fiquem insatisfeitos,
1275isso não vai ocorrer, não adianta achar que é ilusão. Uma coisa que nós
1276precisamos amadurecer é, porque o setor produtivo, pelo menos as facções
1277que discutiram, eles alegam que hoje, o que é praticado em termos de
1278tratamento da resíduos, é para evoluir na concentração do metal que interessa,
1279não para remover o que não interessa. Então, eu não entendo, não me senti
1280suficientemente esclarecido se realmente pode ou não pode aparecer uma
1281tecnologia aí, que trate os resíduos a ponto do eliminar totalmente as
1282substâncias técnicas presentes. E com isso eu encerro aqui, o compêndio que
1283eu fiz, para abrir as discussões.

1284

1285

1286**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Antes de abrir as
1287discussões eu só queria complementar, não vou entrar também na leitura, não
1288vou fazer a leitura do posicionamento do MMA, mas só destacar o que MMA
1289concorda com essa posição, em relação à questão do licenciamento ambiental,
1290que o Alfredo salientou aí, a posição do Ministério do Meio Ambiente é no
1291sentido de enfatizar a necessidade do plano de gerenciamento de resíduo e do

1292plano de gerenciamento de resíduos sólidos. E depois ele faz algumas
1293observações em relação à acreditação de laboratório e a questão da
1294importação, de onde colocar essas limitações de importação e etc. e de que
1295forma poderia fazer isso sem conflitar com a nossa legislação. Então, não vou
1296entrar no mérito da proposta dele, mas só para esclarecer onde é que está,
1297onde é que o parecer do Ministério do Meio Ambiente contribui para essa
1298discussão, de forma diferente do que já foi apresentado aqui ou reforçando
1299algumas posições que já foram apresentadas aqui. Bom, a minha intenção
1300inicial é fazer uma discussão só dos Conselheiros, mas tinha pedido a palavra,
1301eu não sei se é para esclarecer a posição do Ministério, é isso?

1302

1303

1304(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1305

1306

1307**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mas é em
1308relação ao que? É para esclarecer alguma coisa?

1309

1310

1311(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1312

1313

1314**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, vamos lá,
1315vamos ver o aviso, mas, por favor, seja objetivo e sintético com o aviso, senão
1316nós abrimos a discussão, além do que é a proposta nossa.

1317

1318

1319**SR. EDIMILSON COSTA (Anamma)** – Edimilson Costa, consultor da
1320Anamma. Até janeiro eu era funcionário do Ministério do Meio Ambiente e foi o
1321coordenador das consultas públicas, da parte de mineração do Plano Nacional
1322de Resíduos Sólidos. Eu gostaria de chamar atenção, que o evoluir desse
1323assunto, não se esqueça de olhar que dentro do Plano Nacional de Resíduos
1324Sólidos existe uma série de determinações para os planos de gerenciamento
1325dos resíduos sólidos das minerações que os órgãos estaduais de meio
1326ambiente passarão a ter que tomar como iniciativa, de exigir das empresas e
1327dentre elas a primeira é o estudo da qualidade, a viabilidade das barragens de
1328rejeitos que estão aí, por todo o País. Então, é só esse adendozinho, que com
1329a política tem essa nova situação a se incluir dentro das questões dessa
1330Resolução.

1331

1332

1333**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – É
1334só chamando atenção, a colocação dele, na verdade não acrescenta nada, já
1335está lá, com a preocupa... (...) usar o resíduo do micronutriente alivia o impacto
1336da mineração, que é uma tarefa que nós vamos ter que fazer mesmo.

1337

1338

1339**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Muito bem.
1340Então, abro a palavra aos representantes da Câmara Técnica. Eu, em primeiro
1341lugar eu queria cumprimentar o Alfredo, eu acho que ele fez um bom trabalho,

1342conseguiu de maneira sintética, pela leitura que eu havia feito das
1343contribuições, ele conseguiu sintetizar bem os ponto de concordância e os
1344pontos de divergência que existem entre os diversos participantes, de maneira,
1345o mais isenta possível, que é difícil, embora, naturalmente transpire o
1346posicionamento, que é natural, de quem acompanhou todo o Grupo de
1347Trabalho, que tem uma profissão já bem consolidada em relação a isso, por
1348isso até a escolha dele foi, eu acho, bastante feliz. A partir disso, então, eu
1349abro a palavra para que façam as observações, por favor.

1350

1351

1352**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti do Planeta
1353Verde. Eu só tenho uma pequena correção do relatório. Quando coloca que o
1354Planeta Verde pedem um tratamento para diminuição dos resíduos, na
1355verdade, e remoção.

1356

1357

1358**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1359Não, é remoção, eu falei... Você entendeu diminuição. Não. É remoção.

1360

1361

1362**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Muito bem.
1363Alguém quer fazer alguma observação em relação à apresentação? Alguma
1364correção, esclarecimento em relação ao relato que foi feito pelo Alfredo? Por
1365favor, saúde.

1366

1367

1368**A SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu queria fazer, na verdade,
1369algumas considerações, não ao relato propriamente dito, Rocca, porque eu
1370acho que está muito bem relatado, os pareceres estão disponíveis na integra,
1371para quem quiser acessar, mas algumas das questões que foram colocada,
1372Márcio, em especial eu acho que eu peguei aí dois pontos, que você falou no
1373final, do parecer do Ministério do Meio Ambiente e algumas questões que
1374foram colocados também nos pareceres, que, na verdade, eu acabei ficando
1375um pouco confusa, porque nós temos uma resolução que é de 2009, que a
1376420, que ela já estabelece algumas coisas que estão sendo colocadas como
1377ressalva. Então assim, a sensação que eu, às vezes, fico, que parece que nós
1378queremos cada vez fazer uma resolução porque a outra não deu conta de fazer
1379aquilo que ela deveria fazer. Então assim, acreditação laboratorial está na 420.
1380Então, eu acho que nós não deveríamos nos preocupar com isso aqui ou nós
1381estamos assumindo que a 420 não está dando conta daquilo, que ela rezou. É
1382a primeira coisa que nós temos que ver. Quando nós falamos em qualidade do
1383solo, também reza a 420, que todos os Estados terão que estabelecer. Então,
1384talvez, não sei se estou falando bobagem, porque aí é uma questão jurídica,
1385que nós só possamos considerar como aptos a utilizarem qualquer
1386procedimento com micronutrientes, aqueles Estados que já tiverem atendido a
1387420, porque qualidade do solo tem que ser feito por todos Estados, se não me
1388engano até este ano, está lá, acreditação laboratorial está lá, são cinco anos, a
1389partir da publicação da 420, se não erro as datas, para que todos os
1390laboratórios estejam acreditados, senão eles não vão poder ser utilizados pelo
1391SISNAMA. Então, algumas coisas eu acho que tem regulamentações. Eu estou

1392 chamando atenção disso porque alguns pontos foram destacados e esses são
1393 pontos destacados, porque senão eu acho que nós perdemos tempo em
1394 destaques que outras resoluções já estão dando conta desses temas. Eu fiquei
1395 muito em dúvida e é dúvida mesmo, talvez por desconhecimento técnico, da
1396 questão de tecnologias para remoção. Eu sou muito temerária cada vez que
1397 nós vamos falar que vamos estabelecer tecnologias, porque a partir do
1398 momento em que nós acabamos de estabelecer já está obsoleto, porque no dia
1399 seguinte aparece uma nova e nós incorremos, por muitas vezes eu vi
1400 legislações incorrerem nesse erro e aí, no dia seguinte tem uma melhor, mas
1401 ela não ode ser utilizada, porque não estava lá, na regulamentação, aquele tipo
1402 de tecnologia. Eu acho que o que nós nos propomos a fazer, Rocca, foi
1403 estabelecer... Bom, como eu já falei, na minha fala anterior, primeiro nós
1404 tentamos que não utilizasse, já que fomos voto vencido, a não regulamentação
1405 ela é muito pior do que simplesmente nós falarmos que não pode usar, porque
1406 nós batemos o pé nisso, está sendo usado, de maneira irregular, clandestina,
1407 sei lá, o fato é que está sendo usado. Então, nós tomamos a decisão e no
1408 parecer que eu li, da PROAM, eu entendi também que eles não estavam
1409 contrários à regulamentação. Eu acho que esse ponto nós já superamos, ao
1410 consenso de que temos que regulamentar, mas sim, da maneira mais restritiva
1411 possível, visando tudo aquilo que eu acho que está muito claro no nosso
1412 parecer, também foi colocado no parecer da PROAM, que nós temos que
1413 tomar cuidado com a bio acumulação, com aqueles processos todos que,
1414 quando nós tratarmos da matéria de estabelecer a qualidade do solo de cada
1415 um dos Estados, obviamente nós vamos tratar dessas questões também.
1416 Então assim, eu não sei se eu perdi o foco, mas as coisas que eu anotei, eu
1417 acho que não são matérias de discussão para essa Resolução. Então assim,
1418 eu só estou fazendo esse destaque, Márcio, para que nós possamos ser o
1419 mais objetivo possível. Eu acho que há muito que se discutir, eu acho que nós
1420 colocamos ali algumas questões claramente no nosso parecer e depois vem
1421 referendado pelo parecer do INCA também, de algumas questões que nós
1422 temos que tomar um certo cuidado, que a minuta de Resolução ela trazia como
1423 passíveis de serem utilizados e que nós somos terminantemente contra a
1424 regulamentação de determinadas substâncias. Eu estou com o Rocca e não
1425 abro, com a questão de resíduos perigosos, eu acho que se nós começamos a
1426 regulamentar resíduo perigoso também vai contra uma série de legislações que
1427 já estão aí, esse não é objetivo, nem dessa Câmara Técnica e tão pouco do
1428 Conama, nós estamos aqui procurando estabelecer critérios para um processo
1429 que já está ocorrendo. Então, isso eu acho que não temos mais o que discutir,
1430 mas eu só, o que eu estou pedindo esclarecimento, é que eu perdi o foco,
1431 porque a partir do momento que os sistemas estão sendo colocados ou já
1432 estão em outras resoluções ou não cabem como matéria dessa Resolução, eu
1433 queria entender como é que nós vamos proceder com a discussão, que o que
1434 eu tinha entendido que tinha ficado acordado da última reunião da Câmara
1435 Técnica, que nós faríamos um debate entre os Conselheiros que não seria a
1436 momento de nós, mas que cada Conselheiros, que não seria o momento e nós
1437 estarmos trazendo aporte, mas que casa Conselheiro sim, viesse com...
1438 Imbuído das informações necessárias para defender a sua pasta, para que nós
1439 pudéssemos chegar aqui sim, algum consenso, mas não o consenso da
1440 Resolução, o consenso do que fazer com a minuta da Resolução.

1441

1442

1443 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, não sei se
1444 eu encaminhei de maneira equivocada, primeiro eu só queria esclarecer o
1445 seguinte, a questão que o MMA, aí foi falha minha porque eu não li a íntegra do
1446 que o MMA propôs. O MMA não propôs laboratório acreditado para análise de
1447 solo e sim de resíduos, que era isso que não estava esclarecido ou
1448 suficientemente esclarecido no parágrafo, mas só um detalhe da redação do
1449 artigo, que eu acho que não vale a pena. Em relação às outras questões...
1450 Quer falar?

1451

1452

1453 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1454 Eu queria aproveitar assim, eu entendo, olha, os dois pontos que a Daniela
1455 colocou, primeiro a questão do valor de prevenção. Olha, o estabelecimento
1456 desses valores orientadores para solo, eles seguiam processo como
1457 estabelecimento de qualquer outro padrão ambiental, que ocorreram nessa
1458 casa, a diferença é que internacionalmente não se faz um padrão de qualidade
1459 de solo, são valores orientadores, por quê? É ocorrência natural, é o limite que
1460 começa a representar risco a saúde humana e ali, aquele valor onde o solo
1461 começa a perder a sua multifuncionalidade, porque nós precisamos entender
1462 que o solo, por si só, ele já contém aqueles metais, eles estão lá, no primeiro
1463 momento de uma forma que não é tão liberada, mas eles já estão lá. E nos
1464 introduzimos coisas ao meio ambiente, isso foi aceito quando se debateu toda
1465 a questão de qualidade e padrões de ar, de água, agora talvez nós nos
1466 tornássemos mais restritivos quando se fala de solo, porque no solo é onde
1467 produz o que nós comemos, mas no meu entendimento, que eu estou
1468 aprofundando nisso, antes do que nós comemos, nós bebemos muito mais
1469 água e respira muito mais água. Então, ainda tem, isso depois eu posso abrir a
1470 palavra, o questionamento é especificamente do Ministério Público, quanto ao
1471 valor de prevenção. Formalmente ele existe no Estado de São Paulo, mas não
1472 no nível no Conama. Agora, o que acontece é que, realmente quando nós
1473 começamos a praticar valores, se não dá mais para prescindir deles e órgão
1474 ambiental não pode mais prescindir desses valores, nós temos que começar.
1475 Então, nós começamos com uma coisa que se entende como razoável, ela foi
1476 votada, aprovada, discutida longamente. Então, são algumas questões como
1477 assim, até que ponto nós vamos questionar o trabalho que já foi feito ou que
1478 vamos aprimorar o trabalho que já foi feito. Então, eu acho que isso é a
1479 questão que paira sobre o valor de prevenção. Com relação à tecnologia de
1480 tratamento, eu chamo aqui outros universitários para esclarecer, porque eu não
1481 entendo. O que nós vimos e nós fizemos no Ministério Público, do Estado de
1482 São Paulo, uma reunião de um dia para discutir resíduos e tecnologias ou
1483 possibilidade de tecnologias, para realmente remover metais de resíduos. O
1484 que foi dito é que as tecnologias que se pratica é para concentrar o que
1485 interessa e acaba diminuindo o que não interessa, mas não teria algo para ser
1486 feito, para eliminar o que não interessa. Então, isso é um ponto realmente, que
1487 faltou tempo para amadurecer, nós tivemos um mandato limitado, dentro do
1488 que sai nas discussões, nós apresentamos o que achávamos razoável, dentro
1489 do mandato limitado.

1490

1491

1492 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti, Planeta
1493 Verde. Eu concordo, em parte, com o que a Daniela colocou. O PROAM,
1494 Planeta Verde, realmente não se opõe a edição de uma resolução. Não
1495 significa que essa Resolução, para nós, tenha um único parágrafo, que é
1496 proibido o uso de micronutrientes. Essa...

1497

1498

1499 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1500

1501

1502 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – De resíduos para...
1503 Márcio, deixa terminar, por favor. O Alfredo citou inúmeras vezes o Ministério
1504 Público e eu não consigo me separar do Ministério Público, eu sou promotor,
1505 eu sou Ministério Público e não consigo. Os valores de referência, o Alfredo me
1506 conhece e sabe a minha posição em relação a isso e falo de uma posição
1507 jurídica, portanto... E aqui não é a Câmara Técnica adequada, por isso... Mas
1508 eu só vou fazer uma breve referência. Constitucionalmente o valor de
1509 referência não é cabível. Isso eu vou discutir na outra Câmara Técnica. A lei de
1510 São Paulo, na qual a 420 se baseou, ela já tem vício de inconstitucionalidade
1511 declarado pelo... Suspenso parte da lei, suspenso pelo Tribunal de Justiça. A
1512 parte de valores de referência, certamente vai pelo mesmo caminho. Certo?
1513 Então, nós precisamos tomar cuidado. A Câmara Técnica, o Conama ele tem...
1514 Agora eu vou falar no meu ponto de vista. Tem que ter uma grande
1515 preocupação, a preocupação ambiental e saúde pública e vou falar de uma
1516 forma bastante clara, mas não é de forma agressiva ou beligerante. O Conama
1517 não pode estar preocupado com os problemas da indústria, de custo de
1518 indústria, isso é para outro fórum e um outro lugar. Se o custo é alto para
1519 obtenção de produtos na natureza, ele deve também ser considerado, já que
1520 quer se regulamentar, a forma absolutamente segura de se garantir o meio
1521 ambiente equilibrado e uma saúde para a população. Se o custo de remoção é
1522 alto, é um problema da indústria, não é um problema da Conama. Então, se
1523 nós vamos para um Grupo de Trabalho, nós temos que levar em consideração
1524 isso, é a segurança do meio ambiente. Eu acho que nós estamos desvirtuando,
1525 tomando um caminho perigoso aqui. Se todas as Câmaras Técnicas, todas as
1526 resoluções Conama tiverem uma influência ou uma pressão ou uma
1527 necessidade de regulamentar algo por conta de interesses privados, isso aqui
1528 está falido. O Ministério Público é contra porque nós estamos preocupados
1529 com o que nós estamos vendo em São Paulo. Nós pedimos um estudo sobre
1530 gestão dos órgãos ambientais porque nós conhecemos no Estado de São
1531 Paulo. O Roca foi claro aqui, ele mesmo colocou, que quando foram fazer
1532 inspeções em algumas indústrias eles se assustaram, significa que, não havia
1533 uma fiscalização de rotina preventiva. Recentemente nós tivemos uma reunião
1534 lá na minha sala, o Roca estava presente, uma questão de fiscalização, de
1535 aplicação de algicidas nas represas para captação de água para tratamento do
1536 consumo humano e o representante da SABESP simplesmente falou que
1537 nunca foi feita uma auditoria para saber se as informações prestados pela
1538 SABESP eram verdadeiras. Como é que nós vamos fiscalizar o mundo de Xing
1539 Ling, que nem o Alfredo colocou. Então, nós apreciamos tomar cuidado. O fato
1540 de estar sendo utilizado ilegalmente, esses resíduos, o fato de vir do exterior, o
1541 uso, esses resíduos para uso, isso é um caso de polícia, não é porque isso

1542está acontecendo que nós seremos obrigados a regulamentar uma coisa. Nós
1543estamos fazendo uma ginástica sem tamanho para estabelecer uma forma de
1544utilizar esses resíduos. Foi discutido se há possibilidade de utilizar esse
1545resíduos em outro lugar, como matéria-prima de uma outra coisa? Não foi. E
1546por que tem que ser no solo? Isso, para mim, está cheirando descarte de
1547resíduos, é isso. Vamos discutir se existe uma forma de reutilizar, reciclar de
1548uma outra forma, com uma outra finalidade. Nós não temos essa obrigação,
1549essa necessidade doentia, porque isso tem mais de 12 anos lá em São Paulo,
1550discutindo esse assunto, é uma coisa que está batendo, está batendo, está
1551batendo, porque quer, porque quer. Nós precisamos ter mais equilíbrio nessa
1552discussão, temos que aprofundar o máximo possível, sob pena de nós não
1553estarmos atendendo os anseios da sociedade, a quem nós estamos
1554representando aqui dentro. Então, eu pediria mais calma para todas, que essa
1555discussão se aprofundasse tecnicamente e profundamente, antes de darmos
1556continuidade no procedimento interno do Conama, passando para uma outra
1557Câmara Técnica ou até mesmo para o Plenário. Obrigado.

1558

1559

1560**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Quanto a essa
1561diretriz, é essa a nossa intenção mesmo, que nós esgotemos aqui para que
1562não tenha esse recurso ocorrendo em outras Câmaras, o que é indesejável,
1563que nós saíamos daqui com o máximo de consenso possível. Agora, eu
1564confesso Dr. Lutti, que eu estou confuso, porque eu tinha entendido o que
1565PROAM era contrário à regulamentação, depois fui convencido, ao longo das
1566nossas discussões aqui, de que eu tinha feito uma leitura errada, aí o senhor
1567inicia dizendo que é favorável a regulamentação, mas que ela deve ter um
1568artigo dizendo que é proibido...

1569

1570

1571**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu não falei que
1572eu sou a favor, eu falei que pode ser dessa forma.

1573

1574

1575**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu só queria
1576entender qual é a posição, porque... A Resolução diz assim, define critérios e
1577procedimentos para o uso de resíduos industriais, indicados como matéria-
1578prima, para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados
1579como insumo agrícola de aplicação do solo e dá outras providências. Então, se
1580o Planeta Verde e contra esta definição da Resolução, ele é contra a
1581Resolução.

1582

1583

1584**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Veja só, Márcio, é
1585importante isso, nesse momento?

1586

1587

1588**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que
1589sim. Eu acho que sim, nós temos que...

1590

1591

1592 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – O que vai mudar
1593 na discussão? Veja só. Nós podemos discutir e aprimorar, eventualmente, as
1594 propostas, desde que tenha uma discussão segura, profunda sobre o assunto.
1595 Eu não posso dizer já, a princípio seria isso, a princípio seria contra, da forma
1596 como está, seria contra. Entendeu? Foi reconhecido no parecer porque houve
1597 avanço? Houve avanço na discussão, mas falta muito. Uma vez entendendo
1598 que há uma segurança, aí nós não nos opomos, evidentemente.

1599

1600

1601 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A única
1602 preocupação que eu tenho, em fazer esse questionamento, é nós termos claro,
1603 ter claro o posicionamento em relação a nós avançarmos, quer dizer, se
1604 houvesse uma forma de encaminhamento possível aqui, era nós nos
1605 submetemos à votação. Olha, vamos discutir essa Resolução ou ela é uma
1606 nati morta? Ninguém acha que teremos essa segurança para definir os
1607 parâmetros. Eu não vou propor esse encaminhamento, eu só estou dizendo
1608 que é importante que nós tenhamos motivação de cada entidade que compõe a
1609 Câmara, para que nós possamos entender até onde se pode avançar, inclusive
1610 em relação aos procedimentos que nós vamos adotar na frente. Eu acho que
1611 algumas limitações estão muito bem colocadas aqui, em relação a nossa
1612 capacidade de conferir segurança, de 100%, etc. nós sabemos que isso não
1613 existe. Então, essas questões nós temos que ter bem claro aqui, até para nós
1614 podermos definir o encaminhamento mais produtivo, porque eu acho que não é
1615 interessante para ninguém que nós avancemos para depois voltarmos a um
1616 ponto de origem. Então, nós temos que, se nós vamos avançar, vamos sempre
1617 em frente. Se há um entendimento de que nós podemos evoluir com a
1618 Resolução, vamos gastar mais energia para evoluir com a Resolução, se nós
1619 não temos essa sensação, eu não, me proporia a não gastar energia, porque
1620 se nós vamos gastar energia correndo risco de retrocesso ou de barrar na
1621 Câmara Jurídica ou do barrar na Plenária, olha, eu sou o primeiro a dizer que
1622 não. Então, vamos poupar a nossa energia, porque a pauta dessa Câmara é
1623 extensa, nós temos uma série de assuntos para deliberar e nós temos que ter
1624 claro a seguinte questão, é interessante uma resolução com esse escopo ou
1625 não? Eu acho que isso é importante nós irmos amadurecendo, pelo menos,
1626 não precisamos decidir agora, eu acho que é importante nós amadurecermos,
1627 se nós chegarmos a conclusão de que este tema, definir critérios para isso não
1628 é factível ou não é interessante, não é viável, beleza, vamos tirar de pauta da
1629 Câmara. Se nós entendemos que dá para avançar, fazer uma primeira
1630 aproximação, prevê maneira de aperfeiçoamento. Então, eu acho que aí vale a
1631 pena nós gastarmos energia. Por favor.

1632

1633

1634 **SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA MOTA (Governo da Bahia)** – Júlio Mota,
1635 Governo da Bahia. Embora eu tenha sido alertado que quem chega depois não
1636 pode querer mexer em nada, (*Risos!*), aí tem que ficar calado. Eu só queria
1637 colocar o seguinte, eu acho que, com relação ao papel da Câmara Técnica e
1638 do próprio Conama, eu acho que é plural, é uma representação da sociedade,
1639 não tenho procuração de ninguém, mas eu acho legítimo que a indústria
1640 coloque seus interesses aqui e que seja discutido. Então, eu acho que está
1641 errado nós queremos aqui, limitar, representar a sociedade, a indústria também

1642é sociedade. Então, eu não sei, eu não estou entendendo assim, essa coisa, eu
1643acho que quem se sentir prejudicado vai à justiça, faz qualquer coisa, mas eu
1644senti uma coisa assim, como ameaça aqui. Eu não gostei desse
1645posicionamento.

1646

1647

1648**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti. Já que...

1649

1650

1651**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, tudo bem,
1652eu vou dar a palavra ao Dr. Lutti, porque é questão de esclarecimento da
1653colocação.

1654

1655

1656**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Primeiro que não
1657houve ameaça, eu acho o que senhor não entendeu muito bem. Está certo?

1658

1659

1660*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1661

1662

1663**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – É ótimo, o senhor
1664não ter entendido. Então, eu estou esclarecendo. Eu não faço ameaça para
1665ninguém, que ameaça é crime. Certo? Segundo, essa história do uso de
1666resíduos é muito antigo, eu não estou falando que quem chega agora e quer
1667sentar. Está certo? Então, veja só, isso aqui eu conheço desde 1996, 95 essa
1668discussão. Está certo? Isso aqui é interesse da indústria em ter um custo mais
1669barato, isso eu não estou colocando que é... Não é legítimo, absolutamente
1670legítimo, o que não é legítimo é privatizar aquilo que é público. Só isso que eu
1671quero colocar, não sei se o senhor entendeu.

1672

1673

1674**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Dr^a. Zuleika,
1675Governo de Minas Gerais.

1676

1677

1678**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** – Bom dia a todos.
1679Eu sou Zuleika Torquetti, estou hoje na diretoria de gestão de resíduos, da
1680Fundação Estadual do Meio Ambiente, FEAM, Minas Gerais. Eu gostaria de
1681fazer algumas ponderações, com relação a esse assunto em discussão. Em
1682primeiro lugar parabéns, Alfredo, pela condução do trabalho. Nós participamos
1683de várias reuniões, não em todas, por motivos aí, alheios a nossa vontade, mas
1684eu considero que essa discussão e essa proposta de Resolução, ela é
1685oportuna e necessária. Nós não podemos esquecer que os órgãos ambientais,
1686eles lidam com essa questão de reutilização de resíduos diariamente. Nós...
1687São levados, até o órgão ambiental, problemas cuja natureza está dentro da
1688indústria, dentro da fonte geradora do resíduo, onde são levantadas questões
1689onde há impossibilidade total, não existo soluções técnicas e economicamente
1690viáveis para, ou utilização ou reuso de algum tipo de resíduo. E também somos
1691muito assediados por empreendedores, empresários que querem montar os

1692seus negócios, miraculosos, mirabolantes para utilizar vários tipos de resíduos
1693de qualquer maneira. Com isso eu estou querendo dizer que nós recebemos
1694demandas de todas as naturezas, demandas sérias, de empresas preocupadas
1695com o gerenciamento de resíduos e de alguns outros oportunistas que querem
1696utilizar resíduos perigosos, não perigosos, não muito bem classificados, de
1697qualquer forma. Então, do ponto de vista do órgão ambiental, uma resolução
1698que trata dessa questão, ela é muito importante, para poder balizar as decisões
1699e a análise que o órgão ambiental tem, por obrigação, de fazer. Então, dentro
1700desse contexto, eu considero que essa minuta ela é adequada e ela reflete a
1701realidade do nosso cenário, tanto o cenário industrial quanto o cenário dos
1702órgão de controle ambiental, porque nós podemos ir até onde nós enxergamos.
1703Hoje nós já temos uma competência instalada, principalmente na CETESB, em
1704São Paulo, no controle da aplicação de resíduos industriais, de diversas
1705formas, não apenas no uso para aplicação agrícola, temos um trabalho aí,
1706extensivo, na busca dos valores de referência de qualidade do solo, tanto na
1707CETESB quanto em Minas Gerais, minas Gerais já tem os seus valores de
1708referência, agora está trabalhando para definição dos valores de intervenção. É
1709um processo complexo, demorado, que requer estudos por especialistas, que
1710não estão necessariamente dentro dos órgãos ambientais e... Mas nós já
1711temos uma base, eu acho que satisfatória, para podermos subsidiar uma
1712tomada de decisão nesta Câmara, nesse Conselho. Se esse problema de
1713reutilização de resíduos industriais, para o uso, para aplicação como um
1714insumo da indústria de fertilizantes é mais visível ou mais preeminente na
1715Região Sudeste, é uma circunstância que nós temos que considerar também e
1716justamente os órgãos, acredito que já estão trabalhando na definição dos
1717valores orientadores de qualidade do solo, já têm mais condições também, de
1718enfrentar esse grande desafio, que é justamente a implementação dos
1719procedimentos que estão aqui sugeridos. Não vejo que há como ir além do que
1720está aqui, concordo com Alfredo, quando ele diz que, para uma reabertura
1721desse Grupo de Trabalho tem que ser definido os pressupostos e também
1722outras novas demandas, porque o assunto já foi suficientemente discutido,
1723imagino que do ponto de vista técnico não teríamos mais argumentos ou
1724subsídios para avançar, ainda mais na discussão. E finalmente, eu acredito que
1725eu estou bastante acostumada, no meu dia-a-dia, a lidar com essa questão da
1726sugestão de minutas, de deliberações normativas para o nosso Conselho
1727Estadual. Eu sou partidária da seguinte ideia. Nós temos que propor uma
1728norma, discuti-la amplamente, aprová-la e aplicá-la na prática. Só na prática é
1729que nós conseguimos enxergar quais são as deficiências e quais são as
1730melhorias que aquela norma exige. Então, essa Resolução, do jeito que ela
1731está, ela tratará grandes desafios aos órgãos ambientais, no caso do órgão
1732ambiental de Minas Gerais, a própria prerrogativa que é dada aqui, de que o
1733órgão ambiental tem que autorizar a utilização daquele resíduo para aquele fim,
1734essa prerrogativa ela sai fora um pouco dos nossos procedimentos usuais, nós
1735teremos que criar novos mecanismos, porque em Minas Gerais nós temos
1736apenas um caso devidamente aprovado, para o Emprego de resíduo industrial
1737em áreas de plantio de eucalipto, que foi subsidiado em um amplo estudo
1738acadêmico, para definição de taxas de aplicação, existe o monitoramento
1739dessas áreas, em uma cultura que não é de consumo imediato, mas só temos
1740um caso, agora temos N pedidos para utilização de resíduos para esse fim, até
1741de empresas internacionais que nos procuram, dizendo que a tecnologia já é

1742conhecida e que nós precisamos estabelecer algum procedimento aqui. É
1743viável? Eu acredito que sim, do ponto de vista técnico é viável, senão, eu tenho
1744certeza absoluta que o Alfredo não estaria nem disponível para coordenar esse
1745Grupo de Trabalho, por toda a experiência técnica que ele tem na CETESB.
1746Então, o Governo de Minas Gerais está alinhado com essa proposta,
1747considerando aí que o modelo da CETESB e os valores que foram utilizados
1748para alimentar esse modelo são os mais conservativos possíveis e que são
1749adequados a esse primeiro passo, devemos ser mais conservativos para dar o
1750primeiro passo e testar na prática, se depois alguns casos aparecerem que
1751essas restrições sejam exigentes demais, abriremos novas discussões, novos
1752estudos, para poder avançar daqui um tempo. Obrigada.

1753

1754

1755**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alfredo.

1756

1757

1758**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1759Do que ela, falou eu concordo em tudo, só queria chamar atenção em uma
1760coisa, que eu vi que é um pouco, até uma metodologia do Conama. Então, ela
1761citou... Voltando a questão dos valores orientadores de solo que ele permeia
1762aqui. Então, ficou decidido, olha, não temos o melhor, mas nós apreciamos
1763começar. Então, ficou estabelecido, isso foi uma discussão muito grande e no
1764grupo de valores orientadores, chegamos a fazer uma reunião específica na
1765FIESP... Lá em São Paulo, que ela cedeu espaço meramente, aquela questão
1766é o seguinte, nós vamos engessar esses valores orientadores até que ponto?
1767Foi esse o ponto. Então, como ficou? No primeiro momento ficou que todos
1768aceitavam a proposta de valores orientadores, que é aquela de São Paulo, até
1769porque naquele momento não tinha uma outra coisa alternativa para discutir. O
1770mais assim, ambicioso, seria deixar uma resolução aberta, que qualquer
1771momento, qualquer Estado poderia ter o seu novo valor, a menos de referência
1772de qualidade. Você lembra? Nós participamos, foi um debate que Minas
1773também acompanhou muito de perto. Mas não, o que nós fizemos? Ficou que,
1774a qualquer momento que algum Estado tivesse um novo valor de intervenção,
1775um novo valor de prevenção, a discussão, ele reabriria a discussão no
1776Conama, como nós estamos propondo, nós vamos começar com uma lista de
1777resíduos que pode ser restrita para praticar, mas a abertura continua no
1778Conama, não a qualquer Estado, a qualquer momento. Então, é só isso que eu
1779queria aproveitar, de tudo que ela falou, como eu acho que pode nos ajudar
1780aqui.

1781

1782

1783**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Wanderley.

1784

1785

1786**O SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Bom, boa tarde a todos.
1787Wanderley da CNI. Eu vou fazer breves comentários, porque eu acho que
1788agora também nós já estamos no horário, quase chegando ao horário do
1789almoço e vamos deixar para discutir pontualmente cada ponto que, digamos,
1790nós teríamos divergência com o trabalho dito aí, mas é uma divergência
1791baseado muito na questão da praticidade, afinal de contas estamos ao que dá

1792para cumprir ou aquilo não vai ser cumprido na prática? Então, mais ou menos
1793em cima disso, que nós propomos, nós agradecemos aí, o apoio do Governo
1794da Bahia, na verdade, a indústria ela procura soluções, soluções que sejam
1795ambientalmente viáveis, tecnicamente justificáveis e economicamente também
1796sustentáveis. Então, você tem que, também buscar essa questão da
1797economicidade, porque tem várias rotas de geralmente de resíduos, uma delas,
1798já conhecida, são os aterros, se eu gero resíduo no meu processo porque é
1799intrínseco do processo, o que eu posso fazer com ele? Não discordamos de
1800forma alguma, do Ministério Público, precisamos buscar novas soluções, isso é
1801absolutamente correto, a política nacional traz isso, mas nós temos um caso
1802concreto, de utilização e dentro de uma técnica, dentro de um risco aceitável, é
1803bom que se diga, que em meio ambiente, em ciência nada e exato, tudo é
1804relativo, tudo, tudo, absolutamente tudo, isso desde a criação do método
1805científico. Então, eu acho que em cima da segurança, da discussão séria, que
1806eu acho que nós podemos construir uma resolução factível. A minha
1807proposição é essa e o Dr. Lutti, nós sabemos que, para os bons advogados, o
1808contraditório sempre existe. Então, sempre vai haver o contraditório, em
1809relação ao valor de referência e outras questões mais jurídicas e é bom a
1810democracia, nós termos isso, várias opiniões. A minha colocação é essa e na
1811parte da tarde, quando nós formos abrenhar um pouco mais a discussão, aí eu
1812vou colocar as minha preocupações, ouvindo aqui e estou muito feliz em saber
1813que hoje nós temos uma participação, grandes órgãos ambientais aqui, dos
1814Estados, porque são eles que vão aplicar isso. Então, é muito importante nós
1815também vermos isso, saber a segurança deles em aplicar essa norma. É
1816apenas isso, Márcio, obrigado.

1817

1818

1819**JUSSARA DE LIMA CARVALHO (Anamma Nacional)** – Jussara,
1820representante da Anamma Nacional. São os órgãos ambientais que vão aplicar
1821e é no município onde isso vai acontecer. Então, eu represento aqui os
1822municípios e queria, em primeiro lugar, parabenizar o Alfredo, porque ele fez
1823um trabalho que só quem está à frente, 10 anos participando e conhece com
1824tanta profundidade e sabe como é difícil nós compormos uma minuta desse
1825tamanho, para regular um assunto tão controverso. Segundo, eu queria colocar
1826a Anamma como favorável a apresentação dessa proposta, acho que a nossa
1827busca é em torno de soluções que visam à sustentabilidade, que têm um risco
1828calculado, eu acho que essa Câmara deve ousar nesse sentido, de buscar sim,
1829a solução para um problema que já ocorre de maneira absolutamente
1830descontrolada, onde nós, município, não temos muito que fazer nessas
1831situações. Então, eu acredito que isso será um grande ganho para o Brasil,
1832para a Legislação, para a aplicação dessa minuta, dessa lei. É isso em geral,
1833muito boa síntese, muito bom agrupamento, e concordamos no geral.

1834

1835

1836**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Quem mais
1837gostaria de se manifestar? A representante da ABES, por favor.

1838

1839

1840**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Boa tarde, já é boa tarde. Célia
1841Rennó. Eu vou, primeiro eu vou agradecer, Alfredo, pelo resumo e dizer para

1842você que eu estou chegando, pela primeira vez e antes de chegar aqui eu li
1843quase 500 páginas de material que estava disposto aqui, no site, para poder
1844tentar trazer alguma coisa e buscar junto aos associados, junto aos nossos
1845associados alguns pareceres e alguma opinião. Então, a transição da reunião,
1846da última reunião, confesso a você que é de leitura complicada, são 260
1847páginas de leitura muito difícil, garanto para você. Eu li também essa
1848transcrição e eu... E Alfredo, obrigada, porque você realmente resumiu o que
1849eu, mais ou menos havia entendido, agora eu tenho certeza, que algumas eu
1850entendi e outras não. Dentro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária,
1851eu busquei algumas opiniões antes de trazê-las aqui. Também não existe um
1852consenso. O que nós temos para nós é, que a nova legislação de resíduos
1853sólidos, o incentivo a reciclagem é uma coisa que deve ser buscada. Eu
1854entendo o que as preocupações do Ministério Público, muitas delas também
1855nós temos como limitar, a questão da saúde é muito importante, mas também
1856existe um cenário atual, onde essas coisas estão acontecendo sem nenhum
1857controle, que eu acho que esse cenário é indesejável. Então, nós queremos
1858sair desse cenário indesejável, talvez nós não vamos para o ideal, mas que nós
1859passemos por alguma coisa, pelo menos com maior controle. Então, é por esse
1860caminho que nós estamos trabalhando dentro da associação e trazendo aqui, a
1861nossa contribuição.

1862

1863

1864**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Dr. Lutti.

1865

1866

1867**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Lutti, Planeta
1868Verde. Só vou pegar o que o Governo de Minas falou, a Anamma falou, a Célia
1869acabou de falar. O fato e eu coloquei isso no início da minha palavra, o fato de
1870estar acontecendo o uso indiscriminado, não é por falta da lei. Essa é a grande
1871preocupação. A legislação é imensa e é proibido utilizar. Então, se Minas
1872Gerais está autorizando, eu não sei como, se os municípios não sabem o que
1873fazer, não sei por quê. Sabe. É proibir. Hoje é proibido utilizar. Então, nesse
1874aspecto, quando nós falamos que tem que ser discutido a gestão do resíduo, a
1875capacidade de fiscalização, o fato de nós regulamentarmos, simplesmente, não
1876vai por um passe de mágica desaparecer a importação clandestina, não vai
1877desaparecer os xing lings, tudo isso depende de fiscalização, de gestão. Como
1878fazer isso? Se hoje já não tem condições, quando é proibido. A
1879regulamentação não vai fazer com que todos entrem adequadamente no
1880sistema. Então, a proposta de discussão em um Grupo de Trabalho, sobre
1881gestão, que o próprio Alfredo reconheceu que não teve um pronunciamento,
1882esse é um aspecto que você mesmo estão confirmando. Era só isso que eu
1883queria colocar.

1884

1885

1886**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Evandro Costa, da CNC. Márcio, com toda
1887sinceridade, eu desconheço tecnicamente esse assunto, a apresentação do
1888Alfredo foi perfeito, eu gastei muito da apresentação do Alfredo, vejo aqui os
1889demais colegas querendo realmente a Resolução. Eu sou favorável à
1890realização. Agora, a CNC se sente assim, um pouco constrangida em relação
1891ao conhecimento técnico. Foi dito, na reunião anterior, que nós íamos fazer um

1892seminário, a respeito da técnica. Eu confesso que a parte da tarde, assim,
1893quando nós fomos trabalhar em cima da minuta, eu vou sentir dificuldade sim,
1894mas eu estou apoiando aqui os colegas, pela minuta, aprovar a minuta da
1895Resolução, trabalhar em cima, aliás, na mudança.

1896

1897

1898(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1899

1900

1901**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, eu acredito
1902que nós devemos retomar esse assunto à tarde, nós já estamos agora, são
1903meio dia e 15. Eu, particularmente tenho um problema que eu não vou
1904conseguir retornar aqui, antes de duas, de 14h15, 14h30, o que não impede de
1905nós retomarmos os trabalhos, nós só precisamos decidir como retomar. Eu
1906entendo que nós estamos em um ponto agora, do nivelamento do
1907conhecimento entre os Conselheiros, até porque tem muito Conselheiros
1908novos, que não acompanhou essa discussão antes, no Grupo de Trabalho,
1909como eu tinha falado no início, eu acho que é importante que nós elevemos o
1910nível de informação e foi bem colocado aqui, pelo Evandro, nós temos que
1911elevar o nível de informação que nós temos, para discutir o prosseguimento
1912dessa Resolução. Eu acho o que fundamental, para nós discutirmos hoje,
1913talvez seja até muito mais a forma de encaminhamento que se apreende dar a
1914esta discussão, do que propriamente entrar na discussão da minuta. Eu
1915proporia que nós, primeiro discutíssemos um pouco isso, se é que eu entendi
1916que há consenso de prosperar essa discussão, se nós chegarmos, eu vou a
1917dizer, o nosso tempo todo aqui, é muito curto e precioso, eu não pretendo e
1918indigno isso como linha de ação na presidência dessa Câmara, eu não
1919pretendo perder tempo aqui e acho que o tempo de todos nós é precioso. Se
1920nós entendemos e eu estou entendendo que há um consenso nesse sentido,
1921de que nós podemos prosperar, podemos progredir, no sentido de atingir o
1922objetivo dado a esta Câmara, que é de prover uma regulamentação para o uso
1923de resíduos industriais, como matéria-prima para fabricação de micronutrientes,
1924se nós temos como evoluir nesse sentido, eu proporia que nós iniciássemos a
1925reunião à tarde e discutindo de que maneira, qual a metodologia, quais os
1926novos passos para o encaminhamento e aprofundamento das dúvidas que nós
1927ainda temos, das divergências que nós ainda temos, mais do que discuti-la
1928propriamente, porque eu acho que podemos amadurecer mais um pouco, até
1929chegar ou até enriquecer mais a representação, para poder discutir esses
1930pontos de divergência e de dúvida ainda e a própria convergência. Ok? Bom,
1931eu proponho que o início dos trabalhos, que não vou estar aqui, pelo tipo de
1932discussão que nós vamos ter, que o Alfredo conduza o início da reunião, isso
1933não é regimental, mas é...

1934

1935

1936**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
1937Discordo. Discordo porque tem o vice-secretário. O Vice-Presidente. Desculpe.

1938

1939

1940**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Quem é o vice-
1941presidente, não é o Bocuhy? Ele está ausente.

1942
1943
1944 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu sou suplente
1945 dele, não é?
1946
1947
1948 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não sei como
1949 é que é isso. Não, desculpa.
1950
1951
1952 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Essa é nossa
1953 democracia.
1954
1955
1956 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não. Não,
1957 espera aí. Espera aí. Gente, não tem problema nenhum. Só um pouquinho. Só
1958 um pouquinho. Não tem problema nenhum, Dr. Lutti. Veja bem, eu
1959 desconheço...
1960
1961
1962 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
1963
1964
1965 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não. Eu parti do
1966 pressuposto...
1967
1968
1969 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
1970
1971
1972 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não. Não. Não.
1973 Por favor, não é isso. Não é isso. Eu posso ter conduzido errado. Eu vou, aqui
1974 faço minha mea-culpa, se for o caso, não tem problema nenhum. Eu estava
1975 entendendo que, pelo Regimento, na ausência do vice, nós não teríamos
1976 alguém para me substituir. Oi?
1977
1978
1979 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu concordo, eu acho que nós
1980 temos que ser regimental...
1981
1982
1983 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Sem dúvida, eu
1984 não tenho a menor dúvida disso.
1985
1986
1987 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Nós discutimos isso quando nós
1988 fomos fazer a composição de Câmara Técnica, *(Intervenção fora do microfone.*
1989 *Inaudível)*, estava muito claro no Regimento, que o Presidente é você e que
1990 não os seus substitutos e que o vice-presidente é o Bocuí e não seu substituto.

1991E chegamos a chegar ao ponto de, caso você não estivesse e o Bocuí não
1992estivesse, como isso seria conduzido. Eu acho que temos que...

1993

1994

1995**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Chegamos a
1996esse ponto?

1997

1998

1999**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Chegamos. Agora não lembro...

2000

2001

2002**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – *(Risos!)* Eu achei
2003que agora vinha a luz.

2004

2005

2006*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2007

2008

2009**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Gente, eu não
2010tenho nenhum problema...

2011

2012

2013*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2014

2015

2016**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, eu acho
2017que é importante, veja bem, eu acho importante, como disse a representante
2018da saúde, que nós sejamos regimentalistas ao extremo.

2019

2020

2021*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2022

2023

2024**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É fundamental.
2025Eu acho fundamental isso, para a proposta... Se eu aqui, tomei uma atitude que
2026contraria o Regimento, absolutamente, eu revejo a minha posição. Então, eu
2027sugiro que na ausência da vice-presidência, embora isso não esteja escrito no
2028Regimento, não esteja claro para nós, o Dr. Lutti conduz a reunião, então, na
2029minha ausência, não tem problema nenhum, eu só...

2030

2031

2032**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu tenho esses
2033ímpetus porque eu participo de Conselhos há muitos anos e sempre foi assim.
2034Então, foi uma má condução. Eu não me oponho que seja o Alfredo, eu só não
2035gosto desse tipo de imposição, só isso, desculpa.

2036

2037

2038**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Peço desculpas
2039eu, não há imposição, não foi imposição, eu...

2040

2041

2042 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu proponho a
2043 todos, que concordo que seja o Alfredo. Essa é minha proposta.

2044

2045

2046 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Na verdade, o
2047 registro é omissivo em relação a isso, não posso nem dizer que foi um
2048 desconhecimento do Regimento, mas foi uma... A minha intenção não era outra
2049 a não ser dar seqüência a essa discussão que nós estamos tendo aqui, já que
2050 ela é uma discussão muito mais de formas de encaminhamento e o próprio
2051 Alfredo tinha trazido aqui, uma proposta de forma de encaminhamento, mas
2052 não tem problema nenhum, eu acho que é salutar, que o Dr. Lutti conduza a
2053 reunião, daqui para frente vamos adotar este procedimento, se é consenso dos
2054 Conselheiros. Não há?

2055

2056

2057 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2058

2059

2060 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou pedir
2061 ajuda para o Conama. Então. Vamos lá.

2062

2063

2064 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2065

2066

2067 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Beleza. Então,
2068 vamos lá, seremos regimentais. Seremos regimentais. Art. 35 do Regimento,
2069 Conama me ajuda aqui, o DConama, o Adriano acabou de me ajudar.
2070 Subseção 2, a composição do funcionamento das Câmaras técnicas, art. 35, as
2071 Câmara serão presididas por Conselheiro e na ausência deste, pelo Vice-
2072 Presidente, ambos eleitos na 1ª Reunião Ordinária, da respectiva Câmara, por
2073 maioria simples dos votos de seus integrantes. Estamos eleito, eu, como
2074 Presidente, o Dr. Carlos Bocuí como Vice-Presidente. O vice-presidente não
2075 está presente e o presidente estará ausente no início da sessão. § 1º, na
2076 ausência do presidente e do vice-presidente, será escolhido um presidente da
2077 sessão, por maioria simples, dentre os membros presentes. Beleza. Vamos.
2078 Então, eleger um. Eu torno a dizer, que a minha ausência deve ser por uns 20
2079 ou 30 minutos, mas em todo caso, vamos lá, pode ser até que ocorra... É, pode
2080 ocorrer um imprevisto e eu nem chegar nunca mais, mas enfim, vamos lá.
2081 Então, por favor, para nós sermos regimentais, vamos eleger, então, um
2082 presidente para dar início às sessões, por maioria, simples candidatura e...

2083

2084

2085 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Agora eu proponho
2086 que seja o Alfredo.

2087

2088

2089 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – *(Risos!)*

2090

2091

2092 **SR. WANDERLEY COELHO BATISTA (CNI)** – Vamos encaminhar,
2093 Presidente? Wanderley, CNI, também apoia a proposição do Planeta Verde,
2094 para que o Governo de São Paulo presida, temporariamente, a Câmara.

2095

2096

2097 **JUSSARA DE LIMA CARVALHO (Anamma Nacional)** – Anamma também
2098 apoia o Alfredo.

2099

2100

2101 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – ABES também.

2102

2103

2104 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Evandro Costa, CNC, Também aprova o
2105 Alfredo.

2106

2107

2108 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2109

2110

2111 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –

2112 Eu não vou votar em ninguém, mas eu vou dizer, que ainda bem que são 20
2113 minutos, *(Risos!)*, porque eu quero dizer que, às vezes, a presidência de
2114 alguém da Câmara pode ser mais interessante, porque eu estou impregnado
2115 de GT até a raiz dos cabelos, isso é um pouco diferente, mas... *(Risos!)*

2116

2117

2118 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, gente,
2119 14h00 retornamos, para retomar os trabalhos. Muito obrigado pela presença de
2120 todos, tivemos um quórum quase de 100% hoje.

2121

2122

2123 *(Intervalo para almoço.)*

2124

2125

2126 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –

2127 Pessoal, não vamos começar propriamente, mas talvez podemos começar
2128 refletindo dentro da tarefa que o Márcio estabeleceu que é nós... Eu procurei
2129 fazer o resumo, cada parte complementou o resumo, se esclareceu dúvidas.
2130 Agora nós precisamos começar a pensar aqui em como conduzir a tarde de
2131 hoje, o período de amanhã, porque de qualquer maneira alguma apreciação do
2132 que está aqui vai ter que ser feita aqui porque a ideia dessa Reunião
2133 Extraordinária foi justamente ver os pontos que seriam mais críticos, mais
2134 polêmicos, lançar mais luzes dentro do possível para que todo mundo chegue
2135 na próxima reunião com posição de poder deliberar efetivamente, ficou
2136 concluído que não vai deliberar formalmente de hoje e manhãs.

2137

2138

2139 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2140

2141

2142 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) – A**
2143 princípio não.

2144

2145

2146 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2147

2148

2149 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2150 Então não sei, quem quiser ir propondo pontos para nós começarmos a
2151 amadurecer ou algum encaminhamento aqui com relação a essa proposta de
2152 minuta que existe aí.

2153

2154

2155 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** Lutti, Planeta
2156 Verde. Eu acho que houve uma tônica, inclusive do próprio relator, no sentido
2157 de que muitas coisas precisam ser discutidas e aprofundadas. Essa Câmara
2158 Técnica não tem condições de discutir entre os Conselheiros e nesse Fórum
2159 um aprofundamento dessas questões. Então, a minha proposta de
2160 encaminhamento era criar um novo grupo com algumas premissas de
2161 discussão, como foi colocado pelo Alfredo, e nesse grupo nós aprofundarmos e
2162 trazermos mais segurança para a discussão e deliberação dos termos da
2163 minuta. Essa é a proposta.

2164

2165

2166 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Zuleika, FEAM-
2167 MG. Bem, eu não sei, mas eu entendi de uma forma um pouco diferente.
2168 Vários Conselheiros se manifestaram no período da manhã dizendo que
2169 estavam de acordo com a minuta colocada e eu... Em meu entendimento
2170 parece que a maioria concorda que é pertinente prosseguir na discussão dessa
2171 minuta. E eu faço uma outra sugestão: eu acho que já que a maioria dos
2172 Conselheiros entendem que é pertinente avançarmos na discussão desse
2173 texto, então que abrissemos a leitura do texto ponto a ponto porque daí os
2174 pontos polêmicos, as dúvidas vão surgindo ao longo dessa leitura e nós
2175 vamos... O Alfredo está aqui para fazer os esclarecimentos necessários. E
2176 realmente aquilo que não for possível ser esclarecido, que fique como ponto
2177 anotado para posterior complementação de informações.

2178

2179

2180 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** Não é uma questão
2181 de esclarecer ou não, isso já foi debatido, na reunião passada foi discutido, o
2182 Alfredo trouxe aqui, falou com todas as letras que o processo de remoção não
2183 foi analisado profundamente, não é o Alfredo quem vai dizer, o colega da CNS
2184 já falou que não se sente à vontade para votar... À vontade no sentido de
2185 segurança, de conhecimento do caso, mas que ele votaria. Eu também vou
2186 votar, se for para votar eu vou votar, e já adianto o meu voto, vou ser contra e
2187 ponto final. Só isso. Aquilo que o Márcio estava querendo um consenso não vai
2188 ter, então eu acho que se nós temos tempo, como o Márcio falou, que não é
2189 uma questão de discutir apressadamente, não é tempo de hoje para amanhã, é
2190 tempo de aprofundar seriamente as questões. Isso está no parecer do

2191Ministério da Saúde, isto está no parecer... Enfim, até do próprio Alfredo já está
2192colocado. Agora, querem discutir e votar, fiquem à vontade.

2193

2194

2195**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

2196Agora, de qualquer maneira eu acho, assim, talvez deixar ter mais gente, estar

2197o Márcio aqui, para definir como seria o andamento. Eu acho que o que nós

2198temos que aproveitar hoje aqui, se for o caso até amanhã, realmente enxergar

2199onde está pegando porque nós... Tem umas coisas que foram apontadas, mas

2200eu acredito que não é tudo que está pegando, de repente quando se fizer um

2201parecer um pouco mais à vontade para parecer mais, em um debate você já

2202até consegue reduzir os pontos. Acho que talvez nós poderíamos aproveitar

2203hoje e amanhã para fecharmos isso. Até, vamos supor: “Ah, vamos ver o que

2204está faltando aprofundar”, e dê um encaminhamento de como aprofundar isso.

2205

2206

2207**O SR. NÃO IDENTIFICADO -** O que eu acho que não pode é discutir item por

2208item e ir aprovando. Ela falou...

2209

2210

2211**A SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS) –** Na verdade eu tenho duas

2212sugestões a dar para encaminhamento porque eu acho que não é uma mera

2213questão se estamos aptos ou não aptos, à vontade ou desconcertados de

2214votar. Nós somos Conselheiros e estamos aqui para isso, eu acho que nós

2215partimos para um sim ou não, aprovo ou não aprovo, nunca foi o espírito

2216desse Conama, eu acho que não é isso que está sendo colocado em pauta, eu

2217acho que nós partimos para um radicalismo que nunca foi a construção dessa

2218Câmara Técnica. Eu acho que todos puderam colocar o seu ponto de vista

2219formal, houve tempo mais do que hábil para isso porque o tempo correu, e

2220após o término do tempo ainda foi dado mais um mês e meio, quase 2 meses

2221porque os documentos não foram colocados a tempo. Ou seja, para que

2222houvesse a manifestação não só de Conselheiros, mas de qualquer

2223interessado, houve tempo hábil para sua manifestação formal e técnica em

2224cima desse processo. Para quê? Para que pudesse... *(Inaudível)* Voltando...

2225Então eu acho, assim, eu sou... Não só para este procedimento, já me

2226manifestei dessa maneira para este sempre processo na última reunião, que eu

2227sou muito temerária a um retorno ao Grupo de Trabalho. Eu já falei isso em

2228outras situações com outros temas porque eu acho que... O primeiro

2229encaminhamento que eu gostaria de dar seria que o Rocca pudesse fazer um

2230manifesto para nós de porquê que durante 8 anos não foi possível nós

2231esgotarmos o que seria possível de ser esgotado para que nós trouxéssemos

2232uma minuta para esse tema porque eu não consigo imaginar o que nós

2233possamos fazer em 6 meses que não foi feito em 8 anos. Então, assim, se tem

2234pontos de divergência eu acho que temos que ir direto ao ponto, discutir a

2235minuta inteira de novo dentro de um Grupo de Trabalho iam ser mais 8 anos,

2236eu acho que... Não sei se é esse o escopo do que nós queremos nessa

2237Câmara Técnica. Então já disse isso para outros processos onde eu fui

2238terminantemente contra que voltasse para Grupo de Trabalho, eu acho que o

2239Grupo de Trabalho por vezes peca por não ter o seu escopo muito bem

2240esclarecido e daí começa a ter uma abrangência maior do que ele deveria.

2241Basiléia começou a acontecer esse mesmo tipo de coisa, enfim, já tivemos
2242problemas em outros, não é o primeiro que nós temos dessa maneira. Eu acho
2243que baixa ali um: “Já que eu estou aqui fazendo esse processo, eu vou colocar
2244mais esse tema e mais esse”, e foge do escopo daquilo que é a
2245regulamentação ou a proposta da regulamentação. Então eu acho que nós
2246poderíamos ouvir um pouco o Rocca do porquê que em 8 anos não
2247conseguimos amadurecer, o que falta amadurecer para daí sim nós talvez
2248aventar uma possibilidade de um Grupo de Trabalho bem estrito, bem objetivo,
2249com prazo certo e finito de terminar, não prazo regulamentar porque ele exige
2250que são 6 meses, mas depois prorroga e não tem fim... Um ano agora... Esse
2251Regimento novo está me quebrando, vocês já notaram não é? Um ano... Eu
2252tenho que estudar mais ele. E a segunda proposta que eu queria colocar é que
2253eu acho, assim, não é uma questão, Lutti, de nós aprovarmos artigos ou... Mas
2254eu acho que é, e ponto a ponto da regulamentação... Da minuta da
2255regulamentação todos aqui eu acho que estão imbuídos de conhecimento
2256suficiente ou pelo menos dos pareceres das suas pastas para dizer: “Esse
2257ponto eu preciso de um esclarecimento nisso”, porque talvez a partir daí nós
2258tenhamos elementos suficientes para dizer: “Cabe aqui um novo Grupo de
2259Trabalho ou não, isso aqui é possível de resolvermos de uma outra maneira”,
2260mas eu acho que primeira coisa, Rocca, seria o manifesto de o que em 8 anos
2261não foi feito, porque, assim, brigar no início para não ter nós brigamos
2262bastante, batemos bastante, mas depois tivemos que ceder. Como eu participei
2263desde o início, o que ficou faltando? Porque eu acho que houve uma
2264discussão, notas técnicas nós fizemos diversas, enfim, a quantidade de
2265informação ou não, nós não temos conhecimento científico mundial disponível
2266para debater um tema desses. Eu acho que é por aí que nós temos que
2267entender do que é que nós estamos falando porque senão eu acho que nós
2268não avançamos.

2269

2270

2271**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Deixa-me fazer uma correção: eu, de maneira
2272alguma, Conselheira, sugeri que fosse aprovado ponto a ponto, a minha
2273proposta é exatamente o que a Conselheira Daniela disse, é a leitura ponto a
2274ponto, até porque precisamos formar uma opinião sobre o todo da norma e
2275levantar as questões que precisam de maior elucidação. Jamais faria uma
2276proposta nesse sentido.

2277

2278

2279**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Veja só, Daniela,
2280você mesmo coloca que nós tivemos tempo mais do que suficiente para
2281fazermos o nosso posicionamento, eu não vejo o porquê discutir ponto a ponto.

2282

2283

2284(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

2285

2286

2287**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Mas ele já fez uma
2288apresentação. Agora...

2289

2290

2291 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2292

2293

2294 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Mas daí veja só:
2295 como é que nós vamos fazer um negócio desses se nós... Pelo menos o
2296 Planeta Verde está trazendo a necessidade de se discutir pelo menos 4 pontos
2297 profundamente, e com discussão técnica, não de promotores ou advogados,
2298 seja lá o que for, e começar a discutir ponto a ponto sem antes ter essa
2299 segurança porque tudo gira em torno da necessidade de se remover ou não
2300 remover os elementos não desejáveis. Como é que eu vou discutir ponto a
2301 ponto se não sei se é possível e em que situação que está?

2302

2303

2304 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2305 Fazendo um resumo, vejam: é interessante todo mundo entender um pouco o
2306 contexto histórico dessa questão porque esse GT começou no início de 2008,
2307 ele foi instituído no início de 2008. Quando começaram as discussões eu nem
2308 participei, era a Leite que coordenava, mas, de qualquer maneira, ficou
2309 evidente que tinham alguns campos do conhecimento técnico e científico que
2310 precisavam estarem envolvidos. Vamos ver esses campos: o primeiro é a
2311 própria questão do perfil de geração dos resíduos ditos candidatos da gestão
2312 de resíduos, é todo um campo de conhecimento. O segundo tem a ver com as
2313 ciências do solo, a qualidade de solo, padrões de qualidade de solo, a questão
2314 de como é feito o controle da produção e da aplicação de defensivos agrícolas
2315 e outras coisas no solo agrícola, e a questão de riscos à saúde humana, riscos
2316 ao meio ambiente. Tudo isso quando começou eu entendo que era um pouco
2317 mais, assim, indefinido porque não tinha nem a Resolução Conama de Solos,
2318 que foi aprovada em dezembro de 2009, e a lei também de São Paulo foi
2319 aprovada um pouco antes, mas também foi em julho de 2009. Então, em face
2320 de esse cenário, na época se decidiu fazer um encontro técnico. Então se
2321 gastou um certo tempo em definir para um bom encontro técnico. Eu participei
2322 do encontro técnico, foi um bom encontro técnico, eu diria que o grupo que
2323 organizou conseguiu pinçar pessoas que à época detinham um bom
2324 conhecimento de cada um desses campos. Foi um encontro técnico com 6
2325 blocos justamente para suprir todos esses campos do conhecimento. Teve as
2326 palestras, teve a discussão. Daí ficou um hiato até que houvesse a transcrição
2327 desse encontro para o processo evoluir, mas foi um hiato mais ou menos no
2328 âmbito do Conama que foi uma mudança de Governo Federal, então quando o
2329 grupo retomou, ele já retomou... Isso que eu falei de um risco do GT, muitas
2330 pessoas que retomaram não participaram do GT original. Ele não começou do
2331 porque ele já teve as conclusões do encontro técnico e eu, quando eu
2332 comecei essa segunda rodada, já fiz um resumo. Só que daí, como não tinha a
2333 relatoria, nós gastamos umas duas ou três reuniões debatendo as conclusões
2334 desse encontro. Daí eu acredito que começou a haver um posicionamento das
2335 pessoas com relação àqueles conhecimentos. Não um esclarecimento a ponto
2336 de gerar confiança na hora de votar, mas cada um começou a enxergar alguma
2337 coisa, tanto que quando venceu o mandato do primeiro nós não conseguimos
2338 nem uma minuta, nós conseguimos alguns tópicos de consenso de um grupo e
2339 a princípio uma posição de dissenso de alguns que achavam que por enquanto
2340 a Resolução tinha que ser na linha da proibição. Foi quando veio para a

2341Câmara e daí nessa Câmara ela já voltou para o GT com algumas coisas mais
2342específica. Então, quais foram essas coisas? Entender um pouco melhor a
2343geração dos resíduos, entender um pouco melhor a tecnologia de tratamento
2344dos resíduos, enxergar um pouco a questão da gestão dos resíduos para ver
2345as dificuldades dos órgãos ambientais, a questão... Se é uma questão que
2346ainda... Essa não foi amadurecida se aceita alguma concentração de
2347inorgânico ou não se aceita nenhuma. Então você percebe que... Eu entendo
2348que do que começo de pontos de divergência sobrou aqui, se sobrou 20% ou
234930% é muito, por isso que eu falo se nós usarmos hoje e amanhã para nos
2350debruçarmos nós vamos enxergar o que falta. Daí o que falta nós vamos
2351decidir o destino disso e como suprir. Voltar para um GT aberto é como eu
2352falei, corre o risco de recomeçar a discussão do 0 e isso não vai ser produtivo.
2353Então precisaríamos ver os pontos... Alguns pontos aqui eu acredito que a
2354metade do que hoje aqui do que eu ouvi das manifestações de vista, nós
2355conseguiríamos resolver, ia sobrar alguns que talvez nós resolveríamos aqui
2356também e 2 ou 3 que... Ou uma discussão, não sei, dentro de Câmara ainda ou
2357no GT, eu não tenho conhecimento das possibilidades de metodologia de
2358trabalho a partir da Câmara, mas eu não sei se eu consegui explicar o porquê
2359de tanto tempo debatendo.

2360

2361

2362**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS) –** (...) Eu acho que para mim ficou
2363claro, mas eu acho que... Se você puder complementar e tivesse elemento
2364para complementar, Rocca, se você acha que ficou algum ponto ainda a ser
2365debatido ou se conseguiu, enfim, esgotar no Grupo de Trabalho aquilo que
2366daria base para que nós pudéssemos fazer uma minuta de Resolução.

2367

2368

2369**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2370Eu vou ser muito claro agora, vai ser uma...

2371

2372

2373**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** Veja só, Daniela,
2374ninguém está propondo aqui uma discussão... Isso eu concordo plenamente,
2375de voltar para o Grupo sem o escopo definido. É aquilo que você colocou logo
2376no início de sua apresentação, que é temerário. E é mesmo, tudo bem, eu
2377concordo com isso. O que eu discordo aqui é nós discutirmos item por item da
2378Resolução. Vocês já têm, nessa experiência toda, esses 20 itens de dissenso,
2379então, como a Daniela pediu... De listar esses itens que você entende. Se nós
2380acharmos que não é, nós Conselheiros, que precisa de mais algum ou algum já
2381poderia ser resolvido, daí nós fazemos isso. Eu acho que é muito mais
2382produtivo.

2383

2384

2385**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2386Bom, então eu vou colocar de novo mais ou menos em blocos assim, porque
2387cada um desses itens passa por uma discussão que envolve atores um pouco
2388distintos e talvez até processos um pouco distintos. O primeiro item que eu vejo
2389que é um certo fator de insegurança é: primeiro a capacidade, a confiabilidade
2390de se conseguir fazer a gestão do processo pensando em todos os atores

2391envolvidos. O gerador do resíduo vai se comportar direito? O fabricante do
2392micronutriente vai se comportar direito? O órgão ambiental vai conseguir
2393fiscalizar isso direito? O micronutriente vai da fábrica de micronutriente
2394realmente daquele jeito que nós esperamos para aquelas contas que nós
2395estamos fazendo de quanto está colocando no solo representam a realidade?
2396Então, em meu entendimento, isso passa muito para uma discussão no âmbito
2397das agências ambientais que era um início até que teve a proposta de se fazer
2398o questionário que depois não foi levada a cabo porque o Conama julgou que
2399não era um mandato do GT. Então isso aqui é um ponto a amadurecer, outro
2400ponto, em minha opinião, é aquele ponto de... Porque, assim, tem um
2401consenso que substâncias orgânicas tóxicas ou persistentes ninguém quer no
2402solo, isso é um consenso, até porque elas não existem naturalmente no solo, a
2403princípio ninguém estaria colocando hoje... Pelo menos nas coisas formais
2404legais, e não se espera, de repente... Daí eu concordo: “Ah, porque querem dar
2405um fim no resíduo, vamos colocar substância orgânica tóxica no solo”. Agora, o
2406que tem que fechar é a questão dos inorgânicos, por quê? Esses metais... Daí
2407é um entendimento... Olha, se nós formos ver, a... Eu vou jogando luzes
2408técnicas para o pessoal começar a enxergar: a classificação de resíduos diz
2409que se o resíduo tiver algumas substâncias tóxicas, orgânicas ou inorgânicas,
2410ele é considerado perigoso. Se for agudamente tóxica tem embalagem
2411considerando resíduo perigoso. Para alguns metais que são justamente esses
2412malfadados que nos impedem de evoluir aqui hoje, se aceita até um limite
2413porque é feito teste da lixiviação, e por quê? Porque esse metais já correm na
2414natureza e vão estar por aí em quase tudo que se faz e estão, de alguma
2415maneira, naquelas matérias-primas naturais para fazer fertilizante, um pouco já
2416no fertilizante que está hoje, ou seja, nós não estamos mudando nada.
2417Também quando São Paulo foi fazer valor de prevenção nós tivemos o cuidado
2418de pegar e fazer ensaio de fitotoxicidade desses metais para adequar aos
2419nossos valores de prevenção. Então para esses metais não é baseado em uma
2420coisa totalmente da nossa realidade, mas já tem uma aproximação com a
2421nossa realidade porque foram feitos os ensaios de fitotoxicidade em condições
2422do solo... Pelo menos o solo paulista e para as culturas mais sensíveis aos
2423metais. A segunda parte é: amadurecer se aceita-se esse limite de metais nos
2424resíduos ou não, e se aceita o valor de prevenção e o modelo da CETESB para
2425nortear esse limite, porque senão o que nos sobra é... Daí agora é uma outra
2426discussão que envolve uma outra turma, eu diria, é: tem tecnologia para
2427remover esses metais do resíduo? Isso é que, digamos, no tempo que nós
2428tivemos para debater não houve mais tempo para evoluir. Então os três pontos
2429básicos são esses, fazer uma apreciação dos órgãos ambientais com relação à
2430possibilidade da gestão como a Resolução estaria propondo, a questão de
2431aceitar ou não esses elementos inorgânicos até o limite no solo e a questão se
2432é possível, tecnologicamente falando e economicamente falando, algum
2433tratamento neles porque se essas coisas não se resolvem não tem como
2434avançar. Agora, é lógico que tem também aquele ponto até que ponto nós
2435vamos querer ser totalmente a favor da segurança ou até que ponto nós vamos
2436nos comportar com relação a todas as matérias, aceitando um grau de risco
2437para começar e refinar. Então eu acho que o que eu tinha na mente para
2438colocar seria isso.

2439

2440

2441 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Alfredo eu gostaria
2442 de fazer uma pergunta para você: quando você fala da questão dos valores
2443 limites para alguns metais foi... Essa base teórica que foi adotada pelo Grupo
2444 de Trabalho de adotar os valores da CETESB, o modelo da CETESB, que
2445 subsidiou, então, a rejeição de alguns resíduos que foram listados propostos
2446 pela CNI para constar da lista de resíduos que seriam aceitáveis?

2447

2448

2449 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

2450 Não, olha, como aconteceu a questão de resíduos, então nós concluímos que
2451 não dava para deixar totalmente aberto, começou o processo por uma
2452 sugestão do setor produtivo de umas tipologias, houve duas ou três reuniões
2453 se debatendo em cima de resíduo. Na verdade o que nós colocamos é que a
2454 princípio um resíduo dessas tipologias de processos industriais gerados em
2455 sistema de controle de poluição do ar tem grandes chances de ter substância
2456 orgânica, como nós estamos querendo as ausentes então eles ficariam de fora
2457 porque muito provavelmente se fosse fazer análise ia dar, e daí mantendo eles
2458 na Resolução dificulta toda aquela problemática do laboratório acreditado ou
2459 não, capacidade analítica nos estados. Então, o que aconteceu? O fato de
2460 começar com uma lista mais, vamos dizer, restritiva, foi para começar
2461 minimizando parte das dificuldades que foram levantadas porque nós tínhamos
2462 que trazer alguma coisa aqui com chance de prosperar. No caso é a
2463 possibilidade de ter substância orgânica e não o fato de atingir o limite, porque
2464 o limite é só para inorgânico, o modelo que eu falei que é o modelo da
2465 CETESV é um que nós propusemos e fomos amadurecendo até vendo mais ou
2466 menos o modelo que é praticado nos Estados Unidos e em outros países. Você
2467 tem o máximo que você considera que poderia ter no solo sem considerar que
2468 alteraria a multifuncionalidade do solo, isso é um conceito que
2469 internacionalmente é adotado. Desconta disso o que já é aplicado por outras
2470 coisas, desconta disso o que já tem naturalmente no solo, é o que sobra para
2471 você aplicar como micronutriente. Então nós estamos descontando o que já
2472 tem no solo, o que já é aplicado com outros fertilizantes e mesmo assim... Daí
2473 vem outros dissentes porque quando a CETESB propõe a valorização dos
2474 parâmetros influentes naquele modelo nós pegamos tudo a favor da
2475 segurança, mesmo que eventualmente não seja realista, seja excessivamente
2476 conservador porque nós estamos sendo conservador e a proposta deles é: “Ah
2477 não, ninguém aplica tantas vezes um negócio desses”, “Ninguém usa a mesma
2478 terra por tanto tempo”, “Não, olha, tal coisa isso é gerado”, entendeu? A
2479 questão do nosso modelo e a valoração está nisso, alguns parâmetros que têm
2480 mais a ver com a agricultura, propriamente a prática agrícola, do que a questão
2481 ambiental.

2482

2483

2484 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Está ok, obrigada.

2485

2486

2487 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Wanderley, CNI. Bom,
2488 Alfredo, eu acho que apresentei o parecer mais dissonante de todos que
2489 colocaram, não por discordar da proposta que a CETESB... Que o Grupo de
2490 Trabalho coordenado pela CETESB colocou, mas por acharmos que realmente

2491que o algo mais que foi apresentado tornaria a Resolução restritiva demais e
2492talvez não aplicável ou aplicável em raríssimos casos. Então, até para fazer
2493uma contextualização para os Conselheiros do porquê que nós apresentamos
2494as questões eu queria pegar alguns pontos, como você fez, em relação as
2495nossas propostas. A primeira delas tem a ver com a questão do resíduo
2496perigoso que eu me lembro sim que foi discutido nessa Câmara Técnica uma
2497premissa, mas eu queria até trazer aos Conselheiros um pouco da realidade do
2498que acontece com o resíduo, sejam eles cinzas, sejam eles escórias, quer
2499dizer, sejam eles derivados do processo de captação de gases... De poeiras,
2500aliás, ou resíduos mesmo do processo. A grande questão é a seguinte: como é
2501que se usa, na 10.004, uma norma de classificação. Eu tive a oportunidade de
2502estudar isso, fiz uma dissertação de Mestrado sobre a revisão da 10.004, eu
2503participei daquela revisão, e chama ou muito a atenção como que as pessoas
2504enxergam a norma e o que eu coloquei no meu parecer foi até uma nota
2505técnica que a ABNT fez justamente para tentar esclarecer que a classificação
2506de resíduos... O uso da norma é para dizer: “O resíduo é classificado de tal
2507maneira que você tem que tomar cuidado sobre o gerenciamento dele como
2508resíduo”, mas ela não deve ser utilizada, isso está claro, nós copiamos... Eu
2509vou... E conclui-se que a ABNT 10.004 de 2004 não é uma norma que se
2510objetiva permitir ou não a utilização de resíduos sólidos, cabendo a ela tão
2511somente classificá-lo como perigoso ou não perigoso, e assim servir como uma
2512ferramenta aos diversos setores envolvidos com o geralmente de resíduos
2513sólidos. Nós colocamos na nossa... No nosso parecer um anexo com a cópia
2514dessa manifestação da ABNT e tem um sentido por trás disso, que quando
2515você classifica resíduo você quer classificá-lo como? Bom, eu quero saber, dos
2516elementos químicos de interesse, aqueles que realmente são lixiviados, são
2517liberados e contaminam o meio ambiente. Esses testes são feitos sob
2518condições muito rigorosas, foi elaborado um teste que simula a lixiviação por
2519períodos superiores a mil anos, é o normativo que se utiliza, e que é utilizado
2520justamente para você extrair ao máximo possível para os elemento presentes
2521ali, orgânicos e inorgânicos. A nossa proposição da discordância em relação à
2522premissa dos resíduos perigosos é porque na maioria dos resíduos com
2523características de uso pela fabricação de micronutrientes para fertilizantes é de
2524fontes minerais onde o elemento de interesse está consorciado com algum
2525elemento contaminante que não é de interesse agrônômico, a exemplo do
2526zinco, que segundo os conhecedores ele vem necessariamente naturalmente
2527consorciado com chumbo e muitas vezes com o cádmio também. Então na
2528rocha natural ele está presente e no resíduo que também é resultado do
2529processo industrial de beneficiamento também. Então isso é um ponto
2530importante. Bom, vamos entender essa questão: acontece... Daí é uma
2531pergunta até que eu faço ao professor Alfredo, acontece na natureza condições
2532semelhantes ao que a 10004 coloca? Porque o que eu levantei é que... Que
2533cenário que eles criaram? Eles criaram um cenário onde você pega um resíduo
2534qualquer na presença de resíduos orgânicos que se degradam
2535anaerobicamente, produzem ácidos orgânicos na qual o mais forte é o ácido
2536asséptico e ele é utilizado como forma do chamado lixivante, material que vai
2537corroer. Quando aplica um resíduo mineral no solo que está na presença de
2538oxigênio, não está na ausência de oxigênio, esse processo não acontece. E
2539nós estamos falando em quantidades muito pequenas. A questão nossa é a
2540seguinte: se os resíduos da listagem... É uma pergunta que eu faço nesse

2541 caso, que podemos tirar cinzas que nós colocamos... Daí é outra questão que
2542 eu vou explicar o porquê que nós incluímos as cinzas, e até mesmo por via
2543 CETESB e os demais órgãos em relação a isso, mas esses resíduos, pelo
2544 levantamento que vocês fizeram, nós fizemos alguns... Apresentamos algumas
2545 análises e realmente os elementos de interesse o chumbo quase sempre está
2546 presente e ele está sempre destoando e está fazendo com que o resíduo seja
2547 perigoso. Agora, se eu vou utilizar esse resíduo dentro do máximo permitido
2548 pela tabela, no final do texto, dizendo justamente... Tentando comparar com o
2549 mineral natural, eu não estaria trazendo nenhum prejuízo em termos de risco,
2550 daí vamos falar de risco ambiental, de eu estar contaminando o solo porque
2551 para nós... Para a CNI e eu acho que para as indústrias em geral nós não
2552 aceitamos de forma alguma, nós já conversamos aqui nessa Câmara mesmo
2553 que nós não aceitamos contaminação orgânica, contaminação orgânica não
2554 cabe em forma alguma, se tiver vai ter que... Se quiser utilizar vai ter que
2555 extrair, mas a inorgânica, que é naturalmente presente no solo e muitas vezes
2556 em estado não lixiviável, porque ele estava presente, mas ele não é lixiviável e
2557 você não vai produzir ácidos em uma condição como essa, diferentemente de
2558 um aterro sanitário que é o que se pressupõe no teste de lixiviação. E daí eu te
2559 pergunto: dos resíduos que vocês levantavam em São Paulo, a maioria é
2560 perigoso ou não? Desses que estão aqui.

2561

2562

2563 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2564 Dos que estão aí que nós concordamos que estejam não são perigosos.

2565

2566

2567 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Não tem problema de
2568 contaminação por chumbo?

2569

2570

2571 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2572 Pode ter, mas não vai exceder aquele limite para ser perigoso. Aqueles que
2573 nós achamos que não deveriam estar, não é por problema do inorgânico, é por
2574 problema que pode ter orgânico.

2575

2576

2577 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Daí é até uma pergunta
2578 porque nós colocamos... O Grupo de Trabalho colocou a restrição total de
2579 qualquer tipo de orgânico.

2580

2581

2582 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2583 Então, mas daí é que está, veja, vamos dissecar isso, eu tenho condições de
2584 dissecar isso até o quanto você quiser. Veja, se você fala: “Bom, olha, a
2585 princípio vamos tentar ver se ele tem, se ele tiver eu não deixo”, você está
2586 partindo do pressuposto que todos os estados vão contar com laboratórios que
2587 vão fazer aquela análise adequadamente e vai chegar àquela conclusão
2588 correta. Em um cenário em que nós já estamos pensando em que nem todos
2589 os estados têm uma capacidade laboratorial para fazer todas essas análises
2590 que nós partimos do pressuposto... Olha, esses nós temos indicativos que têm,

2591então, nós achamos que eles não devem estar por questão dos orgânicos. É
2592mais por essa linha, vamos dizer, metodológica. Agora, os inorgânicos... O que
2593você falou procede, realmente o ensaio de lixiviação da norma é o mais
2594rigoroso possível, tem essa questão que na prática a realidade não vai ser tão,
2595assim, rigorosa, só que agora veio toda a questão da precaução primeiro, pega
2596a questão, primeiro, de novo, do resíduo, gestão do resíduo, por que decidir
2597como resíduo perigoso? É um resíduo que tem algum constituinte que de
2598alguma maneira representa periculosidade. Então é um resíduo que por
2599precaução você tem que tomar com cuidado, por precaução nós estamos
2600dizendo: “Olha, resíduo que seja perigoso nós não vamos colocar no solo”, é o
2601princípio da precaução porque em uma banca de Mestrado, onde são todos
2602doutos puros de intenção e ricos de conhecimento, cabe tudo, mas no mundo
2603real nós temos que ver que tem os problema da gestão. Então não é
2604meramente o problema conceitual, nós temos que mesclar o problema
2605conceitual com a viabilidade da gestão, e o quadro que nós temos é um quadro
2606de questionamento também da viabilidade da gestão. Então é por isso... Eu
2607entendo, assim, o órgão ambiental acaba sempre ficando meio que no meio
2608dessa história mesmo porque nós temos que dar satisfação aos cientistas, a
2609todos aqueles que estão tendo questionamento rigoroso, mas nós também
2610temos que lidar porque todo mundo quer desenvolver, crescer e produzir. Você
2611entendeu? São coisas...

2612

2613

2614**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós entendemos, na
2615verdade o que se colocou foi mais precauções, mais rigor do que... Inclusive,
2616nós fizemos uma proposta inicial nós tivemos coragem de fazer uma proposta
2617inicial já relativamente restrita, foi restrita...

2618

2619

2620**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2621Se não fosse essa proposta de vocês ia ficar uma coisa mais difícil que nós
2622trabalhamos em cima de uma gestão. Agora...

2623

2624

2625**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A grande questão é... Em
2626termos de resíduo perigoso...

2627

2628

2629**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2630Isso foi um pressuposto da Câmara, a Câmara que vai ter que decidir se abre
2631mão disso ou não, é precaução. É aquilo que eu falei dos extremos, nós temos
2632representantes que não podem ter nada, temos outro que acham que pode ter
2633mais porque não vai solubilizar, não vai passar para o solo, mas daí eu volto de
2634novo a alimentar aquele outro lado, se tem uma certa insegurança de quanto
2635passa do solo para a planta, da planta para o alimento, do alimento para as
2636pessoas, então vamos ser mais restritivos nesse momento. O dia em que nós
2637tivermos um conhecimento maior de tudo isso nós vamos estar revendo essa
2638Resolução como várias são revistas e eu entendo que vai ser um cenário mais
2639tranquilo, o que vai proporcionar um cenário mais tranquilo eu não tenho dúvida
2640que é o que a representante do Governo de Minas falou, que é alguma coisa

2641para começar a praticar porque praticar do jeito que está hoje, teoricamente
2642não pode nada, na prática está valendo tudo. Eu acho que é questão,
2643realmente, dentro da análise da classificação de resíduo tem o princípio de
2644precaução embutido, nós temos mais que estamos querendo pegar esse
2645resíduo e colocar no solo para fazer alimento. Então eu acho que é nessa linha.
2646Agora, não sou eu que vocês têm que convencer não, vocês tem que
2647convencer a eles, eu estou prestando só esclarecimento.

2648

2649

2650 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós colocamos as
2651questões... Veja bem: resíduos perigosos podem ser patogênicos, que não é o
2652caso do que nós estamos selecionando aqui, não é nenhum deles. Eles não
2653são reativos, não são, e nem inflamáveis. Corrosivos a maioria não seria e, se
2654for, ele não vai poder ser utilizado porque fora a (...) te pegar você não vai
2655conseguir fazer isso porque é questão de solubilidade mesmo, sobra a
2656toxicidade, e aqui nós estamos eliminando os orgânicos porque ninguém aqui
2657defende qualquer tipo de contaminação por orgânicos, nos inorgânicos
2658naturalmente presentes, que são naturais, no mesmo teor de concentração dos
2659minerais conforme a tabela estabelecida para os fertilizantes, essa que é a
2660questão, nós não estaríamos traduzindo princípios demais e tornar isso talvez
2661inaplicável? A grande questão nossa, Alfredo, é isso. Tudo bem, nós não
2662conhecemos nada em termos de colocar na prática a questão, mas eu acho
2663que você limitar demais, por exemplo, a listagem, eu... Nada contra a listagem,
2664mas eu acho que ela... Como a 10004 e como a norma americana faz, é um
2665listagem exemplificativa que é utilizada para identificar resíduo perigoso, mas
2666ela não é o ponto final, eu posso muito bem desclassificar resíduo lá dentro
2667baseado em análises e estudos bem feitos, isso funciona na norma e aqui nós
2668não damos nenhuma abertura para que isso seja feito, nós não temos essa
2669abertura, nós temos aqui algumas empresa que não participaram da discussão,
2670que nos procuraram, que tem alguns resíduos de interesse que não são... Não
2671têm problema de contaminação por orgânicos e eu meio que estava impedindo
2672de eles estarem entrando aqui mesmo que eu submeta a um estudo rigoroso
2673não vou conseguir porque daí estou engessando em uma lista. Essa é uma
2674questão muito limitante, não é?

2675

2676

2677 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2678Veja, daí então se resume em uma coisa: existe uma proposta de um modelo
2679para estabelecer o máximo de metal que nós aceitaríamos nesse resíduo que é
2680aquele modelo da CETESB, que vai levar coisas que não estão lá nos limites
2681de tornar resíduo perigoso, tem representantes que não querem nada disso e
2682vocês estão propondo que tenha a (...) de considerar como uma substância
2683perigosa. Eu vou dar a minha opinião, o Governo do Estado, e eu acho que
2684abro aqui para a opinião dos outros e nós precisamos fechar definitivamente
2685essa questão por uma questão de precaução e lógica o órgão ambiental não
2686pode aceitar que resíduo perigoso seja aplicado no solo. Essa é a posição do
2687Governo do Estado de São Paulo, agora, os outros da Câmara precisariam
2688comentar também para... Esse é um ponto que nós poderíamos... Do que está
2689mais fácil eu acho (...) e começar a partir em um diálogo de consenso, não
2690sei... De todos.

2691

2692

2693 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu acho que esse
2694 não é um ponto de discussão porque isso já foi um pressuposto do Grupo de
2695 Trabalho. Essa proposta está pautada nisso, ou seja, não se admite que
2696 resíduos perigosos possam ser classificados, ou melhor dizendo, admitidos
2697 dentro do contexto dessa norma. Então eu acho que não cabe discussão, a
2698 discussão cabe na questão dos limites máximos permissíveis à aplicação do
2699 modelo da CETESB e dos valores orientadores do Estado de São Paulo pelo
2700 princípio da precaução, eu vou dentro dessa linha de raciocínio. Mas também
2701 acho que a ampliação de uma lista referência, digamos assim, que seria essa
2702 lista que está aí colocada, ela só seria possível com mais embasamento
2703 técnico e teórico sobre a aplicação... Sobre a possibilidade da aplicação de
2704 outros resíduos para essa finalidade. E daí eu vejo que a indústria tem um
2705 papel importante em subsidiar mais pesquisas nesse sentido, porque é dessa
2706 forma que as coisas acontecem. Alguém tem que se empenhar para pesquisar
2707 e provar ou não provar que é possível fazer. Se nós só podemos listar alguns
2708 resíduos nesse momento, diante do conhecimento já adquirido, técnico, e na
2709 gestão de resíduos pelos órgãos ambientais, mais uma vez pelo princípio da
2710 precaução eu também concordo com o Alfredo, não devemos avançar nesse
2711 momento, o que não significa que depois não poderemos complementar, rever,
2712 ampliar essa lista.

2713

2714

2715 **O SR. JÚLIO CESAR ROCHA MOTA (INEMA)** – Júlio Mota, INEMA. O
2716 Governo da Bahia concorda com a posição de Minas e eu acho que é isso aí,
2717 se há interesse de que essa lista seja ampliada então tem que ter os ensaios
2718 reconhecidos internacionalmente e provando que é possível, fora isso...

2719

2720

2721 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2722 Alguém mais gostaria de se manifestar? Porque na verdade tem duas coisas
2723 aqui que estão sendo colocadas, na verdade nós estamos discutindo aqui as
2724 aberturas porque depois nós vamos ter discutir os arrochos, mas as aberturas
2725 eram essas, mais aberturas seria a possibilidade colocar resíduo perigoso e de
2726 ampliar a lista. Eu acho que ampliar a lista é como eu falo, aquela metodologia
2727 que o próprio Conama já usou com os valores orientadores, os estados podem,
2728 a qualquer momento, provocar uma abertura desde que ele passe a ter o
2729 conhecimento de geração e caracterização de resíduos. Agora, resíduo
2730 perigoso realmente já estava na Câmara, no GT eu não permiti que essa
2731 discussão aflorasse porque era o mandato, agora eu não entendo o
2732 regulamento, como aqui é Câmara foi trazido de novo.

2733

2734

2735 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que aqui eu tenho
2736 já um bom tempo de experiência. A princípio nós podemos discutir, mas se a
2737 maioria dos Conselheiros pensa que não, que resíduo perigo é uma premissa
2738 que tem que prevalecer... Eu acho que não cabe discussão, nós estamos
2739 colocando aqui justamente para não restringir além do que seria necessário,
2740 dentro do risco calculado para não contaminar o meio ambiente, que nós não

2741estamos defendendo em momento algum o uso de resíduos industriais para
2742fabricação de micronutrientes em uso de fertilizante como fonte de, digamos,
2743de diluição ou contaminação do solo, de jeito nenhum. Eu acho que não, isso
2744daí... Pelo menos em nosso entendimento, nós não enxergamos dessa
2745maneira, nós enxergamos diferente do Ministério Público, achamos que dá
2746para fazer, dá para aproveitar, hoje a rota tecnológica de aproveitamento é
2747essa, amanhã pode ter outra ou outras, tomara que tenha, que nós tenhamos
2748novas opções, mas infelizmente o resíduo é gerado, é intrínseco ao processo
2749industrial e, na verdade, industrial que produz um produto e ganha recurso
2750financeiros, quanto mais resíduo ele gera, menos recurso... Menos
2751transformação em matéria-prima o produto faz. Então, para nós, resíduo é um
2752problema mesmo e buscar soluções que respeitem a questão ambiental, de
2753saúde pública, e nesse caso especificamente segurança alimentar, nós
2754estamos falando em utilizar isso para fertilizante, é adequado, eu acho que é o
2755ideal. O meu questionamento em relação à lista e dessa insegurança, que eu
2756não imaginava, por exemplo, que se eu peço... Se eu dou um mandato a um
2757órgão ambiental para exigir a análise de orgânicos, e daí eu tenho a 10004, eu
2758tenho aí a Convenção de Estocolmo que tem os “pops” específicos, eu poderia
2759esgotar isso, eu poderia listar isso e deixar... Dessa maneira dá a segurança
2760que se quer para... “Em cima disso que você vai ter que fazer e não desse
2761modo”. Pelo princípio da precaução eu restrinjo demais, o que vai acontecer
2762pessoal é que muitas iniciativas que estão hoje em curso, por empresas que
2763estão contatando institutos de pesquisa, universidades sérias para desenvolver
2764estudos, fica meio que paralisado porque vai depender... Bom, faz o estudo, é
2765viável, mas aí tem que comunicar ao órgão ambiental, apresentar, convencer o
2766órgão ambiental, mas ele fica proibido... Acho que fica proibido até de testar, de
2767ver se equilibra ou não. Não fica proibido?

2768

2769

2770O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

2771Não, você pode a qualquer momento fazer qualquer análise de resíduo, pode
2772convidar o órgão ambiental para ver como é a geração, não é?

2773

2774

2775O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Porque a dificuldade é...

2776Bom, aqui vocês são os órgãos ambientais, eu tenho que respeitar, não tem

2777jeito. Se vocês não estão seguros realmente com relação a essa questão não

2778tem como... São vocês que vão gerenciar toda essa questão, mas eu acho que

2779fechar vista e mandar para o Conama, gente, é uma dificuldade, nós sabemos

2780que mexer... Isso aqui dá muito trabalho, vocês sabem disso. Não é possível

2781de ter um dispositivo que se possa apresentar um estudo ao órgão ambiental e

2782analisar isso dentro de critérios rígidos mesmo para não se engessar? Porque

2783eu... Inicialmente nós propusemos o quê? São os elementos de interesse

2784agrônomo, que eu acho que tem que ter, não tem conversa, ausência total de

2785orgânicos e obediência a uma tabela, que está estabelecida no final da

2786Resolução, que traz o máximo admissível de componentes no orgânico

2787indesejáveis, que eu acho que essa é... A princípio isso atenderia, mas nós

2788estamos colocando mais prerrogativas e aqui naquela. Nós vamos conseguir

2789colocar isso na prática? Eu tenho essa dúvida.

2790

2791

2792O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

2793Só antes um esclarecimento: houve uma linha de nós tentarmos... Porque
2794precisava trazer alguma minuta para cá, com consenso total ou sem consenso
2795total, o entendimento foi assim: vamos começar a trabalhar em condições
2796mínimas de exequibilidade e com pessoas, com geradores e envolvidos com
2797condições de fazer direito e de atender direito para criar confiabilidade. Então é
2798isso... Foi nessa linha que vem essa minuta que foi proposta aqui dessa
2799maneira.

2800

2801

2802A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS) – Só, enfim, para ajudar no

2803pensamento: eu não gosto de regulamentação aberta, parece que se nós não
2804dizemos o que é que pode então pode tudo, fica... Nós estamos dizendo: “Isso
2805não pode, isso não pode”, e aquilo que eu não disse que não pode também
2806não disse o que é. Não gosto muito não Wanderley, eu acho, assim, que nós
2807temos capacidade técnica e conhecimento científico o suficiente para dizer o
2808que não deve ser... O que não é admissível, começar por aí, dentro daquilo que
2809está sendo pactuado aqui, aceitar que não é desejável, mas está sendo aceito
2810dentro de um limite, nós colocarmos que limite é esse porque senão nós
2811corremos o risco, eu acho que as duas coisas, ou de querermos colocar a
2812tabela periódica inteira porque daí... Nós passamos por essa discussão na 420
2813e na de lodo de esgoto, eu acho que muito mais até na de lodo de esgoto do
2814que na própria 420. Então eu acho que tem que dizer o que tem ser dito, nós
2815estamos fazendo essa regulamentação para estabelecer níveis, se nós não
2816estabelecemos então a Resolução é para quê? É para dizer que pode usar. Eu
2817acho que não é esse o nosso escopo.

2818

2819

2820O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Eu concordo plenamente, o

2821meu questionamento é: a listagem vem justamente para facilitar... Em minha
2822opinião, para facilitar a consulta do órgão ambiental e para dizer: “Olha, o
2823caminho é esse”. Esses resíduos são legíveis, agora, a questão é: eu vou
2824fechar essa listagem sem dar prerrogativa se ele atender... Porque a questão
2825importante são os critérios, ele tem interesse... Houve aumento agrônômico de
2826interesse, ele não pode ter contaminação orgânica de espécie alguma e ele
2827tem que obedecer um limite máximo de contaminante indesejável inorgânico
2828que é naturais das rochas e dos minerais, que é o que está aqui nessa
2829Resolução. Se atendesse esses critérios a princípio cobriria tudo, estaria tudo
2830coberto, mas tem os problemas de gestão que o Alfredo trouxe aqui que, sabe,
2831está só colocando mais restrições da lista ser fechada... Bom, o que vai
2832acontecer é que nós vamos esperar 5 anos para que... Não sei o prazo que vai
2833ser, para nós fazermos uma revisão e pode vir ou não apresentar uma listagem
2834mais, digamos, mais ampla.

2835

2836

2837O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

2838Nesse sentido eu acho que tem algum termo, não sei como o Conama fala,
2839mas é tipo assim: a qualquer momento um estado pode provocar a revisão da

2840 lista, como a qualquer momento o estado vai poder provocar a revisão dos
2841 valores orientadores.

2842

2843

2844 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2845

2846

2847 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Essa questão que
2848 está sendo levantada tem a ver com outro ponto que o Alfredo colocou aqui
2849 que ficou um ponto na pergunta da conselheira Daniela, que é sobre a questão
2850 da tecnologia. Hoje nós temos condições de dizer que os resíduos que estão aí
2851 que são legíveis são aqueles que nós temos quase que certeza de que a
2852 aplicação é possível, mas os outros eu entendo também a preocupação da
2853 indústria em fechar demais essa lista e coibir algumas iniciativas benéficas
2854 pelos geradores porque no final das contas o que nós queremos, todos aqui, é
2855 que haja uma boa gestão de resíduos sólidos industriais e no momento em que
2856 uma Resolução é tão rigorosa, tão restrita ao listar alguns resíduos elegíveis,
2857 isso sim pode ser entendido por alguns como uma séria limitação ao
2858 investimento na busca de novas tecnologias de reutilização, reprocessamento,
2859 reciclagem de resíduos. Então eu vejo que poderíamos pensar em uma
2860 possibilidade de criar um mecanismo, a exemplo do que foi criado na
2861 Resolução de Solos, de que... Tendo em vista até mesmo os valores
2862 orientadores, a revisão desses valores, pudesse ser feita uma apreciação, ou
2863 seja, abrir um caminho para que outras propostas, outros estudos possam ser
2864 feitos na intenção de se comprovar a habilidade de outros resíduos, digamos
2865 assim, para fazer parte dessa lista. Acho que isso é perfeitamente possível ser
2866 pensado, mas nós já estaríamos entrando no escopo da norma, da proposta,
2867 não é o caso agora nesse momento.

2868

2869

2870 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2871

2872

2873 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** – Mas eu acho que
2874 nós não chegamos nesse ponto ainda.

2875

2876

2877 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2878 Mas, de qualquer maneira, só para lançar mais luz, um detalhamento: olha,
2879 esses resíduos além de tudo têm outros preceitos que são os seguintes: são
2880 resíduos facilmente identificáveis como geração no processo, facilmente
2881 segregáveis no processo, que já tem conhecimento da variabilidade da
2882 qualidade em longo tempo é dizer que não vão mudar significativamente
2883 porque tem muitas outras tipologias de resíduos dentro desses processos de
2884 reaproveitamento, principalmente desses metais, que não é à toa que estão
2885 querendo usá-los, daí que é difícil consegui-los, que é o zinco, o cobre e etc.,
2886 que em alguns processos isso vem misturado com algumas outras coisas que
2887 às vezes é até difícil ali segregar. Então tem uma coisa de gestão de resíduos
2888 também implícita aí além do princípio da precaução, que foi isso que norteou
2889 desde o começo dos nossos trabalhos e isso já estava em uma proposta

2890original do próprio setor produtivo. Na linha de ordem vamos começar a
2891trabalhar com quem nós achamos que pode começar a trabalhar direito para
2892gerar confiabilidade.

2893

2894

2895**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Para nós pensarmos um pouco mais nos
2896aspectos que foram levantados por você Alfredo, eu anotei aqui que o primeiro
2897ponto que você disse que ainda não foi totalmente elucidado no GT foi a
2898questão da capacidade da gestão do processo em toda a cadeia, desde o
2899gerador, envolvendo órgão ambiental, até a indústria que vai receber esse
2900resíduo para incorporação como micronutriente. Eu acho que esse é um fator
2901intangível em qualquer norma que o Conama venha trabalhar, discutir, porque
2902nunca nós teremos 100% de segurança nessa capacidade de gestão das
2903cadeias, digamos assim, de controle ambiental, seja para resíduo, seja para
2904efluentes líquidos, para emissões atmosféricas, porque são vários atores
2905envolvidos e eu penso que tendo uma Resolução que traça as diretrizes, ela
2906vem colaborar para melhoria da gestão dessa cadeia em todos os sentidos
2907para todos os atores. Volto a dizer: é melhor ter uma referência do que não ter
2908nenhuma porque quando nós não temos referência, a referência sai da cabeça
2909daquele que recebeu a demanda naquele momento e isso pode ser bom
2910porque pode cair em um órgão que tenha uma competência instalada, tenha
2911pessoas engajadas no princípio da precaução, da boa gestão e tudo mais,
2912como pode também, infelizmente, encontrar algumas aberturas que deem
2913margem ao uso indevido de resíduos ou ao lançamento de efluentes líquidos
2914que contaminam as águas ou emissões que contaminam o ar. Então eu acho
2915que isso é um fator intangível, que na verdade não é uma insegurança que o
2916grupo enfrentou, é uma insegurança que sempre existe em qualquer tipo de
2917discussão, por isso mesmo ela não deve ser balizadora da pertinência ou não
2918da discussão de uma norma como essa.

2919

2920

2921**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
2922Bom, vamos aproveitar que o senhor presidente retornou. Nós começamos a
2923discutir os pontos que seriam alguns dissensos para ver o que nós eliminamos
2924de vez, para vermos o que vai sobrar e daí qual o encaminhamento para isso.
2925Por enquanto saíram só duas posições da CNI que era com relação à utilização
2926de resíduos perigosos e a ampliação da lista de resíduos deixando mais aberta
2927a critério do estado. Nós não deliberamos ainda sobre isso, mas estava a
2928discussão.

2929

2930

2931**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Está em
2932discussão esse ponto, não houve deliberação. A palavra está aberta, eu não
2933acompanhei o início da discussão, fica difícil entrar agora, mas a palavra
2934continua aberta para manifestações, ou já estamos em condições de tomar
2935algumas decisões?

2936

2937

2938**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Márcio, só
2939complementando o que o Alfredo colocou: a Daniela pediu para o Alfredo listar

2940aquilo que era de maior dissenso para nós tentarmos encontrar algum
2941encaminhamento. Ele listou 3 itens que são... Tem várias discussões dentro de
2942cada um, e anteriormente eu havia proposto um encaminhamento no sentido
2943de se criar um Grupo de Trabalho com o escopo definido e ele estaria listando
2944esses dissensos que eventualmente poderiam ir para esse Grupo de Trabalho.
2945Não que se decidiu já pelo Grupo de Trabalho. E a discussão está nesse ponto,
2946enfim, de ampliar ou não a lista.

2947

2948

2949**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Quando eu saí
2950pela manhã eu estava com a ideia de nós discutirmos um pouco... Antes de
2951entrar nas discussões de ponto a ponto, seja dos consensos, aliás, seja dos
2952dissensos mais agudos ou dos menos agudos, eu tinha pensado de nós
2953discutirmos um pouco que encaminhamento dar, porque concretamente existe
2954uma proposta de se retomar o Grupo de Trabalho e existe uma proposta
2955trazida pelo Alfredo implícita, não explícita, mas de se criar um Grupo de
2956Trabalho específico para discutir questões muito pontuais e já a partir de
2957consensos pré-estabelecidos que não seriam mais mexidos e existe... Existiu,
2958sempre existiu, inclusive na última reunião da Câmara Técnica, uma ideia de
2959que não se retomasse o Grupo de Trabalho e que se tentasse discutir essas
2960questões aqui na Câmara Técnica porque havia um certo esgotamento dos
2961participantes do Grupo de Trabalho e até uma sensação de que não resolveria
2962voltar o Grupo de Trabalho porque os dissensos lá continuariam ocorrendo. O
2963que eu tinha imaginado que talvez nós pudéssemos fazer antes de tomar uma
2964dessas 3 linhas era talvez o que vocês já tenham iniciado, que era tentar
2965minimizar, digamos assim, os dissensos ou pelo menos pegar... Parece-me
2966que era isso que vocês estavam fazendo, pegar aqueles dissensos que são
2967todos contra um ou todos contra 2, não sei, sem entrar no... Lógico que a
2968quantidade aqui não importa, o que importa é a qualidade da defesa de uma
2969posição ou de outra, não estamos aqui ainda em regime de votação para estar
2970contando o voto, mas talvez se pudesse tentar arredondar essas... Minimizar,
2971digamos assim, a tarefa seja do futuro Grupo de Trabalho, seja de uma
2972discussão na própria Câmara Técnica. Se é nessa linha que está todo mundo
2973pensando eu acho que nós podemos avançar um pouco, talvez até verificar se
2974há condições de nós reduzimos esses pontos de discórdia, se eu entendi
2975estamos discutindo os da CNI e daí eu consulto se... Em que ponto estamos no
2976sentido de avançar para reduzir. Essa questão dos elegíveis eu até consultei
2977informalmente ali o Alfredo, se não seria o caso de nós pensarmos em criar um
2978anexo na Resolução porque isso facilitaria esse mecanismo depois de
2979atualização e... Não que seja simples, como a Daniela brincou, não é a
2980qualquer momento, como disse o... Alguém aqui, se pode rever essas... Isso
2981normalmente é mais célere, o processo. Então essa seria uma alternativa,
2982talvez se fixar agora em uma listagem de elegíveis que seja consensual,
2983remetê-las a um anexo e deixar a possibilidade de atualização do anexo ou
2984de... Seja no sentido de restringir, seja no sentido de flexibilizar, quer dizer, de
2985se alterar esse anexo na medida em que a prática é demonstrar que isso é
2986necessário.

2987

2988

2989 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
2990 Eu acho, assim, até... Essa listagem ficou no corpo porque também ninguém
2991 chegou a pensar em jogar ela para um anexo, eu acho que não faz diferença. A
2992 única coisa que eu acho que é importante é assim: não dá para deixar
2993 julgamento de um determinado técnico de um determinado órgão ambiental
2994 que não vai ter conhecimento suficiente sobre perfil de geração de resíduo,
2995 caracterização e etc. para decidir, é trazer sempre a decisão para um fórum
2996 que tenha mais elementos para discutir aportados por vários, não por um só.
2997 Eu acho que a ideia parte por aí.

2998

2999

3000 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** O que eu tinha
3001 colocado inicialmente também era no seguinte sentido: se nós formos discutir
3002 agora quais são os elegíveis, no meu ponto de vista, pode se tornar
3003 prejudicado no futuro se nós decidirmos e é essa minha proposta de conhecer
3004 efetivamente, e o próprio relator já colocou e, enfim, todos sabem, que as
3005 tecnologias de remoção não foram devidamente analisadas dentro do processo
3006 que se propõe aqui. Então, de repente, um elegível, uma vez discutido esse
3007 processo de remoção, esse tratamento, chega à conclusão que esse elegível
3008 não pode constar da lista. Então eu acho que nós estaríamos discutindo
3009 alguma coisa antes da hora.

3010

3011

3012 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3013 Eu acho que nós já conseguimos... Eu não sei, estou começando a falar do que
3014 eu estou sentindo do grupo, não sei, nós sentimos 2 avanço aqui: não pode ter
3015 resíduo perigoso e o fato de passar a lista dos elegíveis para um anexo criando
3016 um mecanismo que não seja tão complicado, mas que não deixa a critério do
3017 órgão ambiental de novas inclusões, eu acho que é um evolução, agora nós
3018 temos que pegar realmente os outros tópicos, daí no fim vamos ver o que
3019 vamos fazer com tudo isso que nós concluímos aqui.

3020

3021

3022 **A SRª. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) –** As questão de
3023 tecnologia, da retirada dos contaminantes, eu não sei, mas eu entendo que se
3024 nós formos esperar ter certeza de que existem essas tecnologias nós nunca
3025 vamos chegar a definir nenhuma diretriz para a aplicação de resíduos nesse
3026 sentido porque isso é muito dinâmico, o que hoje não se conhece, depois de
3027 amanhã pode já não ser mais verdade, pode se conhecer e muito bem e se
3028 comprovar que é possível fazer dentro dessa visão de que... No que nós temos
3029 percebido é... Lá no órgão ambiental de Minas Gerais é que a indústria também
3030 tem o papel de incentivar essas pesquisas para buscar novas alternativas de
3031 reuso e reciclagem de resíduos.

3032

3033

3034 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) –** Eu só queria fazer
3035 a seguinte colocação: a Daniela havia dito antes do almoço que nós não
3036 devemos estabelecer uma tecnologia, não é a proposta minha, eu não estou
3037 falando que nós devemos estabelecer proposta... Uma tecnologia. Dois dos
3038 elementos de interesse não foram estudados pelo grupo técnico, somente dois

3039dos... Dois primeiros foram estudados com relação a uma tecnologia e que não
3040era de remoção. Agora, convenhamos, eu acho que na Câmara Técnica de
3041Qualidade votar uma Resolução sem saber se a tecnologia... A melhor
3042tecnologia existente para todos os elementos é capaz de fazer a remoção dos
3043indesejáveis nós estamos... Vamos tomar uma decisão absolutamente
3044imprudente, para não dizer outros adjetivos.

3045

3046

3047**O SR. JÚLIO CESAR ROCHA MOTA (INEMA)** – Eu acho que do ponto de
3048vista ambiental, pelo menos no que nos compete, nós temos que estabelecer
3049os limites, a tecnologia para chegar nesses limites não é da nossa
3050competência, quem for utilizar que vai ter que chegar naquele limite, chegar
3051naqueles parâmetros ali que vamos estabelecer limites, a tecnologia é o que a
3052colega falou, muda todo dia e etc. e isso nós não entramos nesse mérito, o que
3053nós queremos é que aqueles limites sejam obedecidos, a forma de chegar lá
3054quem for aplicar é que tem que desenvolver para atender aqueles parâmetros.

3055

3056

3057**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu não se seria o caso
3058porque nós estamos só mantendo a nossa discussão aqui na Mesa entre os
3059Conselheiros. Bom, tem aqui uma pessoa que conhece a questão de processo
3060industrial, se quer responder alguma coisa que o Lutti perguntou sobre o
3061processo de retirada dos componentes que não são de interesse agrônômico.
3062Você quer...

3063

3064

3065**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Wanderley eu
3066agradeço, mas... O Ministério Público tem também um técnico que tem 25 anos
3067dentro da CETESB, 20 anos trabalhando com processo industrial e as
3068informações... Por isso que eu estou falando para levar para o Grupo onde
3069técnicos vão discutir, não sou eu que vou...

3070

3071

3072**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só mais uma questão: eu
3073acho que eu coloquei no meu parecer, acho que seria interessante até nós
3074discutirmos aqui, que eu questionei o porquê você colocou aqui na sua
3075apresentação por que apenas fabricantes de micronutrientes poderiam tratar os
3076resíduos. Daí eu pergunto: não seria também possível o gerador, até por uma
3077segurança, de fazer esse tratamento? Não seria permitido ou até desejável
3078porque ele quer ter um controle daquilo que realmente pode ser aproveitado?
3079Quer dizer, você possibilitar que ele possa fazer isso no seu processo? Que
3080nós colocamos lá o gerador, colocamos uma empresa especializada que você
3081mostrou... Você pelo menos colocou que boa parte que vocês viram não são
3082realmente sérias e no caso o fabricante de micronutrientes. Essa é uma
3083questão que talvez fosse importante: por que não o gerador ele mesmo fazer o
3084tratamento licenciado para garantir ele mesmo de que não haja problema em
3085relação àquilo? Porque o maior interesse é responsabilidade dele. É uma
3086pergunta.

3087

3088

3089O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –
3090Bom, essa questão também de onde ser feito o tratamento nós levamos meia
3091reunião discutindo isso e a questão é a seguinte: realmente existem hoje, no
3092mercado, intermediários que pegam resíduos e fazem várias coisas, tipo só
3093troca uma nota fiscal e de repente ele transforma meramente por uma troca de
3094nota fiscal de um resíduo com produto, e pode ir para um estado e já fica
3095aplicado como se fosse o próprio micronutriente dentro das regras e etc. Agora,
3096a ideia que saiu de ser um tratamento feito no fabricante porque fica uma certa
3097dificuldade de você entender no processo industrial o que é um tratamento, o
3098que é uma segregação, o que é uma coisa que o gerador do resíduo, vamos
3099dizer, aquela empresa estaria fazendo para atender o seu processos, porque
3100do que nós vimos interessa para esses... Essas empresa que serão geradoras,
3101interessa é o processo dela, ela está querendo enriquecer zinco, ela está
3102querendo enriquecer cobre, não é o negócio de ela tratar. Agora, o fabricante
3103do micronutriente já mexe com o negócio, então como ele está sendo
3104fiscalizado fica mais fácil, você está fiscalizando-o como fabricante de
3105micronutriente você está fiscalizando ele como quem está tratando resíduo.
3106Também foi na linha que nós criamos para simplificar a gestão e o controle,
3107certo? Até que se evolua e se descubram outras coisas e até porque naquela
3108linha que a princípio para aquela empresa que está fazendo alguma coisa e
3109tem um resíduo não é um negócio de ela tratar. Foi o que saiu ali nos debates.

3110

3111

3112O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Eu tenho a
3113impressão que esses ponto são os pontos, assim, que merecem uma
3114discussão mais... Eu acho que nós deveríamos fugir deles agora. Vai lá
3115Daniela.

3116

3117

3118A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS) – Eu queria reforçar essa questão da
3119tecnologia. Eu, por acompanhar talvez já vários outros processos e algum
3120tempo aqui no Conama, nunca vi um processo que nós fossemos regulamentar
3121que tivesse a indústria envolvida, que nós inventássemos alguma tecnologia
3122que não existisse possibilidade de ser aplicada. Por isso que quando eu fiz a
3123minha fala que não me preocupa que, primeiro: não acho correto definir
3124tecnologia porque no dia que você define ela já está obsoleta, e segundo: se
3125não houvesse tecnologia disponível no mercado capaz de chegar aos níveis,
3126que eu acho que é isso que nós temos que estabelecer na normativa, não vai
3127haver interesse e não vai haver utilização. Então, assim, aquilo que nós já
3128fugimos na outra discussão. “Ah, mas os órgãos ambientais vão ser capazes
3129de...”, é a missão deles, é fiscalizar, é checar, então a indústria, se aquilo for
3130viável, de encontrar tecnologia para que se chegue naquele fim que seriam
3131micronutrientes para utilização como fertilizante. Então, assim, é um pouco
3132temerário nós, que não temos conhecimento técnico nenhum e não é questão
3133de um tem conhecimento por um lado e o outro também tem, dá cada o seu
3134palpite, eu acho que não é por aí porque essa Resolução não é para definir
3135tecnologias para remoção de o que não é desejável, é para dizer o que pode
3136ter como desejável. Então eu não gastaria tempo, eu acho que esse não é um
3137ponto polêmico, eu acho que está sendo colocado como polêmico para que se
3138tenha uma segurança de que esse procedimento é capaz de ser executado da

3139maneira como ele deveria ser, mas isso quem tem que garantir é a Resolução,
3140ela seja bem elaborada, bem feita, e depois os órgãos ambientais, os órgãos
3141de controle, que têm uma boa fiscalização porque senão... São duas
3142discussões que nós já tivemos aqui desde a outra reunião. Uma: se os órgãos
3143ambientais vão ser capazes de fiscalizar, eu acho que nós não vamos
3144conseguir resolver isso nessa Resolução. Segundo: se a tecnologia vai ser
3145boa... Qual mesmo? De que tecnologia mesmo que eu estou falando? Se não
3146houver uma tecnologia economicamente eficiente para se fazer isso, primeiro:
3147economicamente não vai ser viável e não vai ser feito aqui, começa por aí.
3148Então a Resolução vai estar válida porque ela só vai poder ser aplicada no dia
3149em que tiver uma tecnologia eficiente, senão nós ficamos sempre à luz de uma
3150melhor tecnologia e quem vai ficar validando isso. Eu acho que nós entramos
3151por um processo que é desnecessário, acho que temos outros méritos para
3152discutir, debater. Então, assim, algumas coisas que já foram superadas eu
3153acho que nós poderíamos passar. Questão de resíduos perigosos nem me
3154manifestei porque eu acho que para que nós era superado, acho que houve
3155uma tentativa, toda uma argumentação por parte da CNI do porquê que poderia
3156ser colocado, mas por um princípio de precaução e por outras questões isso já
3157tinha sido superado, ponto. Questão de tecnologia nós não vamos resolver
3158aqui, não vamos achar nem a melhor e nem a pior tecnologia aqui para colocar
3159na Resolução porque ela simplesmente não vai entrar e eu acho que nós
3160temos pontos aqui a avançar para nós entendermos para que lado nós
3161podemos andar com essa a minuta dessa Resolução, agora, tecnologia eu
3162acho que...

3163

3164

3165**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Veja só, a Daniela
3166fala que independente da tecnologia, enfim, estabelecer os limites, o
3167representante da Bahia também falou. Daniela, aqui eu estou com o parecer do
3168Ministério da Saúde, onde você aprovou o parecer, e aqui fala que qualquer
3169que seja a discussão só deverá ter andamento desde que haja a remoção
3170completa dos contaminantes, portanto nós não podemos falar então... Então
3171nós não vamos aqui falar... Estabelecer valores de referência, enfim, tem que
3172estabelecer na Resolução o seguinte: tem que remover. Agora, como fazer a
3173gestão disso? Esse é um ponto que deve ser discutido. Discordo no sentido de
3174que fala: “Olha, isso é um problema dos estados e dos municípios que têm que
3175se adequar e etc.”, só que tem que estar... Estabelecer critérios rígidos de
3176como eles devem se adequar, de como ser essa fiscalização, de como deve
3177ser a qualidade dessa fiscalização.

3178

3179

3180**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu acho que o que você colocou
3181não é concorrente com o que eu disse. Eu só não quero discutir tecnologia, e o
3182parecer não foi só assinado por mim como foi feito, acho que temos um critério
3183muito grande, lá no Ministério, com isso. Quando eu digo remoção total nós
3184estamos dizendo o que nós estamos dizendo que tem que ter remoção total,
3185porque coisas que são comprovadamente carcinogênicas nós não queremos
3186sendo colocado no solo de maneira alguma, então está muito bem dito aquilo
3187que nós queremos colocar Lutti, o que eu estou dizendo é: em momento algum
3188nós dissemos: “Vamos definir a tecnologia, vamos colocar aquelas aceitáveis

3189ou não”, que eu acho que não é o mérito aqui. Agora, se você acha que nós
3190devemos discutir questões correlacionadas com fiscalização, daí é outra
3191questão, certo? O que nós colocamos é, referente ao que vocês já haviam dito
3192também, é que tem ter uma boa fiscalização, mas isso é uma premissa para
3193qualquer processo, não só para esse. Então a única coisa que eu estou
3194dizendo é: não acho que devemos ouvir A, B ou C para ouvir tipos de
3195tecnologias, o que nós temos que dizer é o que queremos, e daí à luz do
3196interesse da indústria em realizar esses procedimentos vai encontrar uma
3197tecnologia adequada para se cumprir a Resolução, somente isso.

3198

3199

3200O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

3201Eu só queria chamar a atenção de um ponto, que daí a questão maior não é
3202qual a tecnologia ou não, mas a questão é: hoje existe tecnologia, seja qual for,
3203disponível para tratar? Porque se ela existir pode aparecer e nós resolvemos o
3204nosso problema dizendo que tem que remover, agora, se ela não existe ainda
3205nós vamos adiar a Resolução ou não? Essa é a decisão que temos que tomar.
3206O ponto maior é esse.

3207

3208

3209O SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Governo do Rio Grande do Norte) - Sérgio

3210Macedo, Rio Grande do Norte. Eu só traçaria um paralelo com a Resolução
3211Conama 430 que define padrão de lançamento de efluentes, que lá realmente
3212eu acho que não define as tecnologias de tratamento de efluente, eu acho que
3213é a mesma, corroborando com o que a moça do Ministério da Saúde falou. Eu
3214acho que realmente não temos que discutir nessa Resolução as tecnologias
3215em si, realmente definir os padrões que têm condições de chegar e daí quem
3216for realmente fazer que deve dispor da tecnologia.

3217

3218

3219O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Eu não sei,

3220nessa discussão que nós estamos fazendo de tentar arredondar alguns
3221dissensos... Não sei Alfredo se nós temos aquela listagem da sua
3222apresentação onde você pontua esses dissensos, porque daí nós podíamos
3223discutir cada um deles, ver alguns que nós avançamos e outros nós deixamos
3224em *standby* para remeter a um encaminhamento posterior, seja ele na própria
3225Câmara Técnica a partir de uma discussão mais técnica, seja através do
3226retorno ao Grupo de Trabalho, porque eu acho que essa primeira passada que
3227nós estamos fazendo aqui está servindo para nós vermos... Avaliarmos o que é
3228passível de ser superado aqui e o que não é. Eu acho que tem esse ganho,
3229embora possa parecer que estamos chovendo no molhado, mas nós estamos
3230verificando aqui o nível de flexibilidade em relação às questões que estão
3231colocadas aí. Como o Alfredo destacou, nós tínhamos... Nós temos,
3232aparentemente, 2 pontos aqui em que nós, pelo menos em termos de forma,
3233avançamos, aquela questão dos anexos, de colocar os elegíveis no anexo sem
3234entrar no mérito de quem são os elegíveis agora, e a questão de que... Se eu
3235entendi, porque essa discussão eu não peguei, de que já haveria um consenso
3236de que os perigosos estão fora mesmo.

3237

3238

3239O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –
3240Não sei se é consenso, mas a maioria acha.

3241

3242

3243O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Ok. Uma
3244questão que eu me lembro dos pareceres foi apontada por vários pedidos de
3245vista, foi a questão... Eu não sei se cabe entrar aqui, eu estou submetendo à
3246avaliação de vocês, aqueles resíduos citados no artigo... Capítulo II art. 4º que
3247tem vários incisos, e daí o Inciso III, o VI, o VIII, o X, o XII e o XIV, se não me
3248engano havia uns 3 ou 4 pedidos de vista que concordavam com a retirada
3249deles.

3250

3251

3252O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –
3253Isso tem a ver com qual resíduo vai entrar no anexo dos elegíveis, porque
3254eles... Eu acho... Estão listados com o inciso, mas daí passar para um anexo.

3255

3256

3257O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Está legal, então
3258está bem. O ponto que me parece fundamental é o teor de outros
3259contaminantes que não são de interesse específico para fabricação de
3260nutrientes.

3261

3262

3263O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –
3264Especificamente teor de alguns metais, que são substâncias inorgânicas. Os
3265que já são citados na Resolução... Na minuta da... Na proposta de minuta.

3266

3267

3268O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Mas aqui está se
3269estabelecendo um teor para eles, é isso?

3270

3271

3272O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –
3273Então, aí é que está a questão, porque...

3274

3275

3276O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – O art. 5º, não é
3277isso?

3278

3279

3280O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) – É,
3281de acordo com a posição da PROAM, o Planeta Verde e o Ministério da Saúde,
3282hoje eles entendem que precisaria haver a remoção total disso, não poderia
3283usar para fazer micronutriente se tivesse esses metais. Os outros concordam
3284que pode ter um limite, agora, esse limite daí teria um outro consenso porque
3285esse resolve depois. Primeiro precisa resolver se vai aceitar o limite ou não,
3286depois temos que resolver qual o limite.

3287

3288

32890 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Perfeito, é isso
3290mesmo, eu só queria primeiro entender se a lista que está colocada aqui no art.
32915º é esta mesmo, se quando o Planeta Verde e Saúde se manifestam no
3292sentido de que não tenha nada, estamos falando de cobre, manganês,
3293molibdênio e zinco, é isso?

3294

3295

32960 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3297Esses são os de interesse...

3298

3299

33000 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Desculpe, eu li o
3301contrário, são os do anexo. Eu acabei me perdendo aqui na hora de falar, mas
3302tudo bem, eu entendi. Eu falei a lista ao contrário, eu falei a lista dos... Mas eu
3303acho que entenderam o que eu queria dizer.

3304

3305

33060 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – A
3307lista dos metais tóxicos está naquele anexo que... Aquele quadro lá que...
3308Arsênio, bário, cádmio, chumbo, cromo, mercúrio e níquel.

3309

3310

33110 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Tem 2 quadros,
3312um que é a proposta de... São duas metodologias diferentes para chegar...

3313

3314

33150 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – É
3316a mesma metodologia, só que no caso dos órgãos ambientais eles acham que
3317todos os parâmetros que influem no modelo têm que ser valorizados
3318extremamente a favor da segurança, e o pessoal acha que deve imprimir um
3319cunho realista na valoração dos parâmetros. Isso nós podemos resolver depois
3320de resolver se vamos aceitar ou não.

3321

3322

33230 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Resolveremos
3324depois, agora a minha pergunta... Eu volto a pergunta agora para a Saúde e
3325Planeta Verde para ver se são esses: arsênio, bário, cádmio, chumbo, cromo,
3326mercúrio e níquel que vocês defendem que não deva haver teor nenhum deles,
3327é isso?

3328

3329

33300 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3331Posso só fazer um esclarecimento antes de eles falarem? Por que ficaram
3332esses? Porque foram esses que nos estudos que nós fizemos são os passíveis
3333de ocorrerem nesses resíduos, outros a princípio não estariam presentes. Veja,
3334considerando esses processos elegíveis, por isso que começa a entrar a
3335questão da abertura restrita, vejam que tem várias... Esses são para esses
3336processos elegíveis, agora... Para os resíduos elegíveis, obviamente.

3337

3338

3339O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Esses nós que
3340nós apontamos aqui são os difíceis de desatar, esses são os pontos, assim, de
3341fundamental divergência ou de divergência mais profunda, pelo que eu entendi.

3342

3343

3344O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –

3345Eu diria que resolvidos esses da CNI e entendidos que nós podemos com essa
3346Resolução criar algo que fique operacionável para os órgãos ambientais
3347gerenciarem, sobra a questão de quanto se aceita que aplica desses
3348inorgânicos no solo. Pelo que... Eu não sei. É o que eu vejo que hoje pega por
3349que...

3350

3351

3352O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Então, eu vou

3353propor nós fugirmos dos que pegam. Eu vou propor nós discutirmos um pouco
3354de perfumaria e depois nós vemos como encaminha. Por que isso? Porque aí
3355nós desenhamos em pouco melhor a Resolução nos outros aspectos e quando
3356for para um encaminhamento, nós tanto podemos optar por fazer esses
3357encaminhamentos em um Grupo de Trabalho, com aquele fim específico de
3358dirimir essas dúvidas, que são de mais fundamentos, digamos assim, e aí
3359apresentamos para quem for discutir isso. Podemos ser nós mesmos na
3360próxima reunião, uma minuta já com só esses pontos para serem discutidos, ou
3361para um Grupo de Trabalho, ou para qualquer outro encaminhamento que se
3362venha sugerir aqui. Então, eu vou propor que nós pontuemos isso, tenha isso
3363em menos, que esses são os pontos de dúvida maior ainda ou de discordância
3364mais profunda em termos de princípio. É o princípio de que não deve ter
3365nenhum metal desses metais julgados passíveis de acontecer na lista de
3366resíduos legíveis e etc. com... Então, tem uma discussão, coloca-se ou limita-
3367se terminantemente, proíbe-se a presença desses metais e depois aí se for o
3368caso da incluir vai ter que se discutir que teores são esses. Em termos de que
3369eu chamei de perfumaria, mas sem diminuir a importância das questões aqui
3370colocadas, tem aquela questão da importação que, na verdade, esse aqui é
3371uma questão delicada também, mas é muito mais uma questão... Isso nós
3372podemos deixar para discutir aqui um pouquinho mais adiante, é muito mais
3373uma questão de como fazer ou como não fazer. E o Ministério do Meio
3374Ambiente, naquelas sugestões que ele colocou, não sei se tem mais algumas
3375pontuais de artigos, o que eu estou propondo aqui é que nós peguemos alguns
3376artigos que são propostas de nova redação, discuta um pouquinho, veja se tem
3377consenso, se tem nós fechamos nisso. Por exemplo, concordando com o
3378posicionamento que eu acho que foi do Alfredo hoje de manhã, o Ministério do
3379Meio Ambiente estava propondo no caput do Art. 15 trocar processos de
3380licenciamento ambiental por Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
3381porque se entende, isso que mais gente havia se manifestado também aqui de
3382manhã, que não é o processo puro e simples de licenciamento, o Alfredo falou
3383isso, que se resolve isso, mas sim na existência de um plano de gerenciamento
3384de resíduos por parte do órgão que está licenciando, justamente porque os
3385processos de licenciamento são distintos, os critérios para o licenciamento. E a
3386lei dos resíduos, isso fica também coerente com o que está sendo exigido hoje
3387na Lei dos Resíduos Sólidos. Sim. Então, a ideia seria essa substituição tanto
3388no caput do Art. 15 tanto no caput do Art. 16, que também está propondo que o

3389 início seja o Plano de Gerenciamento de Resíduos, que será apresentado pela
3390 unidade de tratamento, deverá incluir informações referentes etc., etc.. Eu
3391 estou colocando essas questões porque eu acho que essas são mais simples
3392 de nós...

3393

3394

3395 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3396 Mas nós só corroboramos o que já está na coisa, é só depois acertar direitinho
3397 a redação.

3398

3399

3400 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Há acordo em
3401 relação a isso então? Então, em relação à minuta nós faríamos essas duas
3402 alterações tanto no art. 15 quanto no 16. É isso?

3403

3404

3405 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3406 Nós poderíamos ler depois e refletir, mas a ideia está colocada.

3407

3408

3409 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Eu queria ver se
3410 nós já íamos matando.

3411

3412

3413 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3414 Era bom ler porque isso está em outros lugares também.

3415

3416

3417 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Tem mais algum
3418 questão desse tipo que alguém tenha destacado aí das propostas de redação?

3419

3420

3421 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3422 De redação tem.

3423

3424

3425 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Então, vamos a
3426 elas. Eu estou pensando assim, a minha ideia. Você diz botar o texto lá? Já
3427 está lá.

3428

3429

3430 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Eu acho o que Alfredo pode esclarecer melhor,
3431 eu acho que essa questão de trocar Plano de Gerenciamento ou por
3432 licenciamento não é uma coisa, algo que um excluiu o outro. Planos de
3433 Gerenciamento é uma coisa e o licenciamento também é obrigatório. Eu acho
3434 que deveria...

3435

3436

3437 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Vejo bem o
3438 licenciamento ambiental não há como operar sem licença ambiental, isso está

3439pressuposto, a questão é basta ter a licença ambiental ou nós vamos exigir
3440algo mais do que licença ambiental? Eu estou entendendo assim. A intenção é
3441essa se não está claro, vamos esclarecer.

3442

3443

3444**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

3445No meu entendimento para isso ser bem feito nós precisamos fechar o que
3446aqui foi consenso e que nós vamos ter que discutir, mas nós temos que abrir
3447uma leitura disso como um todo, porque nós corremos o risco de mexer
3448pontualmente em um lugar e isso não bater com algum outro lugar. Mexer
3449pontualmente sem ver o contexto eu acho que nós corremos o risco de
3450desfigurar ao invés de melhorar. É a sugestão que eu faço.

3451

3452

3453**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu concordo o

3454Alfredo, eu acho que fica muito complicada essa avaliação em pontos
3455específicos da minuta. Eu acho que uma vez superadas essas questões aí da
3456pertinência ou não de entrarmos na leitura do texto, que parece que o
3457entendimento da maioria aqui é que deveríamos fazer essa leitura, sugeriria
3458que façamos desde o início. Talvez aí sendo um pouco mais ágeis na questão
3459da definição, indo nos artigo diretamente que traçam as diretrizes, até para
3460formar uma opinião mais consensual do escopo da norma.

3461

3462

3463**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Então, se eu

3464entendi bem a proposta é nós pegarmos a Resolução e repassá-la toda,
3465analisando artigo por artigo e vendo onde tem destaques, e discutindo esses
3466destaques aí. Aí nós teríamos com isso, só para nós vermos é só uma linha,
3467digamos assim, de descascar o nosso abacaxi. Então, uma alternativa seria
3468essa, nós faríamos a leitura artigo por artigo e para tentar deixar uma minuta, a
3469ideia isso é para nós entendermos, a ideia não é que nós saíamos daquela aqui
3470a Resolução aprovada, a ideia é que nós saíamos daqui com uma minuta mais
3471 enxuta, mais consensuada, para poder remeter ao passo seguinte. E aí sim
3472nós vamos discutir qual é o próximo passo, se é retornar ao Grupo de
3473Trabalho, se é criar um outro mecanismo de buscar um outro consenso onde
3474há dissenso. Nós não vamos discutir aqueles dissensos de fundo agora, vamos
3475tentar só reduzir as discordâncias àquilo que for realmente necessitar uma
3476discussão mais profunda, essa é a ideia. Agora, submeto a vocês para ver se é
3477isso, se temos acordo em relação a esse encaminhamento, se tivermos nós
3478avançamos. Por favor.

3479

3480

3481**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu só queria fazer

3482uma observação aqui. Eu acho que teve algumas sugestões aqui, que eu acho
3483que são até que consensuais, e que em uma leitura direta vai criar muita
3484confusão, por exemplo, a questão de passar os itens para o anexo, aqueles
3485quais seriam os resíduos que nós vamos analisar. Se nós vamos ler no formato
3486como está atualmente, na hora que chegar aqui vai dizer “como é que vai ficar”.
3487No meu entendimento eu acho que nós teríamos pelo menos uma proposição,
3488Alfredo, eu sinto muito, mas eu acho que vai ter que ser com você, já fazer uma

3489 proposta de como é que ficaria esse anexo, porque ao na leitura nós... Porque
3490 senão vai ficar muito confuso.

3491

3492

3493 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Gente, vejam
3494 bem, nós não vamos entrar aqui no pente fino das... A minha ideia era o
3495 seguinte, passado isso naturalmente nós vamos ter que fazer um serviço de
3496 relatoria para chegar nessa versão enxuta. Não faríamos agora essa relatoria.
3497 Quer dizer, nós vamos dizer: “esse artigo aqui vai para o anexo”, tudo bem.
3498 Agora, redação de como isso vai, o artigo A os resíduos elegíveis estarão no
3499 anexo I, etc., isso não nós fazemos depois, não fazemos agora. Nós agora só
3500 vamos dizer isso aqui vai para o anexo, não, isso aqui fica no corpo. Não
3501 vamos renumerar e nem repaginar, vamos dar indicação para isso para depois
3502 alguém fazer a relatoria. Essa seria a ideia. Doutor Lutti

3503

3504

3505 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Márcio, nós já
3506 tivemos uma discussão nesse sentido, enfim, logo no início. Eu fui contra e
3507 continuo sendo contra para discutir dessa forma porque nós temos questões,
3508 essas que são fundamentais, são de mérito, que são prejudiciais à discussão
3509 de vários dispositivos. Se nós chegarmos ao encaminhamento dessas
3510 questões mais complexas, aí sim seria viável e até recomendável que se
3511 discutisse depois ponto a ponto para ter uma harmonia. Agora nós vamos... É
3512 que nem você mesmo colocou de manhã, nós vamos perder uma certa
3513 energia, despender uma energia, não perder energia, despender uma energia
3514 que, de repente, no futuro, tem uma questão prejudicial que pode não levar em
3515 consideração nada disso que nós colocamos.

3516

3517

3518 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É que eu estou
3519 você estou entendendo ainda de que nós aqui não faríamos uma votação
3520 dessas questão de fundo aqui, nós encaminharíamos isso para um outro
3521 passo. Se nós não podemos discutir nada aqui, nós vamos encerrar a reunião.
3522 E vamos discutir encaminhamento. Porque ou nós avançamos mais um pouco,
3523 reduz esses pontos de divergência para um novo fórum e aí discute que novo
3524 fórum é esse, ou então remetemos tudo para o novo fórum, ou como você está
3525 propondo, levamos isso para o novo fórum e depois retornamos para fazer
3526 um... Não sei. Mas de qualquer forma a nossa presença aqui fica esgotada,
3527 quer dizer, nós vamos estar encerrando a reunião.

3528

3529

3530 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3531 Vamos entender essa coisa metodologicamente. Eu coordenei a discussão, eu
3532 não a tenho inteira na cabeça, mas os pontos todos dela eu tenho. Cada
3533 participante tem uma coisa. Eu cheguei aqui para a Câmara e fiz uma
3534 apresentação dela. Cada um fez a sua leitura individual com o seu enfoque e
3535 as suas observações. O que nós estamos querendo é usar o texto da
3536 Resolução para ver se repassa os pontos de pedido de vistas de todo mundo
3537 para ver se não ficou nada pendente. O que nós conseguimos resolver já
3538 resolve e daí vai sobrar... Eu acredito, eu estou chutando aqui dois pontos, que

3539 são esses dois pontos que nós vamos ter o encaminhamento de como
3540 trabalhar para superar. Então, é usar o texto da Resolução meramente como
3541 uma memória é uma juntada de coisas, porque tem um processo que está
3542 rolando, teve o GT que trabalhou, construiu uma minuta que apresentou aqui,
3543 com dissenso e tudo. Não é que nós não vamos votar nada, nós não
3544 precisamos nem mexer na redação agora, mas pode por grandes observações
3545 e reduzir os dissensos porque, por exemplo, a exemplo da história o perigoso,
3546 se na próxima discussão que tem coisa complicada alguém trazer um que já
3547 está superado, isso aqui está superado, senão nós ficamos rodeando a
3548 essência e nunca chegamos efetivamente nela.

3549

3550

3551 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, eu acho
3552 que nós temos duas propostas claras de encaminhamento, uma é discutir o
3553 encaminhamento puro e simples e encerrar a discussão de qualquer ponto
3554 sobre a minuta, encerramos aqui a discussão da minuta e discutimos que
3555 encaminhamento terá quem vai discutir essa minuta daqui para frente. Ou
3556 vamos nessa linha que o Alfredo colocou agora, de nós tentarmos objetivar
3557 mais ainda a discussão para o novo fórum, quer dizer, tentar pelo menos ter
3558 claro o que pode ser consensuado, o que não pode ser consensuado nesse
3559 nosso fórum aqui de representantes da Câmara Técnica, de membros da
3560 Câmara Técnica de Qualidade. Eu vou ter que botar isso em votação, eu acho
3561 que não tem outra forma de nós avançarmos nisso. Eu gostaria que pelo
3562 menos os Conselheiros se manifestassem em relação a essas duas propostas.
3563 Porque uma significa nós encerrarmos a discussão aqui e passarmos...
3564 Encerrar a discussão do texto e passar a discutir encaminhamentos, como que
3565 se avança a partir do ponto que está. A outra proposta, que é a proposta que o
3566 Alfredo traz é vamos repassar tudo à luz do que foi pedido vistas, tentar
3567 identificar o que é fácil de se obter consenso, o que não é, e tentar remeter
3568 para encaminhamento só essas questões que são mais pontuais, que era a
3569 ideia que ele tinha aqui defendido no início de que o Grupo de Trabalho não
3570 recebesse uma minuta aberta, mas sim uma encomenda bem específica de
3571 nós a desatar. Ok? Então, por favor, podemos começar pela ANAMMA.

3572

3573

3574 **A SR^a. JUSSARA DE LIMA CARVALHO (Anamma Nacional)** – Eu sou pela
3575 leitura e pela definição dos pontos que nós devemos nos debruçar mais tarde.
3576 Usar essa minuta como metodologia para o nosso trabalho.

3577

3578

3579 **O SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Governo do Rio Grande do Norte)** –
3580 Também, eu voto que realmente nós passemos a discutir o texto.

3581

3582

3583 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Também pela
3584 leitura do texto base.

3585

3586

3587 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Leitura do texto base.

3588

3589

3590 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Leitura do texto base.

3592

3593

3594 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Leitura do texto base.

3595

3596

3597 **SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Leitura do texto base.

3598

3599

3600 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu voto pela minha proposta de definir a discussão já sobre os encaminhamentos.

3602

3603

3604 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Daniela saiu?

3605 Ela tinha dito que viria a suplente dela. Não sei se veio. Bom, tivemos aqui

3606 nove votos a um, no meu registro. Então, passamos à leitura. Então, nessa

3607 linha eu vou salientar, para nós não perdermos a linha proposta pelo Alfredo de

3608 que nós busquemos identificar no texto aquelas partes que receberam, foram

3609 objeto do pedido de vistas e tentar identificar a possibilidade de consenso em

3610 relação às proposta do pedidos de vista dos diverso órgãos que se

3611 manifestaram aí. Ok? É um pena a Saúde que tinha uma contribuição pesada.

3612 Ela vai voltar. Bom, então vamos lá. Alfredo você pode conduzir um pouco essa

3613 leitura no sentido de lembrar onde há propostas e aí eu deixo um pouco em

3614 aberto para que os membros façam as observações. É como se nós

3615 pedíssemos destaque aí na leitura. Então, vamos lá. Emenda então da... Eu

3616 vou ler um pouco aqui. Então, isso eu acho muito importante nós termos claro

3617 qual é o propósito da Resolução, senão nós nos perdemos. Nesse caso aí está

3618 bem claro, define critérios e procedimentos para o uso de resíduos industriais

3619 indicados como matéria-prima para fabricação de produtos fornecedores de

3620 micronutrientes, utilizados como insumo agrícola, de aplicação no solo e dá

3621 outras providências. Então, é grande, mas precisa. É precisa. O Conselho

3622 Nacional do Meio Ambiente. Então, no uso de seus...

3623

3624

3625 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –

3626 Olha é a aplicação no solo. Então, aí nós já restringimos que não tem aplicação

3627 foliar que daí seria uma polêmica bem maior.

3628

3629

3630 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou deixar,

3631 Alfredo, que você vai conduzindo aí, fique à vontade para destacar alguma

3632 coisa porque você tem o histórico dá... Então vamos lá. O Conselho Nacional

3633 do Meio Ambiente, no uso das suas atribuições e competências que lhe são

3634 conferidas pelo Art. 8º da Lei 6.938 e etc., tendo em vista o disposto no

3635 Regimento Interno, Considerando a Lei 12.305/2010, 02 de agosto de 2010,

3636 que estabelece em seu Art. 9º, a ordem de prioridade a ser observada na

3637 gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, como a não geração, redução,

3638 reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final

3639ambientalmente adequadas dos mesmos. Então, aí está puxando pela Lei de
3640Resíduos Sólidos, no Art. 9º dela. Considerando o que uso adequado de
3641resíduos industriais substitui matérias-primas naturais, aumentando a vida útil
3642de reservas minerais e reduzindo os impactos ambientais que resultariam da
3643exploração de jazidas minerais, considerando a necessidade de controle da
3644contaminação do solo, visando a manutenção da sua funcionalidade e a
3645proteção da qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Considerando a
3646necessidade de estabelecimento de procedimentos e critérios uniformizados e
3647integrados entre os órgãos da União nos Estados e no Distrito Federal, e dos
3648Municípios para utilização dos resíduos industriais indicados como matéria-
3649prima para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados
3650como insumo agrícola de aplicação no solo resolve: Capítulo um, das
3651disposições gerais: essa Resolução define critérios e procedimentos para uso
3652de resíduos industriais, indicados como matéria-prima para a fabricação de
3653produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados como insumo agrícola de
3654aplicação no solo e dá outras providências. § 1º: deverão ser observados os
3655demais instrumentos que dispõem sobre a inspeção e fiscalização da produção
3656do comércio de fertilizantes destinados à agricultura.

3657

3658

3659**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3660Aqui cabe um aparte. Também uma coisa que permeou o início das discussões
3661e nós tivemos que superar, porque tem o pedaço sempre do Ministério da
3662Agricultura envolvido nisso, mas nós decidimos que no primeiro momento por
3663se tratar de resíduo que afeta a questão ambiental, e por ser uma Resolução
3664do Conama que só regulamenta a questão ambiental, primeiro passa por todo
3665o procedimento do órgão ambiental, isso superado, quem quiser usar vai ter
3666que atender as outras determinações da área agrícola. Daí nós superamos um
3667bom pedaço de coisas que entravavam um pouco a discussão.

3668

3669

3670**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Eu acho
3671importante destacar porque a regulação no País é feita por vários órgãos.
3672Então, nós temos que ter em mente que nada se esgota na competência do
3673Conama. Eu vi algumas manifestações e não sei até se foram nesse
3674documento ou em outros, às vezes da Saúde preocupada que nós estaríamos
3675legislando sobre questões que afetam a saúde humana e tal, o Conama se
3676restringe a observar os aspectos ambientais, cabe aos outros setores, o
3677Conselho de Saúde, aos outros órgãos fazerem a sua regulamentação naquilo
3678que lhe é afeto. Não podemos também imaginar que nós vamos resolver o
3679problema do mundo no Conama. § 2º: Os critérios e procedimentos aqui
3680estabelecidos envolvem geração, o tratamento, e sua efetiva utilização como
3681matéria-prima para produção de fertilizantes, micronutrientes utilizados como
3682insumo agrícola de aplicação no solo, por favor.

3683

3684

3685**A SRª. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** É só uma
3686observação com relação à redação mesmo, parece que faltou o sujeito aí
3687nessa frase. Os critérios e procedimentos aqui estabelecidos envolvem a
3688geração, o tratamento, e a efetiva utilização de resíduos industriais, como

3689matéria-prima para produção de fertilizante. É que ficou sua aqui perdido no
3690meio do caminho

3691

3692

3693**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Pode ser fruto de
3694alterações.

3695

3696

3697**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Pode gerar um
3698pouco de confusão, apesar de estar remetendo ao que está escrito no Art. 1º. É
3699uma sugestão para melhoria.

3700

3701

3702**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3703Pode anotar em negrito quando discutir a redação. Tem uma coisa importante
3704que está dito aí que nós estamos rastreando desde a utilização do resíduo até
3705a sua utilização, saiu o micronutriente lá da empresa não é mais previsão da
3706Resolução.

3707

3708

3709**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Exatamente. Isso á
3710bastante importante.

3711

3712

3713**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu gostaria de
3714entender esse encaminhamento. Cada leitura que se faz é para quem tiver
3715destaque é para destacar na hora. É isso? Você estava lendo meio rápido.

3716

3717

3718**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Essa era a ideia.
3719Eu até tinha pedido para o Alfredo ir comentando, ele disse lê que aí nós
3720vamos pedindo destaque. Essa era a ideia.

3721

3722

3723**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu achei que era
3724ele que ia...

3725

3726

3727**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3728Só eu não. Todo mundo, ele falou.

3729

3730

3731**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Porque têm
3732considerandos lá que eu não concordo.

3733

3734

3735**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Por favor. Então,
3736voltamos lá, não tem problema nenhum.

3737

3738

3739O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) – É isso que eu
3740estou tentando dizer, nós já estamos na minúcia de discutir redação de... Tudo
3741isso pode ser prejudicado em uma discussão maior. Eu não sei onde... Tudo
3742bem, eu estou vencido, já estou...

3743

3744

3745O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Não, não, não.
3746Não tem problema nenhum. Doutro Lutti, veja bem, nós não... O que eu acho
3747que é importante aqui, e eu disse no início da reunião, o que eu acho
3748importante é nós saíamos daqui com alguma coisa bem consolidada, que não
3749tenha risco de retrocesso. O que nós precisarmos para isso nós vamos fazer.
3750Esse encaminhamento foi proposto à luz de uma discussão que nós tivemos
3751pela manhã onde eu tinha entendido inicialmente que nós tínhamos alguns...
3752Que nós tínhamos ainda posições contrárias a se avançar na discussão da
3753Resolução. Eu ainda coloquei isso aqui. Aparentemente a Saúde, e cobrei isso
3754da Saúde, aparentemente a Saúde é contra a regulamentação. A primeira
3755questão que nós discutimos aqui é se temos consenso de que nós podemos
3756avançar no sentido de regulamentação? Temos. Isso foi a resposta que eu
3757obtive. Se nós temos consenso de que é possível avançar na regulamentação,
3758vamos discutir a regulamentação. Se não nós... Se houvesse aqui um impasse
3759no sentido assim, olha não temos lamentar isso. Nós nem... Nós íamos ter que
3760discutir isso e talvez até encerrar a Resolução.

3761

3762

3763O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) – Mas veja só. A
3764partir do momento que você diz, olha tem um grupo que entende que tem que
3765remover os poluentes indesejáveis, outra diz que é possível ter um valor limite.
3766Isso por si só já compromete um monte de discussões que vai ter aqui, por
3767exemplo, o cálculo, a forma do cálculo.

3768

3769

3770O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Mas nós não
3771discutir isso aqui. Nós não vamos aqui, e isso eu acho que este ponto, por
3772exemplo, está bem pontuado, assim, está bem caracterizado. Nós não vamos
3773agora discuti-lo neste fórum porque nesse fórum está claro que há um nível de
3774dúvida ainda forte, a ponto de não caber aqui nós votarmos isso e discutirmos.
3775Agora, outras coisas como os considerados da lei, a redação do Art. 2º, do 1º,
3776o princípio, a ideia de que nós vamos acompanhar do início até a geração, isso
3777se há consenso nesse ponto em relação a essa regulamentação nós
3778avançamos. Se eu estou entendendo a sua preocupação é o seguinte, vocês
3779podem chegar a um ponto e dizer assim: “do jeito que está essa Resolução eu
3780não quero”. Bom, isso nós não vamos perder essa oportunidade de chegar a
3781isso, não vai ser o fato de nós termos discutido a redação e nesse sentido eu
3782peço clareza para todos nesse aspecto, não é o fato de nós estarmos
3783discutindo aqui que está legitimando os artigos. Então, só queremos discutir
3784para poder chegar a uma minuta mais enxuta para a discussão.

3785

3786

3787O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) – Então, com essa
3788frase sua eu quero deixar absolutamente claro e transparente o seguinte,

3789qualquer discussão sobre qualquer item hoje não vincula ninguém aqui, não
3790confirma se aceita ou não aceita. Eu quero que isso fique bem claro isso.

3791

3792

3793**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Se aceita...

3794Vamos lá, se aceita ou não aceita a regulamentação.

3795

3796

3797**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A regulamentação

3798já é um passo ultrapassado, que nem você já colocou.

3799

3800

3801**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vou reforçar só o

3802meu objetivo pra ver se temos acordo nisso.

3803

3804

3805**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Porque se tiver

3806qualquer tipo de vinculação da minha posição, eu já vou deixar registrado o

3807seguinte, o Planeta Verde se abstém de discutir. Eu não sou contra discussão,

3808é que isso que eu quero que fique claro.

3809

3810

3811**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Nós não

3812estamos aqui fazendo nenhum tipo de pegadinha. A nossa ideia aqui qual é? É

3813nós tentarmos identificar exatamente os pontos mais polêmicos e sobre eles

3814discutir depois. A ideia, e aí eu estou importante termos isso em mente, eu

3815estou indo mais ou menos na linha que o Alfredo subliminarmente propôs, que

3816é o seguinte, vamos procurar não retroceder depois. Quer dizer, se nós

3817avancarmos em alguma coisas, vamos procurar considerar esse ponto

3818superado. Então, é nesse sentido. Isso não vincula com, digamos assim, o

3819cerne do pomo de discórdias, mas vincula com algumas questões que nós

3820podemos... Bom, está interessante nós regulamentarmos da geração do

3821resíduo até a produção da matéria-prima? É isso? Temos consenso nisso?

3822Beleza. Então, avançamos. E nesse sentido não retornamos mais.

3823

3824

3825**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – É uma discussão,

3826vamos colocar dessa forma, uma discussão mais genérica sobre pontos. Agora

3827vejamos, eu tenho um considerando lá assim, só de olhar que eu discordo, há

3828uma discordância...

3829

3830

3831**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Existe essa

3832discordância, acho que é interessante.

3833

3834

3835**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Senão nós vamos

3836ficar discutindo e não vamos acabar nunca isso, não vai ser nem amanhã isso,

3837essa discussão.

3838

3839

3840 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não. Mas eu
3841 acho que registrar é importante.

3842

3843

3844 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Registrar sim. É
3845 isso que eu quero dizer. Por exemplo, essa redação está dando mal-entendido
3846 por conta disso. E não nós tentarmos corrigir essa redação nesse momento. É
3847 isso.

3848

3849

3850 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É essa a ideia.
3851 Temos acordo.

3852

3853

3854 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3855 No meu entendimento, vamos enxergar o processo, teve um Grupo de
3856 Trabalho que discutiu, eu fui coordenador, vamos dizer, estou aqui com a visão
3857 do GT, tem sentadas aqui várias pessoas que também participaram do GT e
3858 têm muita visão, muito conhecimento. Eu acho que ideia agora é só assim, nós
3859 vamos ler, Doutor Lutti, para todo mundo enxergar, olhar a mesma coisa e ver
3860 se todos estão enxergando ou não estão enxergando a mesma coisa, e o que
3861 concordam, e o que não concordam, que é um processo de começar a formar a
3862 opinião dos Conselheiros para na hora de ter que deliberar alguma coisa ter
3863 base. Ninguém está votando nada, não foi nessa linha que eu propus, nem de
3864 mexer muito. Tanto que o Márcio falou, já vão por aquele negócio do plano de
3865 gerenciamento? Eu sugeri, não, isso aí nós resolvemos depois. A ideia é
3866 realmente, “olha gente daqui para frente o que tem para amadurecer é isso,
3867 não vamos voltar com aqueles pontos que nós já discutimos e amadurecemos”.

3868

3869

3870 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu só pediria
3871 para o Doutor Lutti registrar a discordância em relação aos considerandos, para
3872 nós termos isso em mente e socializar essa...

3873

3874

3875 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Considerando que
3876 fala a utilização de resíduos da indústria diminui impacto ambiental. Da
3877 extração de minerais naturais.

3878

3879

3880 **SR. NÃ IDENTIFICADO** – Eu queria entender uma coisa aqui, eu participei
3881 de outras Câmaras Técnicas e, inclusive fui Presidente do CNRH. Nós
3882 precisamos de unanimidade para aprovar alguma coisa aqui?

3883

3884

3885 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não precisamos.

3886

3887

3888**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não estou entendendo porque eu não quero
3889chegar à conclusão amanhã de que eu passei dois dias em Brasília para
3890discutir alguma coisa, que não discuti nada, não resolvi nada. Eu acho que isso
3891seria o pior dos mundos porque eu tenho uma agenda efetivamente bem
3892pressionada.

3893

3894

3895**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Todos nós
3896temos. Essa condução foi proposta em função do nível que há de discordância
3897sobre esse tema e do tempo que já foi destacado aqui, de dois ou três anos
3898que vem se discutindo essa matéria. Esta matéria de exaustivamente discutida
3899no Grupo de Trabalho retornou à Câmara Técnica e encontrou uma Câmara
3900Técnica renovada em sua competência, renovada em seus membros. É por
3901isso que nós estamos fazendo esse processo de não colocar de cara em
3902votação nada aqui. No sentido de amadurecer o entendimento dos
3903Conselheiros. Eu mesmo sou novo na Câmara, estou na minha segunda
3904reunião aqui na Câmara e pela primeira vez estou tomando o conhecimento,
3905não agora naturalmente, eu tomei conhecimento antes, mas eu estou tomando
3906conhecimento dessa Resolução agora. Então, eu particularmente me sinto
3907confortável de receber mais insumos para poder tomar decisão. É nesse
3908sentido, só para deixar bem claro, no dia da primeira reunião eu deixei bem
3909claro aqui que eu vou tentar conduzir esta Câmara com o mínimo de... Com o
3910máximo de racionalidade do uso da nossa energia e do nosso tempo para que
3911nós não fiquemos aqui à toa. Mas, nesse caso específico, por todo o histórico,
3912por tudo que já me foi aportado desde a reunião passada, o entendimento que
3913eu formei e acho que tem muita gente que pensa igual, é de que não há
3914nenhum problema nessa primeira reunião, ou nessa segunda reunião, de nós
3915perdermos um pouco de tempo, entre aspas, para se subsidiar melhor para
3916uma próxima... Porque veja bem, qual vai ser o final dessa reunião hoje aqui?
3917Vai ser um encaminhamento no sentido de, retorna ao Grupo de Trabalho,
3918retorna para um outro fórum que não o Grupo de Trabalho, ou retorna para
3919este fórum, aí sim para decidir. Qualquer que seja a nossa discussão aqui o
3920encaminhamento será para ou para uma etapa intermediária ou de volta para
3921nós para já... Ou uma etapa intermediária para depois vir para tomarmos a
3922decisão, ou de cara já apresenta uma nova decisão na próxima reunião. Isso é
3923uma discussão que nós vamos ter aqui ao final da reunião. Esse é o
3924encaminhamento que está proposto, estamos abertos a contribuições, a
3925mudanças aí, mas é nessa linha que nós vamos. Ok? Seguimos com a leitura
3926então? O Art. 2º.

3927

3928

3929**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3930Márcio, você me permite uma coisa? Esse ponto nesse ponto das definições,
3931elas foram colocadas, mas não chegaram a ser discutidas porque nós achamos
3932mais importante evoluir em todos aqueles pontos estruturais da Resolução.
3933Então, eu não sei se nós vamos ganhar muito lendo essas definições, o que
3934nós vamos precisar é na hora de se dedicar ao texto, fechar essas definições,
3935assim, inclusive eventualmente poderia ter alguma outra coisa que
3936considerasse necessário definir aí. Não sei.

3937

3938

3939 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Alfredo, a primeira
3940 pergunta é: as definições que têm aqui, que estão no corpo da Resolução, elas
3941 são todas utilizadas? Essa é uma pergunta básica.

3942

3943

3944 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3945 Bom, a princípio nós colocamos aí as definições que nós achamos que estava
3946 no corpo e que precisava ter, mas nós não fizemos esse trabalho e nem
3947 fechamos, inclusive tem algumas que estão em vermelho, que eu falei isso aqui
3948 precisa haver um olhar da agricultura por que... Não sei. Mas, realmente é uma
3949 coisa que definição é definição, não é mérito.

3950

3951

3952 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só mais uma observação.
3953 Aqui fala em micronutriente e tem micronutrientes que estão além do que está
3954 sendo regulamentado nessa Resolução. Então, é só uma questão só para
3955 observar porque aqui tem ferro, aqui cloro, aqui tem silício, e existem outros.

3956

3957

3958 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3959 Mas tudo isso precisa lapidar, nós não lapidamos, não foi lapidado.

3960

3961

3962 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É só para fazer essa
3963 observação que esse é um ponto que nós vamos ter que tomar cuidado já que
3964 aqui nós estamos definindo para efeito da Resolução. Então, tem que estar
3965 claro.

3966

3967

3968 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3969 Isso é um ponto que a hora que for se debruçar mais a fundo nós temos que...

3970

3971

3972 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que
3973 cabe esse destaque, assim, como você fez no outro de que é preciso rever.

3974

3975

3976 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
3977 Então, vamos rever tudo, eu só estou chamando atenção...

3978

3979

3980 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não Alfredo, eu
3981 só acho assim, é que esse ponto destacado pela CNI é importante, quer dizer,
3982 se nós vamos explicitar na definição de micronutrientes alguns micronutrientes,
3983 nós temos que ter muita atenção para que o que está sendo regulamentado ali
3984 seja coerente com o que nós queremos regulamentar. Então, é só nesse
3985 sentido, colocar um asterisco ali e dizer “rever essa lista”.

3986

3987

3988 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
3989 Porque foram pinçados de algum lugar, mas não foram discutidas a fundo
3990 porque tinham aspectos mais...

3991

3992

3993 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Na verdade, eu
3994 acho que o que Wanderley está querendo dizer é que a definição de
3995 micronutriente aí ela tem que estar vinculada com a questão do resíduo e não é
3996 uma definição genérica como está colocado ali, que deve ter sido tirado de
3997 alguma referência técnica.

3998

3999

4000 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4001 tanto a definição de quais são os micronutrientes que estão aí, como aquela
4002 dos metálicos é aquela vinculada com o que nós estamos falando na Resolução.
4003 Isso não chegou a ser feito porque alguém colocou aí aquela coisa de nós
4004 vermos as definições que faltam, que sobram ou melhora no fim e nesse fim
4005 não deu tempo.

4006

4007

4008 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Isso tem sido uma
4009 estratégia adotada em várias discussões, deixar a definição para o final. Eu
4010 sugiro que façamos o mesmo.

4011

4012

4013 **A SR^a. JUSSARA DE LIMA CARVALHO (Anamma Nacional) –** Eu acho que
4014 eu entendi errado, eu havia entendido que nós íamos fazer até uma leitura
4015 meio rápida para o dizer o que há consenso e o que e não há consenso e,
4016 portanto teríamos um cardápio de dissensos para amanhã ou para a
4017 posteridade discutir. Na medida em que nós vamos entrando em detalhes nós
4018 atrapalhamos essa metodologia e não vamos acabar hoje e talvez nem
4019 amanhã. Então, eu queria retomar essa proposta e definir claramente o que
4020 nós vamos fazer afinal.

4021

4022

4023 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Eu acho que
4024 uma coisa não contradiz a outra. O que está acontecendo é que estão surgindo
4025 alguns destaques, mas esses destaques são importantes porque nós não
4026 podemos deixar isso passar batido depois.

4027

4028

4029 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4030 São destaques, não são dissensos.

4031

4032

4033 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** São destaques.
4034 Eu acredito que não... Que nós esgotar a leitura agora à tarde pelo menos e
4035 vamos nos concentrar para isso. Vale o destaque geral de se rever as
4036 definições e vamos pular as definições. Capítulo 2º, já passou... O art. 2º já
4037 passou estamos o Art. 3. Os resíduos industriais...

4038

4039

4040 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4041 Me permite um esclarecimento? Nós resolvemos organizar dessa maneira no
4042 dois nós falamos dos passíveis de utilização que são os elegíveis, aí é uma
4043 regra geral. Depois no três nós falamos no procedimento de aprovar, porque
4044 daí vai ser o caso a caso que o Estado vai se debruçar resíduo por resíduo,
4045 metodologia de amostragem, análise química e tal. E depois, por fim, das
4046 responsabilidades de gestão. Foi assim que nós dividimos a Resolução.

4047

4048

4049 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – Art. 3º: os**

4050 resíduos industriais só poderão ser utilizados como matéria-prima para
4051 fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados como
4052 insumo agrícola de aplicação no solo, se atenderem integralmente as seguintes
4053 exigências: 1) Constarem da relação de resíduos elegíveis do Art. 4º ou do
4054 anexo I, por favor, só salienta ali o Art. 4º ou anexo; 2) Apresentar em teores
4055 mínimos de elementos micronutrientes conforme indicação no Art. 5º ou anexo
4056 II, isso também pode ir para um anexo; 3) Não apresentarem concentrações
4057 indesejáveis de contaminantes que possam apresentar risco à saúde pública e
4058 ao meio ambiente, o que deverá ser devidamente comprovado. Inciso II: a
4059 única ressalva que nós fizemos é que ou fica num artigo ou vai para o anexo,
4060 porque, como são questões que podem sofrer modificações futuras, pode
4061 haver conveniência de colocar no anexo párea só se rever o anexo da
4062 Resolução em vez de rever a Resolução inteira. É como um artifício para tornar
4063 mais fácil a autorização caso seja necessário.

4064

4065

4066 **A SRª. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu teria uma

4067 pergunta para o Alfredo. Nesse inciso III aí esses contaminantes eles... Porque
4068 está de forma genérica, não apresentem concentrações indesejável de
4069 contaminantes que possam representar risco à saúde pública ou meio
4070 ambiente. Esses contaminantes seriam justamente as substâncias orgânicas?
4071 Foram...

4072

4073

4074 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4075 Bom, aí veja...

4076

4077

4078 **A SRª. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Onde que eles

4079 estão estabelecidos na norma?

4080

4081

4082 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4083 Nós não conseguimos fechar totalmente isso porque a concentração
4084 indesejável pode ser não detectável pelo método analítico, ou de alguns
4085 daqueles limites para aqueles lá. Agora, aí está um pouco geral, ele não pode
4086 ter outros, aqueles é o que nós vamos buscar sempre, é aquele que o cara vai

4087ter que mostrar de acordo com a Resolução, fazer a análise de acordo com
4088Resolução e avaliar.

4089

4090

4091**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Mas eles são
4092contaminantes do ponto de vista de solo ou eles são contaminantes do ponto
4093de vista de estarem contaminando um resíduo que tem um micronutriente?

4094

4095

4096**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4097Do resíduo do solo porque do resíduo ele vai para o solo. Mas, para ficar claro
4098é ponto a esclarecer...

4099

4100

4101**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Pois é. Eu acho
4102que isso deveria ficar um pouco mais bem esclarecido ali. O que se entende
4103nesse norma por contaminante?

4104

4105

4106**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4107Pode vir até uma definição ou alguma coisa. Realmente isso não foi tudo
4108fechado, porque como nós íamos fechar isso? Qual a concentração?

4109

4110

4111**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só um
4112pouquinho. No entendimento aqui, o inciso se refere ao caput, o caput fala de
4113resíduo. Então, nós estamos falando de resíduo.

4114

4115

4116**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Pois é. Mas o
4117contaminante, o que se significa o contaminante? É um contaminante que o
4118resíduo contém, é um contaminante do meio ambiente?

4119

4120

4121**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Do resíduo.

4122

4123

4124**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Do resíduo?

4125

4126

4127**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Sim.

4128

4129

4130**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4131Por isso que precisa esclarecer melhor gente, como eu falei, é um detalhe...

4132

4133

4134**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Não. Toda norma
4135se refere ao resíduo, mas para fim de interpretação e aplicação dela o que se
4136entende que poderiam ser outros contaminantes? Ou então...

4137

4138

4139 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4140 No caso nós estamos falando no resíduo porque é uma condição para aprovar

4141 o resíduo ou não. Agora, aparece como apareceu, se achar necessário definir

4142 nós vamos definir isso melhor e por isso que eu falei, a coisa que seria na hora

4143 de discutir o texto que nós não estamos fazendo ainda, mas não está claro

4144 isso.

4145

4146

4147 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** É uma dúvida aqui

4148 na interpretação desse artigo.

4149

4150

4151 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4152 Nós vamos amadurecer, mas é relacionado ao resíduo.

4153

4154

4155 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Esse inciso nós

4156 discordamos porque cai na discussão de valores.

4157

4158

4159 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4160 Isso aí é um ponto que pode assinalar porque vai ter haver com grande...

4161

4162

4163 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Então, por favor,

4164 faça um destaque em vermelho só para nós sabermos que esse é um destaque

4165 de fundo. § 1º: os resíduo devem ser gerados em empresas ou

4166 empreendimentos devidamente licenciados pelos órgãos competentes do

4167 SISNAMA, onde existam sistemas de produção capazes de garantir a

4168 manutenção das características desses materiais dentro dos padrões que os

4169 caracterizam. Tem uma proposta de redação na proposta encaminhada pelo

4170 Ibama que diz: os resíduo gerados, § 1º, os resíduo gerados devem ser

4171 oriundos de empresas ou empreendimentos devidamente licenciados.

4172

4173

4174 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4175 Agora eu vou esclarecer uma coisa. Isso aí foi uma proposta que veio o próprio

4176 setor no começo porque assim, dentro desse geradores de pretensos

4177 candidatos têm resíduos que não mantém as suas características ao longo do

4178 tempo, o processo varia ao longo do tempo, a característica do resíduo varia ao

4179 longo o tempo e é justamente aquele que vai trazer um grande problema.

4180 Então, aí está entrando na especificação das coisas para deixar uma regra

4181 bem clara. Então, é por isso que tem essa história de sistema produção capaz

4182 de garantir a manutenção das características ao longo o tempo, o processo não

4183 varia ao longo do tempo, o resíduo não varia.

4184

4185

4186 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** É só a redação.

167

84

168

4187

4188

4189 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4190 Mas então, a redação nós não vamos discutir agora, gente, pelo amor de Deus!

4191 Nós estamos discutindo ideias agora. Pode até assinalar que aí tem um

4192 problema, mas não vamos discutir agora.

4193

4194

4195 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Vamos lá. As

4196 empresa geradoras de resíduos, beneficiadoras e fabricantes de

4197 micronutrientes deverão estar devidamente licenciadas e com o seu sistema de

4198 gestão ambiental devidamente implementado, incluindo Plano de

4199 Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de modo a prevenir e controlar os

4200 impactos causados em seu processamento aos compartimentos solo, ar, águas

4201 superficiais e subterrâneas.

4202

4203

4204 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4205 Posso fazer uma ressalva? Isso foi um objeto que assim, o pessoal acha que a

4206 princípio uma empresa que tenha a licença deveria estar com seu plano de

4207 gestão devidamente implantado, o seu Plano de Gestão de Resíduos

4208 devidamente implantado e não poluindo nem o ar, nem a água e nem o solo.

4209 Só que na prática nós já vimos que isso que não ocorre. Então, não é justo o

4210 cara, um sugismundo e você deixa ele mandar seu resíduo para aplicar no

4211 solo. Então, é um momento de refinamento do processo de fiscalização do

4212 órgão ambiental, por isso que tem todas essas questão que seriam a princípio

4213 atribuíveis a um licenciamento, mas que nós realçamos que se não tiver isso, a

4214 hora que o órgão ambiental for lá para provar e ver o que cara é um

4215 sugismundo não precisa nem continuar, primeiro você se enquadra e depois

4216 nós vamos avaliar o seu resíduo. Essa é a linha. É um esclarecimento disso.

4217

4218

4219 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu gostaria a fazer

4220 uma observação. Essa questão da implementação do Sistema de Gestão

4221 Ambiental, para mim isso traz uma dificuldade, porque mais adiante em um

4222 outro artigo, remete-se ao órgão ambiental a responsabilidade da verificação se

4223 esse Sistema de Gestão Ambiental está implementado.

4224

4225

4226 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4227 Eu posso falar? Esse ponto foi um ponto específico de comentário da

4228 manifestação da CETESB como uma agência ambiental. Nós podemos ver

4229 como falar isso para não dar a impressão que o órgão ambiental realmente vai

4230 ter que ir além do que lhe é atribuído. Porque muito, embora, eu vou falar

4231 claramente, a princípio o princípio de gestão ele pressupõe a minimização da

4232 geração da resíduo, a minimização da geração de poluentes, mas hoje nós

4233 fiscalizamos para que ele não polua nem o ar, nem a água e nem o solo. Vale a

4234 pena destacar, isso é um por que realmente nós podemos discutir melhor como

4235 falar, mas a ideia é: você vai lá, o cara está poluindo o solo, está poluindo o ar

4236 porque ele tem montanhas de resíduos na indústria dele direto no solo, ele está

4237emitindo material particular contaminado para a atmosfera, ele está poluindo o
4238rio e quer mandar o resíduo dele para fazer micronutriente. Então, assinala um
4239ponto que vale a pena nós revermos porque foi uma observação da CETESB
4240também.

4241

4242

4243**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu acho que vale a
4244pena discutir bastante esse ponto porque o que você está levando levantando
4245aí, para mim, se uma empresa está nessa situação, a falha ocorreu antes, ou
4246seja, ela não está cumprindo com as responsabilidades, os compromissos que
4247ela assumiu quando obteve o licenciamento ambiental. Então, antes de
4248qualquer iniciativa de utilizar o resíduo dela para um determinado fim, seja ele
4249qual for, essas irregularidades deveriam ter sido sanadas. Então, eu tenho um
4250ressalva a fazer com relação a isso por causa do artigo lá na frente que remete
4251ao órgão ambiental essa responsabilidade. Não é atribuição do órgão
4252ambiental, essa palavra Sistema de Gestão Ambiental é uma palavra que está
4253definida em uma Norma Técnica e, inclusive, que indica que indica certificação,
4254eu acho que isso pode trazer má interpretação nessa norma de alguém
4255entender que somente quem tem uma certificação de um Sistema de Gestão
4256Ambiental poderia ser apto a fazer isso. É um ressalva, eu sei que vocês não
4257pensaram assim, mas eu estou ressaltando.

4258

4259

4260**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Por favor, não
4261vamos entrar nessa discussão agora. Faz o destaque a partir e com o seu
4262Sistema de Gestão Ambiental, pinta de amarelo isso e vamos adiante. É
4263amarelo. Tem cartão amarelo e vermelho aqui na Câmara. O § 3º é: a
4264avaliação deve ser feita para cada gerador, para cada resíduo e para cada
4265processo de geração.

4266

4267

4268**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – É
4269porque ela está no contexto. Avaliação se o resíduo pode ser utilizado ou não.
4270No Art. 3º, avaliação se pode ser utilizado ou não em autorização, ela é para
4271cada resíduo, para cada gerador, para cada processo, não é porque o resíduo
4272está na lista de elegível que automaticamente ele é autorizado. Então, pode
4273assinalar para melhorar isso, se tiver dúvida, mas vamos para a frente. Mas
4274então, nós não vamos discutir redação, gente, pelo amor de Deus! Agora eu
4275estou chamando atenção porque, senão realmente eu sou obrigado a
4276concordar com as colegas do Ministério Público, assinala, isso tudo eu
4277concordo que são pontos que nós vamos ter que rever, acho que eu assinalaria
4278isso com amarelo também. Tem um monte de coisa que precisa esclarecer,
4279mas nós não estamos discutindo na redação aqui, nós estamos identificando
4280ponto de dissenso. Você assinalou lá antes?

4281

4282

4283**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Utilização de
4284resíduos classificados como perigosos de acordo com a NBR 10.004,
4285classificação da ABNT. Aqui tinha uma observação do CNI em relação... Foi
4286vencido? § 5º, vamos lá. Eu vou ler primeiro. Não poderão ser utilizados

4287resíduos que na geração passarem por processo de combustão e nem
4288resíduos que contenham substâncias orgânicas, persistentes ou tóxicas.

4289

4290

4291**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4292Assinala processo de combustão. Isso realmente nós concordamos que pode

4293melhorar. Acho que seria e ou.

4294

4295

4296**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Alfredo, qual foi a

4297motivação do Grupo de Trabalho para colocar essa questão do processo de

4298combustão? Você pode explicar?

4299

4300

4301**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –** É

4302que o processo de combustão às vezes também gera dioxina furano que é

4303matéria orgânica tóxica e indesejável no solo, mas não é bem combustão, isso

4304precisa melhorar o termo.

4305

4306

4307**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** O Art. 4º eu vou

4308propor que nós pintemos de vermelho e pulemos. Só o Art. 4º.

4309

4310

4311**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4312Amarelo. Esse é só amarelo não vermelho. Não é um grande dissenso é um...

4313

4314

4315**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Aqui só para

4316nós... Porque aqui tinha uma observação do Ministério do Meio Ambiente que

4317era a inclusão de um § 6º. É isso? § 6º que é a questão da importação, mas eu

4318acho que ela vai surgir mais adiante não vai? Não? Então, vou colocar de uma

4319vez. A sugestão do... Calma Roberto. A sugestão da inclusão do § 6º é assim:

4320no caso de resíduos importados deverá ser obedecida a legislação pertinente,

4321no caso a Convenção de Basileia sobre o movimentação transfronteiriça de

4322resíduos perigosos e seu depósito, não se aplicando o disposto no § 1º e 2º

4323desse artigo. Qual é a preocupação? Eu só vou colocar, eu acho que nós

4324temos que discutir depois isso. Mas assim, eu só vou destacar qual é a

4325preocupação do Ministério do Meio Ambiente que nós na tínhamos trazido aqui

4326na reunião passada. Há uma disposição em toda a Resolução de que não se

4327aceite resíduo importado. A motivação do grupo é de que o controle sobre o

4328processo de geração de resíduo não pode ser feito sobre o resíduo importado e

4329quanto pode ser feito pelo nacional. O problema é: uma Resolução não pode

4330proibir importação de resíduo. Então, a exportação de resíduo em si viria de

4331qualquer forma. Nós vamos ter que discutir de alguma maneira como é que se

4332restringe o importado sem proibir a importação, porque proibir a importação na

4333Resolução não dá. Se for consenso nosso de que nós não devemos aceitar

4334resíduo importado para a fabricação de micronutrientes, aí nós vamos ter que

4335bolar uma forma de fazer isso. Ou se entender que precisa ter uma outra

4336regulamentação que não seja essa que está proposto para o resíduo nacional,

4337também se pensar nisso, mas a ideia aqui, eu acho que com cabe colocar essa
4338observação do Ministério do Meio Ambiente para que nós relembremos que
4339precisa tratar desse assunto. Ok? Vamos adiante. Então, § 6º. Então, no caso
4340de resíduos importados... Coloca assim, no caso de resíduos importados,
4341coloca entre parêntese MMA e nós retomamos essa discussão depois. Só bota
4342entre parêntese proposta do MMA. Aí nós depois, o grupo que for sistematizar
4343verifica isso. A minha proposta quando eu falei em colocar vermelho no Art. 4º
4344não foi só pela questão do anexo. Está bom, fica em amarelo e depois
4345discutimos. Deixa amarelo.

4346

4347

4348**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4349Os vermelhos são aqueles que nós vamos ter que superar ainda, esse nós
4350superamos.

4351

4352

4353**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Esses já estão
4354em vermelho. São questão de fundo.

4355

4356

4357**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4358Os vermelhos são aqueles que o pessoal concorda que não deve sair, mas o
4359grifo pode ficar em amarelo.

4360

4361

4362**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Podemos pular
4363tudo isso e irmos então para o § 1º. Isso não precisa. § 2º. Vamos direto para o
4364art. 5º?

4365

4366

4367**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –** O
4368segundo tem uma coisa importante. Aquela questão, a requerimento dos
4369órgãos ambientais competentes, quando tecnicamente justificado e aprovado
4370pelo Conama, poderão ser incluídos outros resíduos como elegíveis. É aquela
4371história de ver se deixa isso mais fácil, mas remete ao Conama não a decisão
4372de técnico só... Então, esse pode marcar em amarelo, eu não sei.

4373

4374

4375**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Eu não sei se é
4376necessário, o único questionamento que eu faço é o seguinte, se é necessário,
4377porque assim, mas é que a forma como está ressaltado não me parece
4378regimental, porque uma coisa é nós alterarmos a Resolução ou alterarmos um
4379anexo no caso. Outra coisa é chegar aqui no Conama no DConama um
4380requerimento do órgão ambiental de um Estado solicitando a inclusão de um
4381resíduo elegível. Isso não existe. Isso não existe. Isso não existe. Vem uma
4382proposta do alteração da Resolução e não a inclusão de um resíduo. Eu bom,
4383tudo bem, pinta de amarelo e vamos adiante. Art. 15: para ser considerado
4384fonte de micronutriente, o resíduo deverá apresentar os seguintes teores
4385mínimos de micronutrientes, de acordo o elemento de interesse agrônômico.
4386Pinta de vermelho.

4387

4388

4389 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4390 Esse não tem problema.

4391

4392

4393 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Desculpe. Eu me

4394 confundi de novo.

4395

4396

4397 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4398 Porque esse é o teor de micronutrientes.

4399

4400

4401 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Desculpa. Eu de

4402 novo confundi as tabelas. Não precisa nem pintar de amarelo, deixa branco

4403 mesmo.

4404

4405

4406 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4407 Nós batemos, mas às vezes temos que elogiar, a proposta do setor produtiva é

4408 que tenha até mais do que o órgão ambiental considerava que para eles se

4409 tiver menos também não é tão interessante.

4410

4411

4412 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Deixa como

4413 está, esse foi erro meu e pela segunda vez eu confundi as tabelas, mas nesse

4414 caso não. Nesse caso está tranquilo porque é o teor dos micronutrientes...

4415 Mínimo, não pode ter mais do que isso, não tem problema. O Art. 6º: para

4416 serem utilizados como fonte de micronutrientes os resíduo deverão atender os

4417 limites máximos relativos à concentração de contaminantes inorgânicos,

4418 estabelecidos na tabela a seguir.

4419

4420

4421 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

4422 Então, posso fazer um aparte para esclarecer? Esse é o ponto crucial, então

4423 veja, a ideia é aí que tem a divergência de que tipo a coisa aí seria... Não pode

4424 ter contaminantes inorgânicos no limite detectável. Ou seja, tinha que ser não

4425 detectável para métodos analíticos, que é a proposta de se tratar os resíduos

4426 que não obedecerem a isso. Então, eu queria só fazer uma ressalva da

4427 questão de tratamento. Tem três formas de tratamento que nós precisamos

4428 entender isso, às vezes confunde um pouco e nós esclarecemos no Grupo. A

4429 primeira é aquele tratamento para concentrar o que interessa, isso é praticado

4430 hoje. O segundo é o tratamento para melhorar a condição do resíduo para

4431 aproveitar como micronutriente ou não. Isso depois nós vamos... Influi no

4432 beneficiamento, porque são dois tipos de tratamento, um é o peneiramento, a

4433 moagem que são todos os tratamentos... Condicionamento de unidades que

4434 são todos tratamentos físicos, outro são os tratamentos químicos dentre os

4435 quais se inclui esse que nós queremos que é o tratamento químico de eliminar

4436 a concentração do metal tóxico. Então, na verdade, isso é só o grande

4437dissenso porque eu até brinquei, tem que pintar de preto, mas de qualquer
4438maneira a ideia era... Aí não vai ter o nosso modelo, vai ter uma tabela de valor
4439de concentração, o modelo da CETESB depois nós podemos abrir, enxergar as
4440equações e etc., é uma forma de se chegar a esses valores. E ele está aí
4441dessa maneira porque além do fato de ter o dissenso de que não deveria ter
4442concentração detectável, tem o dissenso entre o órgão ambiental e setor
4443produtivo da valoração. Você entendeu? Então, eu acho que isso tudo pode
4444opinar de vermelho, não pinta de vermelho senão nós não enxergamos por
4445baixo. Só o sexto. Ficou claro para todo mundo? Porque a questão do
4446tratamento aí, que é foco maior, é o tratamento para eliminar o metal, o
4447contaminante inorgânico. Que é isso que teria, vamos dizer, seria o grande
4448amadurecimento de discussão esperado, vamos dizer.

4449

4450

4451**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – E aqui nos
4452parágrafos é que traz aquela obrigatoriedade de que o tratamento seja feito na
4453fábrica da micronutrientes.

4454

4455

4456**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4457Isso tem a ver com outro tratamento. Por exemplo, tratamentos físicos, tem...
4458Aquele Xing Ling que eu falei, sabe o que ele faz? Ele pega um treco que tem
4459metal pesado que não pode, mói, acerta e fala “não, agora isso aqui está bom
4460para aplicar”. Sob o ponto de vista da textura e etc., está bom, mas sob o ponto
4461de vista ambiental... Por isso que nós separamos, inclusive nós fazemos lá na
4462definição de tratamento físico e químico. Para começar beneficiamento físico
4463ou químico, mas nós podemos voltar isso com detalhe, mas o importante aí é a
4464concentração do contaminante tóxico. Tratamento. Então, aí vamos entender
4465que tem duas nuances da coisa. Uma é o resíduo atende a aquela
4466concentração que nós estabelecemos, entendendo que vamos aceitar uma
4467concentração. A outra ele não atende nem essa. Então, essa já estava claro
4468que se ele quisesse usar precisava tratar. A questão é que o Ministério Público,
4469o Planeta Verde e PROAM acham que tem que tratar sempre para deixar não
4470detectável. Está claro isso? Leitura § 2º. Então, ficou clara a questão do
4471primeiro? O segundo: o tratamento a que se refere o parágrafo anterior,
4472somente deverá ocorrer em uma unidade específica de empresa fabricante de
4473micronutrientes. Isso é uma outra coisa que eles questionam. Nós podemos,
4474sei lá pinta de amarelo, sei lá, para discutir melhor, mas é aquela questão de
4475que já que o órgão ambiental vai fazer a fiscalização de beneficiamento de
4476tratamento, ele faz nos micronutrientes, não tem mais os intermediários para
4477ele correr atrás, mas isso aí... Bom, o terceiro, o processo de tratamento deve
4478ser detalhado e licenciado pelo órgão competente. Bom, Art. 7º: os resíduos de
4479que tratam essa Resolução não poderão ser utilizados diretamente no solo,
4480sendo vetada a sua comercialização direta para a agricultura. Art. 8º: não
4481poderão ser misturados resíduos que individualmente não atendam aos
4482critérios definidos nessa Resolução, nem utilizados processos de diluição efeito
4483de enquadramento. Parágrafo Único: o produto resultante da mistura de
4484resíduos, quando ocorrer, deverá atender aos limites máximos de concentração
4485de contaminantes inorgânicos, ou seja, nenhum individualmente pode estar
4486fora das características e a mistura também não pode estar fora das

4487 características. Então, aí terminaria aquele caráter de nível geral para definir os
4488 elegíveis. Daí vem o processo de avaliação e autorização.

4489

4490

4491 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu tenho uma... O Parágrafo Único está
4492 vinculado ao 6º. Então, eu discordo dele...

4493

4494

4495 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4496 Então, assinala de amarelo que nós depois vamos acertar isso.

4497

4498

4499 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Ele deverá atender aos máximos. A questão são
4500 os limites máximos que estão vinculados ao 6º.

4501

4502

4503 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – É
4504 isso aí. Na verdade, porque nós colocamos esse Artigo aí? Ele apareceu
4505 assim, porque de repente, mas aí nós falamos: “mas então nós temos que
4506 cuidar das misturas e das diluições”. Então, depois nós acertamos melhor, a
4507 ideia desse Artigo é cuidar das misturas. Qual era a dúvida?

4508

4509

4510 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4511

4512

4513 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4514 Não seria isso aí não. Na verdade é aquilo que eu falei, o plano está falando do
4515 tratamento aí, é o tratamento para eliminar o contaminante de interesse. Volta
4516 no sétimo. Eles não podem ser utilizados diretamente no solo. Resíduo não
4517 pode ser utilizado diretamente no solo. Isso aí é uma questão que vai mais lá
4518 para frente vai aparecer e aparece na definição do micronutriente, porque ficou
4519 essa questão, o mercado era tão embolado e confuso que nós tivemos que
4520 clarear coisas nessa Resolução, por exemplo, fabricar micronutrientes não se
4521 entende só usar resíduo, é resíduo misturado com outras coisas, isso está na
4522 definição do micronutriente. Então, no contexto, depois é bom todo mundo ler
4523 tudo, aqui estamos lendo mais superficialmente para ver os pontos, mas isso aí
4524 permeia. Veja, olha quantas coisa que nós tivemos que costurar para tornar
4525 isso o claro possível e o mais controlável possível no Sistema de Gestão, mas
4526 nós podemos melhorar quando for discutir a redação.

4527

4528

4529 **A SRª. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu concordo com a
4530 observação do colega porque dá a entender que realmente a Resolução ela dá,
4531 ela diz que o resíduo, toda vez o resíduo tem que passar por um
4532 beneficiamento. E será que isso é realmente aplicável a todo e qualquer caso?

4533

4534

4535 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – O
4536 a Resolução diz é que o resíduo só pode ser utilizado passando por um

4537fabricante de micronutrientes, assim, entendido o que é a definição de
4538fabricante de micronutrientes. Vamos na definição do fabricante de
4539micronutrientes?

4540

4541

4542**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Mas não é o isso
4543que está escrito aí no art. 7º.

4544

4545

4546**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4547Então, tem que ficar mais claro, pode assinalar em amarelo, mas a ideia é
4548essa. Mas, vocês concordam que isso aí é um detalhe que nós podemos
4549acertar depois? Pinta de amarelo porque nós estamos aproveitando mas a
4550ideia é que ninguém vai poder um resíduo e usar direto na agricultura,. Só vai
4551usar o fabricante micronutriente que é no entendimento da definição, que é
4552aquele que faz micronutrientes a partir de matérias-primas naturais,
4553tradicionais, misturadas com resíduos.

4554

4555

4556**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok? Algum
4557questionamento em relação a isso? Capítulo 3º, da avaliação e a autorização.
4558Art. 9º: Os resíduos destinados como matéria-prima para fabricação de
4559produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados como insumo agrícola de
4560aplicação no solo, deverão receber autorização formal do órgão ambiental, por
4561meio do documento específico a ser emitido para cada resíduo, a ser aprovado
4562mediante avaliação e comprovação de atendimento a todos os critérios
4563estabelecidos nessa Resolução. Parágrafo Único: a autorização deverá ser
4564mediante a amostragem, análises químicas dos resíduos, incluindo o
4565procedimentos de controle de qualidade, tal como especificados nos Arts. 10 a
456614 dessa Resolução.

4567

4568

4569**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu também acho
4570que esse artigo aí tem uma falha na redação porque o órgão ambiental ele não
4571vai autorizar o resíduo, ele vai autorizar a utilização do resíduo, ou seja, ele vai
4572autorizar aquela forma de uso, de aproveitamento. Do jeito que está escrito,
4573está escrito que o órgão ambiental vai autorizar o resíduo, e não é.

4574

4575

4576**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4577Tem que acertar realmente a redação, mas a ideia implícita aí, isso é não um
4578documento específico além da licença, de outros documentos, que
4579especificamente autorizam a utilização do resíduo.

4580

4581

4582**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Na verdade, o
4583órgão ambiental vai autorizar o destino do resíduo, o destino vai ser a
4584fabricação de micronutrientes. Pinta de amarelo então.

4585

4586

4587**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4588Eu chamo a atenção que não houve tempo hábil para lapidar a redação, tanto
4589as coisas... Nós quisemos regulamentar, porque esse processo gente, vocês
4590não conhecem, mas na prática ele ocorre de muitas maneiras, com muitos
4591subterfúgios e com muitas variantes não controláveis ao longo do tempo.
4592Então, até foi um esforço conjunto, setor produtivo, órgão ambiental e até uma
4593certa colaboração do Ministério Público, para como nós colocamos coisas
4594nessa Resolução para controlar esses processos.

4595

4596

4597**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Pois não, por
4598favor.

4599

4600

4601**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) –** Eu já havia
4602colocado dessa forma, a questão de gestão que são esses Art. 9º adiante,
4603avaliação, gestão, enfim, o Planeta Verde entende que deve ser discutido da
4604mesma forma a aprofundadamente, que isso também ficou a dever lá no Grupo
4605de Trabalho, o próprio Alfredo já colocou isso. Então, eu destacaria esses
4606artigos que dizem respeito à gestão para uma discussão profunda.

4607

4608

4609**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Eu só não
4610entendi muito bem a razão disso, porque assim, aqui está criando atribuições
4611aos órgãos, ou melhor, está detalhando como os órgãos ambientais devem
4612fazer a avaliação e autorização. Está fazendo um detalhamento. A sua
4613colocação é em relação a precisar mais detalhamento ou...

4614

4615

4616**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) –** Mais
4617detalhamento, enfim se os órgãos ambientais têm condições de cumprir esses
4618detalhamentos, porque é muito fácil chegar aqui, como foi colocado, dizer: “nós
4619criamos a norma, os órgãos de fiscalização que se adéquem”. Nós sabemos
4620que na prática não é isso.

4621

4622

4623**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Mas da forma
4624como está colocado, o meu entendimento é o seguinte, da forma como está
4625colocado se o órgão não fizer isso, não pode fazer.

4626

4627

4628**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) –** Nós sabemos que
4629na prática não vai acontecer isso. Então, vejo só, a utilização de
4630micronutrientes está desrespeitando a Lei que está sendo usada. É isso que eu
4631estou dizendo.

4632

4633

4634**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Esse é o seu
4635entendimento, não é o meu. Por exemplo.

4636

4637

4638 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Todo mundo aqui
4639 está falando isso.

4640

4641

4642 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não entendo
4643 isso não. Não desrespeita Lei nenhuma.

4644

4645

4646 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Não? Utilização de
4647 resíduo no... Como não?

4648

4649

4650 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não. Qual é a
4651 Lei?

4652

4653

4654 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A 225 da
4655 Constituição, não está bom?

4656

4657

4658 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O artigo 225 da
4659 Constituição é específico sobre isso?

4660

4661

4662 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Espera aí Márcio,
4663 nós vamos discutir juridicamente a questão?

4664

4665

4666 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Nós estamos em
4667 uma Câmara Técnica.

4668

4669

4670 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Na hora que
4671 chegar lá na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, é outra coisa, aí eu vou
4672 levantar isso. Aqui é outra coisa.

4673

4674

4675 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Aí é uma
4676 questão de entendimento, nós não vamos discutir isso.

4677

4678

4679 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu estou
4680 colocando o seguinte, eu destaco esses artigos porque eu acho que precisa
4681 uma discussão profunda. É isso.

4682

4683

4684 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu só queria
4685 deixar claro o seguinte, quando nós discutimos isso na área ambiental, nós que
4686 trabalhamos em órgãos de regulação, nós sentimos falta de regulamentação.

4687Não adianta ter um artigo geral lá na Constituição, em uma lei geral de crimes
4688ambientais, se não tiver regulamentado vai ter brecha para alguém atuar.
4689Então, a nossa preocupação, e eu digo isso com alguns anos de carreira, a
4690nossa preocupação em regulamentar é exatamente dar segurança, dar foco
4691naquilo que é a função do órgão de regulação, seja ele em que área atuar na
4692área ambiental. Muito bem. Aqui nesse caso nós estamos amarrando tanto que
4693os órgãos ambientais aqui já estão se sentindo assim;: “poxa, eu vou ter que
4694criar um departamento para isso, porque tem tanta obrigação para cumprir que
4695vai ser difícil atender tudo isso”. O meu entendimento é o seguinte, se não
4696atender, como isso é condição, se não estiver atendida a condição está
4697havendo uma utilização ilegal. É mais ou menos como atuar sem licença.
4698Então, eu acho que essa regulamentação aqui está a favor da lei e não contra.
4699

4700

4701**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu não estou
4702falando que está contra ou a favor. Eu tenho longa vivência na discussão de
4703cumprir ou não cumprir a Lei. Só no Ministério Público eu tenho mais de 25
4704anos. É isso. É uma questão... Não ainda você falar que tem grande vivência
4705se eu também tenho grande vivência. Eu estou só dizendo que não está
4706adequado, que eu entendo que precisa de uma discussão mais aprofundada.
4707Não estou dizendo que não é para colocar na Resolução, deixar de colocar, é
4708só isso.

4709

4710

4711**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu só tentei
4712entender um pouco onde estava a inadequação.

4713

4714

4715**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – A
4716ideia é a seguinte. Até baseado em uma questão que os órgãos ambientais não
4717vão ter especialistas que entendam a fundo de todas as matérias, as leis, as
4718normas, as Resoluções, vai ter que seguir. Nós estamos procurando aí fazer
4719uma regra, como você está falando, de repente parece até exagerado, eu não
4720diria que ela é exagerada, para a gestão de qualquer resíduo se você quiser
4721fazer uma coisa direito vai partir da amostragem, da classificação, da
4722caracterização e da definição. Então, não é nada além, do que na gestão
4723normal de resíduo deveria ser feita, nós só estamos dizendo especificamente o
4724que fazer porque esse negócio vai virar micronutrientes. Então, com relação a
4725esse mérito de que está exagerado ou não está, nós estamos dizendo o nós
4726achamos que é necessário. A outra questão que é parte de avaliar até que
4727ponto todos os órgãos vão estar fazendo isso ou não, mas eu acho que isso já
4728começa a exceder realmente o mérito da Resolução de Micronutrientes. Eu não
4729sei.

4730

4731

4732**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O destaque aí do
4733artigo... Só para entender os destaques. Então, iria é todo o capítulo é isso?

4734

4735

4736 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4737 Eu acho que seria todo o capítulo porque é questionar... A ideia é o
4738 questionamento que eu vejo aí é colocada é da capacidade disso na prática
4739 acontecer. Que era aquela outra história que nós estávamos conversando que
4740 eu falei que é outro questionamento.

4741

4742

4743 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** A representante
4744 da Saúde não está aqui, mas às vezes quando eu vejo as notícias ali do que
4745 ocorre na Saúde eu fico pensando que segurança um médico tem para fazer
4746 em diagnóstico ou um prognóstico. Porque é que exigem de nós e não exigem
4747 dos médicos. Nunca nós vamos ter certeza de nada, não tem como. Muito
4748 bem. Então, por favor, representante da ABEMA.

4749

4750

4751 **O SR. JÚLIO CESAR ROCHA MOTA (Governo do Estado da Bahia) –** É só
4752 para entender filosofia. Nós dizemos em algum lugar que para haver o uso e
4753 tudo mais precisa ter um licenciamento ambiental. Então, o que está se
4754 propondo é que além do licenciamento ambiental, tem ainda autorização
4755 específica. É isso?

4756

4757

4758 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –** O
4759 órgão ambiental está autorizando o resíduo X a ir para fabricação...

4760

4761

4762 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Na verdade é
4763 uma autorização de destino final, coisa que os órgãos ambientais já fazem. Nós
4764 já dizemos qual o destino adequado para o resíduo que é gerado, nesse caso...

4765

4766

4767 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4768

4769

4770 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Não se cria coisa
4771 nova não. A 6.938 não é só licenciamento ambiental. Então, não há figura
4772 nova, o que eu acho que há é uma distorção muito grande. Eu sou bastante
4773 crítico em relação a isso, a visão hoje dos órgãos ambientais é que
4774 licenciamento é a única solução e que é o único instrumento ambiental que nós
4775 temos licenciamento. A autorização está prevista na 6.938 e vários outros
4776 instrumentos que nós estamos de gestão ambiental estão previstos também na
4777 6.938, portanto, licença é desculpa, mas a licença já mostrou o quanto ela é
4778 ineficaz e o quanto ela não basta sozinha.

4779

4780

4781 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu posso fazer em
4782 comentário, senhor presidente? Eu não estou discordando dessa observação,
4783 apenas estou alertando que pelo que está proposto eu estou entendendo que o
4784 órgão ambiental terá que aprovar a destinação de um determinado tipo de
4785 resíduo para incorporação como micronutriente na indústria de fertilizante, além

4786disso, o órgão ambiental tem que licenciar o gerador do resíduo e o receptor
4787que no que caso é a indústria de fertilizante. Ambos, no escopo das suas
4788licenças terão que ter essa previsão, uma que vai ceder resíduo e a outra que
4789vai receber o resíduo.

4790

4791

4792**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Com
4793processamento de resíduos já tem isso, por exemplo.

4794

4795

4796**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Já tem, mas eu só
4797para elucidar o meu raciocínio de que eu defendo a ideia de que é um
4798procedimento diferenciado que, por exemplo, no Estado de Minas Gerais o
4799órgão ambiental que faz a análise do processo de licenciamento é a
4800Superintendência Regional de Meio Ambiente e o órgão ambiental que vai dar
4801essa autorização para o resíduo, para esse destino do resíduo é a FEAM. São
4802dois entes diferentes, isso poderá acontecer sim. Então, eu quero deixar claro,
4803não estou aqui discordando com isso não, eu estou apenas... Eu acho que em
4804outros órgãos ambientais isso também poderá acontecer porque as equipes de
4805licenciamento talvez não tenham capacidade de absorver uma
4806responsabilidade como esta. Então, outras equipes terão que falar: “não é
4807possível sim”. E outra coisa dentro dos procedimentos, deveria ficar mais claro,
4808quem é que vai apresentar a proposta para esse uso. Se é o gerador, é a
4809indústria de fertilizantes ou ambos, ou qualquer um dos dois?

4810

4811

4812**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4813No nosso entendimento a princípio é o gerador do resíduo, agora se precisar
4814ficar mais clara nós colocamos que precisa ficar mais claro.

4815

4816

4817**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu acho é um
4818ponto já que vai ser todo... O procedimento em destaque é um ponto
4819interessante.

4820

4821

4822**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4823Por que tem que ter essa autorização formal? Porque veja gente, nós vamos
4824precisar tomar em certo cuidado senão isso aqui vai entrar num loop onde um
4825dá a razão para o outro de que não pode ter consenso nunca. Então, nesse
4826ponto, Zuleika, que eu chamo atenção, que é lógico, se o cara tem um resíduo
4827que pode ter um constituinte perigoso que pode ser um contaminante, que ele
4828está pondo lá para ir para a agricultura, o mínimo que se espera é que ele
4829tenha uma autorização formal. Por isso que nós não estamos dizendo
4830especificamente nem quem e nem qual. Tem que ter uma. É lógico que isso
4831pode ser depois, sei lá, se precisa submeter.

4832

4833

4834 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Nós já fizemos
4835 isso com a outra Resolução de Lodos de Estação de Tratamento de Esgoto.
4836 Foi a mesma coisa.

4837

4838

4839 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – É
4840 essa a ideia que está aí.

4841

4842

4843 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É a mesma
4844 coisa, quer dizer, é a ideia de reaproveitamento, portanto, é um novo processo
4845 e, portanto esse novo processo também tem que ser regulamentado e
4846 licenciado. Esse é o espírito. Quando eu digo que não há novidade nisso é
4847 nesse sentido, quer dizer, é esse instrumento ambiental de controle de
4848 processos já está figurando aí. Por favor, marca o capítulo inteiro porque já
4849 vimos que esse aí dá pano para manga, capítulo três então.

4850

4851

4852 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4853 Ao invés de marcar o capítulo inteiro por que você não põe uma mega
4854 observação que os procedimentos de avaliação e autorização passam pela
4855 discussão da capacidade dos órgãos ambientais, ou coisa do gênero?

4856

4857

4858 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não acho que
4859 passa por aí. Vamos proibir a operação porque se um médico não for
4860 capacitado? O cara é médico, ele é capacitado, o órgão ambiental é
4861 capacitado, pronto. Ele tem essa atribuição, ele tem que cumprir com essa
4862 atribuição.

4863

4864

4865 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4866 Eu estou falando porque eu entendo que esse foi um outro ponto além daquela
4867 questão de se aceita um limite inorgânicos ou tem que não detectável, esse foi
4868 um outro ponto que nós procuramos para tentar superar essa coisa da
4869 dificuldade do controle, por mais detalhe possível aí, ou seja, tudo que poderia
4870 ser dito foi dito. Tanto que poderia ser orientado foi orientado.

4871

4872

4873 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que
4874 essa é a linha que eu defendo, quer dizer, nós estabelecemos exatamente
4875 quais são as condições que você tem que ter para obter a autorização, seja do
4876 lado regulado, seja do lado do regulador, e pronto. E cada um que se
4877 estabeleça para cumprir com essas obrigações. Se não cumprir com as
4878 obrigações não pode se estabelecer, seja como produtor, seja como regulador.
4879 Eu não posso dar licença para utilizar um resíduo para fazer micronutriente se
4880 eu não tenho condições de fazer esse controle. Essa à situação.

4881

4882

4883 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4884 Então Márcio, não na qualidade de representante do Governo de São Paulo,
4885 mas na qualidade do coordenador do Grupo de Trabalho e do que fez o
4886 resumo, no meu entendimento esse seria o segundo ponto que requereria
4887 alguma maneira de aprofundamento do debate. Eu acho que na visão de
4888 alguém questiona aí.

4889

4890

4891 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu sinto muito,
4892 mas em nenhuma legislação que eu conheça se questiona a capacidade de
4893 quem recebe atribuição. O cara recebe atribuição, ou ele tem capacidade para
4894 fazer ou ele não faz. Ponto. Não tem meia gravidez. O cara, se ele não
4895 cumprir... Por isso que eu acho interessante se detalhar as condições e aí sim
4896 nos cabe destacarmos o capítulo e discutir profundamente isso. Quais são as
4897 condições que nós vamos exigir para que o resíduo possa ser utilizado para
4898 micronutrientes. Se aquelas condições não são cumpridas, não pode ser
4899 utilizada, se for utilizada está contrariando a Resolução, está ilegal. Pronto,
4900 acabou.

4901

4902

4903 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Veja só. Eu acho
4904 que tanto essa sua colocação como o nosso dissenso, eu acho que caberia
4905 essa discussão mais profunda, que pode chegar a essa solução que você está
4906 colocando. Se estabelece quais são, pode ser mais, pode ser menos, mas aí
4907 em uma discussão mais profunda e ponto final. E não se discute qualificação
4908 ou não, mas aí teríamos que discutir mais profundamente essa questão.

4909

4910

4911 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Por isso
4912 destaque no capítulo. Eu acho que cabe essa discussão mais profunda sim. Eu
4913 só quero lembrar assim, é que às vezes nós ficamos a área ambiental se
4914 presta para essas coisas. Em outras áreas nós não vemos essa discussão.
4915 Você dá uma atribuição a um médico e não vai ver se ele está capacitado ou
4916 não. Se ele não estiver ele vai sofrer um processo. A área de educação é a
4917 mesma coisa, se estabelece um Programa de Educação, a escola tem
4918 condições do fazer isso, tem professor para isso, não tem? Não é na legislação
4919 que nós corrigimos isso, ao contrário, é a legislação que puxa para que ocorra
4920 isso. Então, ela contribui para que haja essa capacitação, para que o Estado se
4921 aparelhe, para que o Estado provenha os meios para que esse objetivo possa
4922 ser alcançado. Se não nós ficamos naquela história, quer dizer, não faço
4923 porque não tenho capacidade e aí não vai fazer nunca mesmo. Mas isso é uma
4924 observação pessoal, vamos adiante. Destacado o capítulo ficam incluídos aí
4925 todos os artigos, inclusive aqueles que eu havia destacado, a questão da
4926 redação, o 15 e o 16, que tem aquela questão de se incluir o Plano de
4927 Gerenciamento de Resíduos Sólidos, não deixar só na questão do
4928 licenciamento ambiental. Aí eu acho que é interessante só fazer esse
4929 destaque, que aí no art. 15 e no 16, do jeito secretário está escrito fala só o
4930 beneficiamento deverá ser realizado na empresa produtora de fertilizante e
4931 micronutriente devendo ser contemplado no processo de licenciamento
4932 ambiental. Nem sempre o processo de licenciamento ambiental contempla o

4933Plano de Gerenciamento de Resíduo, embora deva. Então, era uma questão
4934de destacar. Mas, aí fica essa observação porque ela consta do pedido de
4935vistas do Ibama. Mas agora eu vi que eu pulei um aqui, no art. 13, quem tiver
4936alguma observação desse tipo para fazer, por favor, faça. Só porque no pedido
4937de vistas do MMA, no art. 13 é que entra aquela questão que eu falei do
4938laboratório. A redação proposta pelo MMA para o art. 13 é: para testar a
4939composição do resíduo a ser utilizado como matéria-prima do micronutriente,
4940somente serão aceitos laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados
4941pelo INMETRO para a realização desse ensaio, ou por laboratórios
4942estrangeiros acreditados por organismo de acreditação, signatário de um
4943acordo de reconhecimento mútuo, do qual o INMETRO faça parte. É a questão
4944da BPL, que aí seria outra certificação aceita. Mas, é só para lembrar que
4945existe esse destaque e depois nós incluímos ele na questão, na discussão da
4946redação. Por favor.

4947

4948

4949**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
4950No primeiro momento isso ia sair só com o caput, que tinha que ser acreditado
4951até porque está se reproduzindo, daí foram algumas intervenções até alguém
4952falar em nome da situação em Minas que é assim, nos Estados têm lá vários
4953laboratórios em processo de acreditação. Então, alguns ainda na conseguiram,
4954mas já fazemos a análise de acordo com o processo que é homologado pelo
4955INMETRO, ou seja, seria aí admitir por um período a situação intermediária
4956vigente. Essa foi a ideia de colocar esse Parágrafo aí.

4957

4958

4959**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) – O Parágrafo**
4960**Único?**

4961

4962

4963**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) – É.**
4964**O Parágrafo Único.**

4965

4966

4967**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Mas eu acho que
4968não há objeção, pelo que eu entendi do MMA, me corrige, não há objeção ao
4969Parágrafo Único, é só redação do Art. 3, é só destaque para depois nós
4970incorporamos a contribuição do Ministério. Bom, agora vamos então, eu não sei
4971se tem mais alguns destaque nos artigos que compõem capítulo três. Está todo
4972o capítulo. Eu só estou aqui, estou salientando. De qualquer forma a Comissão
4973que for fazer a sistematização vai ter que reler os pedidos de vista e considerar
4974as contribuições que de lá vieram. Capítulo 4, das responsabilidades: são de
4975responsabilidade... Art. 17º. São de responsabilidade do gerador do resíduo:
4976Inciso I: realizar a análises laboratoriais dos resíduos utilizados como matéria-
4977prima para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados
4978como insumo agrícola de aplicação no solo. De acordo com os procedimentos
4979dessa Resolução, a cada alteração do processo produtivo que gerou o resíduo
4980e conforme a periodicidade estabelecida pelo órgão ambiental competente;
4981Inciso II: Destinar diretamente para a indústria de micronutrientes, somente
4982aquele resíduo autorizado pelo órgão ambiental competente. Observados os

4983 demais instrumentos normativos que dispõem sobre a inspeção e fiscalização
4984 da produção e do comércio de fertilizantes, destinados à agricultura. Inciso III:
4985 Manter registro atualizado da origem, movimentação e destinação de cada
4986 resíduo utilizado à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.

4987

4988

4989 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Essa aí eu destaco também para uma discussão
4990 até de inclusão enfim de aprofundamento.

4991

4992

4993 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então art. 17º dá
4994 uma pintadinha de amarelo. Art. 18... A Resolução amarela e vermelha não
4995 sobrou branca é que menos tem. Art. 18, o nosso trabalho vai ser grande.

4996

4997

4998 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
4999 Só tem dois vermelhos até agora, eu posso te dizer sendo todo importante que
5000 só tem dois vermelhos, amarelo nós resolvemos assim. Com o pé nas costas.
5001 O meu otimismo é baseado em um forte realismo.

5002

5003

5004 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Art. 18: são de
5005 responsabilidade da indústria de micronutrientes que utilizam resíduos de
5006 outras atividades industriais como matéria-prima. Inciso I, observar os
5007 instrumentos normativos que dispõem-se sobre a inspeção e fiscalização da
5008 produção e do comércio de fertilizantes destinados a agricultura. II, utilizar
5009 somente resíduos autorizados pelo órgão ambiental competente. III, manter o
5010 registro e documentos fiscais comprobatórios da aquisição, recebimento e
5011 utilizado de todos os lotes do resíduo, à disposição da fiscalização dos órgãos
5012 competentes. IV, garantir que as matérias-primas atendam aos requisitos da
5013 qualidade definidos pela regulamentação em vigor. V, segregar no local de
5014 estocagem as matérias-primas recebidas de diferentes fontes e proceder a
5015 devida identificação dos lotes. VI, garantir a rastreabilidade de todas as
5016 matérias-primas, inclusive através dos mapas de produção. VII, não efetuar
5017 misturas de diferentes resíduos para fins de diluição como forma de
5018 beneficiamento ou tratamento. Amarelo para o 18. Art. 19, são
5019 responsabilidades do órgão ambiental.

5020

5021

5022 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5023 Verificar se as empresas geradoras de resíduos fabricantes de micronutrientes
5024 estão com o sistema de gestão ambiental e grifa gestão que realmente tem que
5025 isso aí foi em termo que saiu, viu Zuleica, alguém sugeriu, ninguém discutiu a
5026 fundo. Devidamente implantadas de maneira a prevenir e de controlar os
5027 impasses causados em seu processamento aos compartimentos ambientais,
5028 incluindo, solo, ar, águas, superficiais e subterrâneas. II, verificar se as
5029 empresas geradoras de resíduos de fabricantes de micronutrientes estão com
5030 os planos de gerenciamento de resíduos devidamente implementados. III,
5031 avaliar e aprovar a utilização de resíduo como fornecedor de micronutrientes de
5032 acordo com os critérios estabelecidos nessa Resolução. IV, inspecionar

5033 periodicamente as empresas geradoras de resíduo, fabricante de
5034 micronutrientes para avaliar as condições, de novo questão e gestão e
5035 gerenciamento de resíduos, mas nós acertamos, realizar o controle da
5036 movimentação de resíduos aprovados como fornecedores de micronutrientes
5037 suspender autorização formal referido no IX, isso aí precisa melhorar, no caso
5038 de não seja verificado o cumprimento de alguma coisa. Aplicar demais sanções
5039 e penalidades legais pertinentes... tem mais alguma coisa? Marca o VI aí.

5040

5041

5042 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu vou pedir que
5043 marque todo o artigo. Eu quero até fazer uma observação, eu acho que os arts.
5044 17, 18 e 19 são artigos que têm o risco inerente na hora que você começa a
5045 detalhar o que é responsabilidade desse ou daquele. Porque alguns na
5046 aplicação da norma podem falar o seguinte, podem interpretar isso de uma
5047 forma incorreta e trazer dificuldades para a aplicação delas. Algumas coisas
5048 que estão descritas aqui já estão atribuições dos órgãos ambientais e já são
5049 responsabilidades dos geradores e do receptor o resíduo por outras legislações
5050 já em vigor. Eu até entendo o cuidado o que Grupo de Trabalho teve ao elencar
5051 todas essas responsabilidades durante a discussão dessa matéria porque
5052 realmente é um assunto que merece que seja cercado de todos os cuidados
5053 possíveis. Ao meu modo de ver, esses artigos têm mais correlação com
5054 procedimentos do que com responsabilidades propriamente dita. Então, eles
5055 poderiam ser adequados dentro dos critérios de autorização dos procedimentos
5056 gerais para a aplicação desse uso que nós estamos pretendendo sem ficar
5057 elencando o que é responsabilidade de fulano e de cicrano. E uma coisa que
5058 eu senti falta é a responsabilidade do transportador, que é um ente que faz
5059 parte dessa cadeia. A minha sugestão é que haja uma revisão nesse sentido.

5060

5061

5062 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5063 Então, nós podemos rever o que fere o que não fere, mas como eu te falei,
5064 realmente a ideia é assim, aqueles que conhecem a fundo como uma coisa
5065 rolava na prática, fizeram o máximo para colocar tudo aí para dizer não olha,
5066 gente, nós estamos dizendo para o órgão tudo que ele vai fazer. Não dá para
5067 dizer que ele não sabe o que fazer e não tem competência para fiscalizar, você
5068 entendeu? Nós podemos passar um pente fino nas palavras para não dar esse
5069 significado da palavra gestão, responsabilidade, mas a ideia é ressaltar o que
5070 precisa ter esses controles porque nem sempre o órgão faz o controle da
5071 movimentação, mas eu queria chamar a sua atenção para uma coisa, dentre os
5072 instrumentos de política nacional de resíduos, tem lá o sistema declaratório.
5073 Então, eu entendo, por exemplo, do Estado de São Paulo, muitos Estados
5074 estão se movimentando para fazer seus planos estaduais de resíduos... seus
5075 planos municipais e o sistema declaratório é previsto. No Estado de São Paulo
5076 nós estamos discutindo quais são os seus resíduos prioritários para o sistema
5077 declaratório, porque nós não vamos conseguir embarcar todos. O
5078 entendimento é se o cara vai por o resíduo dele para fazer micronutriente, vai
5079 para o solo com todos esses riscos, todas essas coisas pelo amor de Deus que
5080 nós vimos que é o outro lado que questionam, ele tem que fazer parte de um
5081 sistema declaratório controlado de uma maneira mais rigorosa. Ou seja, é um
5082 destaque mesmo, você entendeu? O Estado, você vai ter resíduo fazendo

5083 parte de fabricação de nutriente, você tem que fazer essas coisas, muito
5084 embora possa ser um pressuposto que ele tem que fazer, nesse caso com
5085 certeza ele tem que fazer. Foi essa a ideia. Eu entendo que vai ter outra
5086 reunião eu acho que a partir dessa leitura que nós fizemos, todo mundo
5087 enxergou mais ou menos isso como um todo, juntando prós e contra de todas
5088 as partes, agora nós vamos poder refletir e encaminhar melhor. Acabou a
5089 leitura. Esse anexo, gente, de eu acho que é assim, tem uma sequência
5090 primeiro nós vamos decidir se vai aceitar ou não algum limite. Aceitado nós
5091 partimos do entendimento, mas não tem nada aí muito exotérico é só fazer um
5092 pouco de exercício de raciocínio que vai entender. É só uma lista. A tabelinha.
5093 Nós colocamos o modelo aí porque não chegamos ao consenso por não
5094 chegamos ao consenso da valoração do parâmetro, tanto ao modelo
5095 explicitado, parâmetro por parâmetro, qual tem o consenso e qual não tem o
5096 consenso. Abrimos o cálculo para enxergar o dissenso, que no caso seria o
5097 dissenso entre órgãos ambientais e setor produtivo.

5098

5099

5100 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Muito bem, nós
5101 estamos precisamos encaminhar. Nós temos duas alternativas, são 17h15
5102 agora, nós começamos a discutir eu não sei qual é o ânimo de vocês para
5103 continuar essa reunião amanhã ou não.

5104

5105

5106 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5107 Eu sugeriria continuar amanhã porque é tão complicado, agora está todo
5108 mundo cansado nós vamos resolver coisas que depois lá na frente vão ser
5109 questionadas de novo.

5110

5111

5112 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Vejam bem, o
5113 que nós vamos deliberar agora seria forma de encaminhamento. Não é
5114 discussão. Eu submeto a vocês, por favor, me ajudem a tomar essa decisão.
5115 Então, eu submeto a vocês a ideia de todo jeito vamos começar agora, mas a
5116 questão é continuamos amanhã o encaminhamento, vamos discutir
5117 rapidamente encaminhamento. E deixar essa discussão...

5118

5119

5120 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Boa parte do texto foi
5121 marcado em amarelo. Eu acho que isso é uma parte mais tranquila de ser
5122 arredondada, mas como é que nós vamos fazer aqui na Câmara? Não? Então,
5123 como é que vai ser feito? Vai criar uma comissão? Por aí nós poderíamos
5124 trabalhar.

5125

5126

5127 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Deixa-me dar
5128 uma arredondada nas possibilidades do encaminhamento. Uma seria nós
5129 nomearmos uma Comissão de sistematização para pegar essas questões
5130 amarelas e arredondá-las, digamos assim. Essa seria uma possibilidade, uma
5131 Comissão de sistematização, de redação e etc.. E propor, isso seria uma
5132 possibilidade e aí propor para as questões em vermelho uma metodologia para

5133descascar o abacaxi mais pesado, que aí não é só uma questão de redação. A
5134alternativa que está na proposta do PROAM é a retornar para o Grupo de
5135Trabalho do jeito que está, com amarelo, com vermelho, permanece
5136alternativa, mas era essa proposta que estava lá no pedido de vistas e tudo
5137para o Grupo de Trabalho e retomar as discussões dentro do Grupo de
5138Trabalho. A ideia do Alfredo era de que só retornasse para o Grupo de
5139Trabalho com uma demanda específica. Então, poderia se pensar em bom
5140vamos arredondar o amarelo fora do Grupo de Trabalho, vermelho dentro do
5141Grupo de Trabalho?

5142

5143

5144**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

5145Resolver o amarelo parte do pressuposto de resolver vermelho, porque senão
5146vai ficar sempre pendente.

5147

5148

5149**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** Resolver o
5150vermelho, na nossa opinião, deveria ser um Grupo de Trabalho. E aí a
5151sistematização nem precisaria nomear uma outra Comissão, os próprios
5152integrantes fariam a sistematização.

5153

5154

5155**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) -** Se eu estou
5156entendendo, a diferença é a inversão de prioridades, vamos discutir primeiro o
5157vermelho e depois o amarelo é mais simples.

5158

5159

5160**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG) -** Eu entendo que
5161nós poderíamos avançar um pouco mais na discussão desses pontos
5162vermelhos aí vocês estão dizendo, denominando amanhã. Eu acho que nós
5163temos subsídio para isso para poder discutir um pouquinho mais se realmente
5164há necessidade de se aprofundar essa discussão num outro Grupo de Trabalho
5165mais uma vez que eu acho que seria pouco produtivo porque todas as
5166discussões não vão avançar, já foram esgotadas, eu acho que essa batata
5167quente vai ficar na mão desta Câmara mesmo e a partir de um consenso ou
5168não, a votação, nós partiríamos para a consolidação do texto numa Comissão
5169porque também acho muito mais fácil do que retornar isso ao um Grupo de
5170Trabalho para consolidar um texto que em tese já foi extremamente no Grupo
5171de Trabalho. Eu acho que o conceito da norma é válido, que está precisando é
5172ultrapassar essa dúvida com relação ao estabelecimento dos limites, digamos
5173assim, e os acertos formais na redação para torná-la mais clara e de mais fácil
5174aplicação.

5175

5176

5177**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

5178Veja, Márcio, a retomada ao Grupo de Trabalho, esses dois vermelhos, nós
5179precisamos enxergar isso. Um dos vermelhos, que é aquela questão, que se
5180pode ter alguma concentração de inorgânica ou não parte do pressuposto que
5181tem condições de ter algum tratamento para eliminá-la. Se isso aparecer de
5182alguma maneira nesse Grupo de Trabalho, nós avançamos. Se não aparecer

5183 nós não avançamos nada. O outro, que na minha opinião, dos órgãos
5184 ambientais não se supera porque entra naquele mérito de que o resto das
5185 outras resoluções? Os órgãos estão tendo condições de fiscalizar ou não
5186 estão. Então, não sei, eu acho retornar ao Grupo de Trabalho só se fosse
5187 assim uma discussão seminário alguma coisa que é possível tratar. Esgota,
5188 não possível tratar. Então não implanta isso nos próximos seis meses, um ano
5189 sei lá o que. Então, dá esse decide, tem Resolução desse jeito ou não tem
5190 Resolução. Na minha visão é isso. Porque o que nós vimos é lógico nós
5191 fizemos um debate que foi um dia só sobre essa questão do tratamento, isso
5192 eu acho que poderia ser pronunciado, mas não em um Grupo de Trabalho que
5193 vai estender para seis meses. Um seminário, um grupo que ia discutir
5194 especificamente um tempo limitado.

5195

5196

5197 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu acho que essa
5198 pergunta que você coloca, Alfredo, existe tratamento? Nenhum Grupo de
5199 Trabalho, nenhuma Câmara vai esgotar esse tema, vai conseguir responder
5200 essa questão. Eu acho que o interessado em reutilizar o resíduo para essa
5201 finalidade é que tem que demonstrar se existe tratamento ou não.

5202

5203

5204 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5205 Nós estamos dizendo assim, veja, uma coisa é nós só vamos aceitar se não
5206 tiver concentração nenhuma, que significa não detectável desses inorgânicos,
5207 e dos resíduos legíveis também não ocorrem. Então, se não tem um tratamento
5208 para eliminar totalmente, nem os legíveis elencados a princípio não vão poder
5209 ir. O que significa que ainda não tem Resolução. Não é aquele tratamento para
5210 enquadrar alguém.

5211

5212

5213 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Sim é para
5214 remover os contaminantes, não é isso?

5215

5216

5217 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5218 Porque o princípio essa Resolução só vai se não tiver concentração não
5219 detectável.

5220

5221

5222 **A SR^a. ZULEICA CHIACHI TORQUETTI (GOV MG)** – Pois é, mas eu acho que
5223 no início da reunião foi comentado aqui é que é importante que haja uma regra
5224 para que nós possamos aplicá-la na prática porque a regra sozinha não vai dar
5225 conta de esgotar todas as dúvidas que nós temos. Então, para mim isso já não
5226 é uma dúvida mais. Eu estou partindo do pressuposto que o Grupo de Trabalho
5227 foi composto por pessoas com capacidade conhecimento técnico para discutir
5228 o assunto, já chegou no melhor ponto que poderia se chegar. Não entendo que
5229 isso é mais um empecilho para que possamos avançar na discussão dessa
5230 minuta.

5231

5232

5233**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Eu não sei se
5234nós estamos tendo clareza em relação ao que o Alfredo está colocando. É que
5235um dos pontos vermelhos é destacado pelo Planeta Verde e pela saúde é
5236contaminantes inorgânicos que não sejam de interesse para a agricultura
5237devam estar ausentes. Então, eles teriam para o resíduo ser utilizado resíduos
5238os resíduos elegíveis têm teores desses contaminantes. Para que eles
5239pudessem ser utilizados teriam que ser completamente removidos antes de
5240serem utilizados. E aí que entra essa discussão, quer dizer, temos tecnologias
5241para isso, cabe discutir se tem tecnologia ou não, precisa ser eliminado
5242completamente pode se aceitar um teor aceitável de presença desses
5243contaminantes. Que teor é esse? Esse é o ponto vermelho. Se eu fui fiel aqui
5244ao impasse. Então, é o grande ponto vermelho é basicamente, atualmente dois
5245Conselheiros ou duas entidades aqui representadas entendem, a saúde não
5246está aqui agora para falar, mas eu estou entendendo que é esse o
5247posicionamento dela que está escrito. Entendem que para se utilizar um
5248resíduo como micronutriente não pode ter contaminante inorgânico que não
5249seja de interesse para a agricultura. Esse é o ponto.

5250

5251

5252**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Em vários
5253momentos do Grupo de Trabalho, salvo engano já foi admitida a existência de
5254tecnologias para remoção. A questão é que foi justificada também que essas
5255tecnologias são economicamente inviáveis para a indústria. É essa a questão.
5256Então, se vai admitir que exista efetivamente uma tecnologia para remoção?
5257Admitida, nós insistimos efetivamente. Tem que remover. E aí vamos deixar a
5258exemplo do que está sendo dito em relação aos órgãos ambientais e estaduais
5259ou municipais, eles que se adaptem. É nesse sentido.

5260

5261

5262**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Essa visão é uma
5263visão que destoa de outras resoluções em relação, por exemplo, à área em
5264relação, à água nunca se adotou esse tipo de critério porque tecnologias para
5265remover 100% de DBO existe, mas ninguém remove 100% de DBO. Só para
5266dar um exemplo bem banal assim. O problema é o ponto de corte. O que deve
5267se discutir aqui é o ponto de corte da Resolução.

5268

5269

5270**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5271Posso fazer uma sugestão? Fazer um novo GT vai vir pessoas abertamente.
5272Fazer um seminário aberto não vai resolver. Posso falar o que eu acho? Eu
5273acho que a responsabilidade é aqui na Câmara. Se os Conselheiros ou a
5274Câmara acha que não tem condições suficientes, o que poderia fazer sugerir é
5275marcar uma discussão específica desse ponto na Câmara. Daí cada um
5276desses representantes traria alguém falar por eles. Mostrar porque é aceitável
5277terem até determinadas concentrações no solo, porque não pode, porque eu
5278tenho desconfiança, porque eu tenho risco. E delibera. Sinceramente não vejo
5279fruto de evoluir assim a curto prazo num Grupo de Trabalho aberto.

5280

5281

5282 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Concordo com a posição do
5283 Governo de São Paulo, eu acho que seria interessante até porque o ponto
5284 central, uma vez esgotada esse ponto, os demais pontos eu acho que nós
5285 conseguimos resolver com mais tranquilidade. O posicionamento é favorável à
5286 posição do Governo de São Paulo.

5287

5288

5289 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Eu acho que um
5290 primeiro ponto que nós podemos discutir é Grupo de Trabalho ou Câmara
5291 Técnica. Eu acho que isso nós podemos deliberar agora, e depois pensar em
5292 um outro qual seria o formato para descascar o vermelho.

5293

5294

5295 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5296 Sabe por que estou falando isso? Eu acompanho essa discussão, quando você
5297 abre vem vários especialistas de solo da área agrícola, seja o que for, que
5298 mostra existe e aí vem alguns da saúde cheio de dúvida e efetivamente existe
5299 um risco que. Então, o que eu acho importante? Eu acho que é importante
5300 cada um daqui desse Conselho trazer alguém que ele reputa, esse cara é bom
5301 entende e está na linha do que eu penso e ele vem aqui falar na Câmara. Por
5302 quê? Porque isso já rolou esse debate no encontro técnico, já rolou na
5303 depuração e no redebate do encontro técnico e já rolou em dois mandatos de
5304 Grupo de Trabalho e não se concluiu. Não se concluiu gente, porque quando
5305 abre vem alguém e fala bonito, vem outro e fala bonito, mas e aí. Você
5306 entendeu.

5307

5308

5309 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Esses temas não
5310 foram discutidos com produtividade no Grupo de Trabalho. A remoção de
5311 poluentes não foi discutido profundamente.

5312

5313

5314 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5315 Mas não foi por conta dessa linha, quem estava lá afirma que isso não é
5316 possível na prática. Da mesma maneira de que quem disse que, mas ele pode
5317 ter porque já está em outro lugar ou está no solo, veio e formou
5318 categoricamente, você percebe que eu estou falando, pode até ser discutido,
5319 mas o fórum não pode ficar tão aberto se não vem cada um e fala o que quer,
5320 depois o GT volta daqui a seis meses trazer para a Câmara de novo. Pode ser
5321 que evoluiu, mas pode ser que não.

5322

5323

5324 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu estou
5325 achando que há uma propensão dos Conselheiros, eu acho muito de trazer
5326 para si a responsabilidade dessa decisão. Trazer para essa Câmara Técnica e
5327 não remeter ao Grupo de Trabalho. Pergunto há consenso em relação a isso?
5328 Podemos encaminhar no sentido de que esta Câmara Técnica vá resolver
5329 essas questões em vermelho e depois discutir de que forma?

5330

5331

5332 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Específica para
5333 pontos específicos.

5334

5335

5336 **A SR^a. ZULEICA CHIACHI TORQUETTI (GOV MG)** – Como entidade
5337 representante da Sociedade Civil eu tenho dificuldade em trazer essa
5338 responsabilidade. Defendo também o Grupo de Trabalho.

5339

5340

5341 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5342 Eu vou na mesma linha também, dessa dificuldade. Grupo de Trabalho.

5343

5344

5345 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5346 Bom, eu acho o que Grupo de Trabalho só vai mais subsídios para que a
5347 Câmara tente decidir numa próxima ocasião. Então, eu acho que nós
5348 poderíamos tentar deliberar na Câmara.

5349

5350

5351 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Eu ouvindo aqui
5352 meus pares do Ibama que participaram do Grupo de Trabalho, sou favorável a
5353 decidir esse assunto na Câmara.

5354

5355

5356 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI a decisão na
5357 Câmara Técnica.

5358

5359

5360 **A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Eu acho que a
5361 decisão tem que ser tomada pela Câmara.

5362

5363

5364 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos**
5365 **Transportes)** - Eu vou deixar para o Márcio decidir ir vou me abster. Na
5366 verdade, não tenho subsídios, sinceramente.

5367

5368

5369 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Vamos tentar o
5370 seguinte. Então, assim se eu entendi, bem o nosso impasse é em relação, pelo
5371 menos a maior parte dos Conselheiros que se manifestaram em relação ao GT
5372 é no sentido de não se sentirem seguros para tomar a decisão aqui na Câmara
5373 Técnica. Nós podemos buscar a segurança independente de ter normalmente
5374 formalmente um Grupo de Trabalho. Nós podemos ir na linha do que o Alfredo
5375 está propondo e fazer uma reunião como se um Grupo de Trabalho fosse com
5376 participação de especialistas porque o Grupo de Trabalho, na verdade, são
5377 especialistas. Nós aqui necessariamente não o somos. E fazer então, o que
5378 nós podemos promover é uma reunião de especialistas na linha do que o
5379 Alfredo estava propondo e com a nossa participação, que aí eu acho que é
5380 essa seria a diferença, seria a diferença em relação ao Grupo de Trabalho puro
5381 seria uma reunião de um Grupo de Trabalho, mas assim grupo de especialistas

5382 indicados pelos Conselheiros e naturalmente, e com uma participação dos
5383 membros de Câmara Técnica, para que nós possamos buscar a segurança
5384 para tomada de decisão ou pelo menos para um posicionamento. Eu estou só
5385 invertendo assim. De novo, eu vou ser claro, não é um Grupo de Trabalho no
5386 sentido explícito. Mas, como Grupo de Trabalho é uma instância do Conama
5387 que reúne especialistas num determinado assunto, nós faríamos não um Grupo
5388 de Trabalho, mas uma reunião de especialista indicados pelos membros da
5389 Câmara Técnica e numa reunião de Câmara Técnica, com a presença dos...
5390 pode ser uma reunião extraordinária, tem que conversar com DConama para
5391 ver se é possível fazer isso. Temos datas e etc.. Faríamos uma reunião
5392 seminário aí de trabalho com a apresentação dos especialistas aí nós
5393 invertemos um pouco, os membros da Câmara Técnica são ouvintes e dá
5394 palavra os especialistas. E ao final da reunião, nós, se houver tempo
5395 discutimos, se não houver tempo, remetemos para uma reunião posterior.
5396 Naquela linha proposta pelo Dr. Lutti, primeiro vamos resolver vermelho e só
5397 então resolvido o vermelho, vamos discutir o amarelo. Eu acho que nós
5398 avançamos em termos de encaminhamento. Não sei se há consenso em
5399 relação a esta proposta ou se porque também ficar numa situação da cinco a
5400 quatro é ruim tomar decisão assim. Eu acho que nós temos que buscar o
5401 consenso aqui em relação a essas propostas. Bom, nesse caso, a nossa
5402 reunião vai acabar hoje porque não vejo como nós a prorrogamos para
5403 amanhã e aí nós só teríamos que agora discutir um pouco como é que nós
5404 encaminhamos essa indicação dos especialistas e o dia.

5405

5406

5407 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Uma questão de
5408 ordem, ela não votou ainda.

5409

5410

5411 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Ela se absteve.

5412

5413

5414 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Então, você está
5415 propondo uma outra forma.

5416

5417

5418 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ela se absteve e
5419 consequentemente a votação foi favorável à Câmara Técnica, deu quatro a
5420 três.

5421

5422

5423 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Você está
5424 propondo agora uma...?

5425

5426

5427 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Deixa-me só
5428 explicar, como ganhou a Câmara Técnica, mas eu entendo que uma votação
5429 quatro a três, o que eu estou tentando aqui apesar de ter ganhado a Câmara
5430 Técnica, estou tentando contemplar o desejo daqueles que foram derrotados
5431 na votação. Eu estou tentando não deixar uma decisão quatro a três, porque eu

5432acho que a decisão quatro a três não é desejável aqui para nós. Não é uma
5433decisão que deva se levar muito a sério porque isso é empate técnico. Vamos
5434tentar contemplar as duas propostas. É isso que eu estou tentando aqui para
5435buscar uma decisão mais consensuada, buscar mais consenso eu vou tentar
5436sempre fazer isso aqui. Eu sei que, às vezes, não vai dar. No que pese isso
5437levar mais tempo, nos desgastar mais e etc. e tal, mas em nome do... até
5438porque assim nós somos representantes, é complicado. O nós não estamos
5439aqui falando em nome pessoal. Então, nós temos uma responsabilidade maior
5440aqui. Nós precisaríamos inicialmente duas decisões, uma que depende aí mais
5441do DConama era marcar uma data. É complicado. O que eu estava propondo é
5442que não fosse uma reunião ordinária, e sim uma reunião extraordinária com
5443caráter específico de..., mas a Câmara é mais adiante. Eu estou brincando aqui
5444com essa história, gente, janeiro nós vamos ter que cavar um dia aqui para
5445resolver. A minha proposta é aquela semana, duas alternativas, ou a semana
5446de 14 a 18 de maio, que é duas semanas antes da Plenária. A Plenária 29 não
5447é isso? Seriam duas semanas antes, quer dizer, uma semana de intervalo
5448entre a nossa reunião e a da Plenária. Seria nessa semana de 14 a 18 de
5449maio. 30 e 31. Ou então só depois da Plenária que aí nós já nos remetermos
5450para junho aí poderia ser na primeira semana de junho ou na segunda semana
5451de junho. Essa semana qual? Vamos tentar fazer um esforço, eu consulto as
5452entidades aqui em relação ao chamamento dos seus especialistas aí. Se esta
5453data de 14 a 18 de maio é muito em cima para conseguir.

5454

5455

5456**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**

5457Eu acho que é em cima porque nós temos que pensar em quem vai vir.

5458

5459

5460**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) -** Assim sendo, só
5461nos resta a primeira semana de junto.

5462

5463

5464**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) -** Eu acho que já que
5465vamos tentar um meio termo nisso, fazer uma coisa, uma atabalhoada também
5466não vai trazer muito... Então, atrasar um pouco mais enfim que tenha mais
5467tranquilidade, as pessoas têm uma série do compromisso em junho, você acha
5468que muito mais do que nós, está com cabeça mais tranquila para...

5469

5470

5471**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) -** Propõe uma
5472data, por favor. Nós precisamos ter um horizonte.

5473

5474

5475**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
5476Primeira semana de julho quem não vai poder estar aqui sou eu.

5477

5478

5479**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) -** Nem eu, estarei
5480de férias. Segunda eu estou.

5481

5482

5483(*Discussões de data para a próxima reunião.*)

5484

5485

5486**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Para mim pode
5487ser 26 e 27 de junho. A sugestão da Zuleica, submeto à apreciação de vocês,
5488nós fazemos 26 e 27 de junho, sendo 26 o seminário e 27 a reunião
5489extraordinária de Câmara. Na verdade os dois ideia é Reunião Extraordinária,
5490mas no primeiro dia seria só a apresentação de especialista e no dia seguinte a
5491reunião da Câmara.

5492

5493

5494**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Eu acho que
5495precisaria esperar a indicação de quantos especialistas vão ser indicados. E
5496um tempo que seja adequado para o tema. Aqueles 20.

5497

5498

5499**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Nós temos aqui
550010 Conselheiros. Eu acho que se nós delimitarmos o número de especialistas
5501por Conselheiro nós chegamos a um número de técnicos e aí se pensa num
5502tempo de apresentação e casa isso dentro do dia.

5503

5504

5505**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
5506Eu sugiro nós pensarmos que tipo de especialista em que também?

5507

5508

5509**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Isso tudo nós
5510desenhamos porque eu acho que também que não há dificuldade nisso. Eu só
5511estou pensando assim de nós delimitando, algumas coisas, delimitamos a data,
5512beleza. Que tempo, delimitamos que um dia será um dia de apresentações.
5513Perfeito. Quanto tempo de apresentação para cada um, quer dizer, o razoável
5514de uma apresentação é meia hora, 20 minutos. Não pode passar muito disso.
5515Aí vem questão, especialista de que para compor o seminário, nós vamos ter
5516que fazer uma proposta de temática. Quem sabe nós recorreremos à ajuda ao
5517nosso universitário Alfredo aqui para sugerir...

5518

5519

5520**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo) –**
5521Nós podemos tentar adotar aqui mais ou menos o mesmo modelo que foi para
5522propor o encontro técnico. Eu acho, assim teria que vir alguém da área da
5523agricultura para mostrar, deixar claro essa questão que já ocorre no que se
5524aplica hoje, que ocorre no solo e etc., etc.. Então, da área da agricultura, algum
5525especialista de solo. Fazer um panorama que nós não estamos aqui
5526autorizando algo que é super novo e vem impactar além do que poderia hoje já
5527estar impactando. Essa é a missão da agricultura porque desde que eu
5528entendo, o Ministério da Agricultura. Não adianta vir aqui alguém, eu acho que
5529tinha que vir alguém do Ministério da Agricultura ou ligado a ele porque, senão
5530para ter um... Embrapa algum órgão oficial. Alguém ligada a essa geração de
5531resíduos e a possibilidade de tratamento e processamento de resíduos nessa

5532linha porque isso foi uma coisa que nós não evoluímos muito, o que foi dito
5533hoje nós já concentramos os metais que interessam, não tem o que fazer
5534porque não interessa. Então isso é fundamental.

5535

5536

5537**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Eu estou vendo
5538que essa discussão dos técnicos já está remetendo direto a valores de
5539referência. Ninguém falou aqui entre...

5540

5541

5542**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5543Nós não estamos remetendo nós estamos trazendo pessoas dos vários lados
5544para nós...

5545

5546

5547**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Nós precisamos
5548trazer também técnicos para dizer é possível retirar.

5549

5550

5551**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5552Mas isso que eu estou falando.

5553

5554

5555**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Remover da
5556agricultura, alguém conhece a tecnologia da remoção?

5557

5558

5559**A SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - Só um aviso aqui
5560para vocês, a ABES foi convidada, nós estamos participando, na primeira
5561semana de abril do FAT, que é a maior feira de tecnologia de meio ambiente
5562em um grupo que está indo para a Alemanha. Eu me comprometo com os
5563senhores a buscar, nós estamos indo numa parceria com algumas entidades, a
5564Alemanha é especialista na utilização desse resíduo no solo, eu me
5565comprometo, durante esta semana, eu vou trazer e eu vou consultar os nomes
5566para poder mandar para vocês com sugestão. Eu mando para o *mailing list*
5567para vocês como sugestão e eles têm hoje muito interesse desse convite, a
5568ABES com relação ao interesse que eles têm de demonstrar essas tecnologias
5569ambientais que estão utilizando. Então, eu me comprometo a buscar e pelo
5570menos fazer a referência para vocês.

5571

5572

5573**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - A Célia e nossa
5574representante da Alemanha, especialmente enviada.

5575

5576

5577**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5578Eu posso ver também na CETESB que nós temos assim alguns convênios,
5579alguns contatos com entidades ambientais de outros países, tentar ver se nós
5580conseguimos trazer alguém de outro País aqui para, mas isso é uma coisa que
5581eu estou falando aqui, mas eu não tenho mandato para decidir que vamos

5582trazer. Podemos falar junto com o vice-presidente. Tentar convencer de que é
5583importante. Acho que teria que ter alguém da área da saúde para falar. Mas,
5584sei lá se nós pusermos alguém mais ligados ao paciente, ele vai ver com uma
5585posição, se ficar mais ligado ao meio ambiente. Talvez pusesse os dois eu não
5586sei.

5587

5588

5589**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Eu acho que
5590essa questão da saúde, a saúde aqui vai se posicionar em relação a quê? A
5591saúde do trabalhador que vai lidar com só isso, que eu vejo. Não porque não é
5592saúde que cuida disso é o MAPA. Controle de alimentos é o MAPA. A saúde
5593faz, a ANVISA faz um teor de agrotóxicos nos alimento. Aí. Então, vejam assim
5594o que eu fico um pouco, gente que atua na área ambiental fica um pouco
5595assustado porque nós estamos sendo tão criterioso no negócio que é
5596micronutriente que vai se misturar. Muito pior é a questão de agrotóxico, muito
5597pior. Não precisa nem falar, porque eu sou coordenador da área que registra
5598agrotóxicos. Com esse negócio toda hora. Eu só acho assim que também não
5599adianta nós abirmos demais esse leque porque senão nós vamos para a
5600estratosfera. Eu acho que é importante que nós tenhamos alguém da
5601agricultura do ponto de vista do que é a regulamentação, inclusive em relação
5602aos nutrientes que vão em muito maior quantidade que nós não
5603regulamentamos sobre isso e que tem problemas ambientais muito mais sérios
5604mas eu acho que é muito mais interessante eles trazerem a uma visão deles
5605porque eles são os reguladores, são e eles que aprovam hoje o uso fertilizante,
5606mas ninguém ao contrário dos agrotóxicos que passam pela saúde, meio
5607ambiente e agricultura, os fertilizantes passam só pela agricultura e pronto. A
5608ração animal é a mesma coisa, mais sério ainda. Então, vamos nos restringir a
5609nossa temática, que já não é pouca, senão nós vamos enlouquecer aqui.
5610Então, a minha sugestão é que nós tragamos alguém efetivamente de
5611regulamentação dessa questão de fertilizante e EMBRAPA, pode trazer alguém
5612da EMBRAPA pela questão do solo. Depois nós foquemos nessa questão do
5613tratamento que eu acho que essa um ponto importante para nós dirirmos
5614dúvida ou pelo menos ter mais claro quais são as possibilidades que nós temos
5615hoje de remoção completa desses poluentes, desses contaminantes entende
5616que há dúvida em relação ao manter teor ou não ter teor nenhum detectável e
5617não sei o que mais sobra fora três esses temas aí. Tem algum outro?

5618

5619

5620**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5621Falo da saúde porque é um dos que se manifestou que só aceita se retirar e as
5622dúvidas são de risco a saúde. Então, por isso que eu falo, de repente eles
5623tragam alguém para falar ou calem-se para sempre. Mais nessa linha. Não sei.

5624

5625

5626**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - e tem discussão
5627sobre valores de referência, não é? Valores orientadores que não trazem risco
5628à saúde humana como é que você vai deixar de fora a Saúde?

5629

5630

5631 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Por favor, eu vou
5632 passar a palavra para o Adriano aqui fazer um sumário do que ficou.

5633

5634

5635 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Se eu entendi bem 26 e 27,
5636 26 o seminário e 27 uma reunião extraordinária e as indicações serão
5637 encaminhadas pelo Governo de São Paulo, também pelo Governo do
5638 Ministério da saúde com relação ao foco e risco à saúde, regulamentação dos
5639 processos na agricultura, o Ibama pode realizar contato o Ibama e o MMA
5640 com MAPA e com Embrapa e especialistas em processamento e geração a
5641 CNI, a ABES encaminhará uma lista de referência de pesquisadores sobre o
5642 assunto, e o Edmilson comentou sobre a possibilidade de indicação de
5643 especialista da SRHU, que confeccionaram o plano nacional, que o MMA
5644 poderá contatar. Em princípio isso.

5645

5646

5647 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Agora eu acho
5648 importante nós, aquela história que eu estava falando antes, eu acho
5649 importante nós focarmos na questão da saúde especificamente me preocupa.
5650 Não dá para vir aqui, alguém teorizar sobre o efeito do arsênio na saúde. Não,
5651 com os teores que nós estamos propondo aqui qual é o risco que há nessa
5652 história é uma questão focada e direcionada, quer dizer, o limite que nós
5653 estamos propondo aqui ele traz risco à saúde? Essa é a questão. Eu acho que
5654 em todos os casos, vejam bem, se nós queremos remover o vermelho da
5655 nossa dúvida aí eu acho que a questão fundamental é admissível que haja
5656 um teor, primeiro ponto. Esse teor proposto, o teor que nós estamos propondo
5657 aqui dá alguma segurança ou ele traz uma insegurança muito grande? Ou o
5658 outro extremo que não é admissível que haja...

5659

5660

5661 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Eu acho que a
5662 premissa primeiro é possível remover tudo? Não é possível.

5663

5664

5665 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Desculpe Dr.
5666 Lutti, mas esse se não existe em nenhuma legislação ambiental de nenhum
5667 outro meio. Eu não sei porque nós devemos adotá-lo em relação ao solo.
5668 Porque na água não é assim, no ar não é assim.

5669

5670

5671 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Por uma razão
5672 muito simples, primeiro porque nós estamos discutindo solo. Segundo, porque
5673 na água ele tem condições de recuperar, no ar tem condições de recuperar, no
5674 solo não tem condições de recuperar, é acumulado. Não é cumulativo como é
5675 você vai tratar o solo depois?

5676

5677

5678 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O solo tem uma
5679 série de processos, aliás o solo é o que tem mais capacidade de recuperação
5680 mais do que água e mais do que ar.

5681

5682

5683 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Para metais
5684 pesados?

5685

5686

5687 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Para metais
5688 pesados eles têm os seus processos também, de lixiviação. Há processos
5689 também. A questão que nós estamos temos que discutir, desculpa, mas eu
5690 acho assim, nós não podemos partir da premissa, eu acho que a única coisa
5691 que eu discuto é o seguinte, essa premissa que se pode tem que remover
5692 100% isso não existe em nenhum processo. Nenhum processo. O processo
5693 que a questão que sempre se coloca é qual é o limite, qual é a necessidade
5694 que nós temos de remoção. Porque remover 100% eu posso sempre
5695 teoricamente, posso sempre. Agora eu preciso a água de abastecimento, por
5696 exemplo, eu trato essa água para beber até quando? Até os limites que a
5697 portaria estabelece. Eu posso tratar mais? Posso. Por que eu não trato mais?
5698 Porque não preciso, aquilo ali já é suficiente para não causar mal à saúde. Eu
5699 não preciso tratar disso. Esse é o princípio que norteia todas as nossas ações
5700 seja na área de, saúde seja na área de meio ambiente, seja na área de
5701 alimento, não vejo porque para micronutriente que nós vamos utilizar em
5702 condições mínimas dentro de uma história do solo, eu tenho que ser mais
5703 rigoroso do que com alimento. Eu não removo 100% dos resíduos que eu
5704 tenho no alimento de agrotóxicos para comer. Por que eu tenho que remover
5705 de teores de metais, desculpa, pode ser ignorância minha.

5706

5707

5708 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Então, aquela
5709 colocação que eu fiz um pouquinho antes, nós já estamos direcionando para os
5710 valores da referência os valores de controle enfim.

5711

5712

5713 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - A não ser que
5714 nós sejamos convencidos de que é necessário remover 100%. Se houver
5715 argumentos de saúde e de meio ambiente que nos digam eu não posso ter
5716 traços de metais aqui desses metais que estão aí, eu vou votar a favor, se eu
5717 for convencidos pelos especialistas disso. Agora há que haver de saúde
5718 pública, a razão não pode ser possível. Desculpa, mas essa questão é possível
5719 nós não usamos em nenhuma área do conhecimento humano, por que nós
5720 vamos usar aqui. Nós usamos no princípio da precaução. Uso no princípio de
5721 precaução se eu tenho desconhecimento e é isso que nós estamos tentando
5722 esclarecer aqui. Se nós temos desconhecimento ou não. Se nós tivermos
5723 desconhecimento ou não. Se nós tivermos desconhecimento, na ausência de
5724 conhecimento eu adoto o princípio da precaução. Na presença do
5725 conhecimento não há porque, vou me precaver do quê? Desculpa, se alguém
5726 tem o direito de discordar da mim, mas eu estou dando a minha visão.

5727

5728

5729 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Você está
5730 aprofundando uma discussão que eu não estão nem levando, tentando discutir

5731com você porque eu acho que esse não é o momento de discutirmos isso. eu
5732só estou achando estranho, ou seja, já está preestabelecendo uma discussão
5733de valores de concentração.

5734

5735

5736**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Não
5737absolutamente, o que eu estou dizendo aqui, o foco que nós deveremos dar ao
5738nosso seminário. O nosso seminário deve abordar quais são os limites, se é
5739que há limites, em que eu posso aceitar a presença de metais? Se nós
5740chegarmos a conclusão de que não é possível que haja limites, beleza não
5741tenho segurança em relação aos limites, aí eu adoto o princípio da precaução
5742não tem problema nenhum. Não estou descartando a possibilidade trazida pelo
5743Planeta Verde e pela saúde, diga-se de passagem que se remova 100%
5744desses produtos. Eu não estou dizendo nada ao contrário disso. Eu só estou
5745dizendo que o limite para nós decidirmos se vamos remover 100% ou não, não
5746é a existência da tecnologia, é a necessidade de retirar ou não para segurança
5747da saúde do meio ambiente. Não estou dizendo nenhum absurdo aqui ou
5748estou?

5749

5750

5751**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5752Mas de qualquer maneira nós vamos tentar aproveitar isso para sondar um
5753pouco mais na linha da tecnologia também. Está previsto aqui.

5754

5755

5756**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Mas, a tecnologia
5757é no limite do necessário, gente, não vou gastar pessoa física ora como se diz.
5758Por que eu vou fazer isso? Eu não faço nem com água de abastecimento
5759público, por que eu vou fazer isso com resíduo?

5760

5761

5762**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5763Só como sugestão, por conta das indicações que nós poderemos fazer
5764contatos para que nós tenhamos as indicações oficializadas, mas nós
5765precisamos ter um prazo anterior e que nós possamos ter as indicações
5766oficializadas com prazo de antecedência de no mínimo 15 dias e que as
5767apresentações também venham com essa antecedência. A sugestão é de que
5768se não for feita essa oficialização e essa antecedência encaminhada da
5769indicação, que nós não tratemos isso na Câmara Técnica porque nós usamos
5770isso como regra para as reuniões de acordo com o Regimento e não vai ser
5771diferente por isso. Então, até para ter a preocupação da indicação prévia e da
5772apresentação prévia também encaminhada que seria 11 de junho. Então. Mas
5773de qualquer forma nós fazemos o contato oficial ou pelo menos em contato por
5774e-mail para que nós solicitemos com antecedência.

5775

5776

5777**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Adriano tem isso
5778no Regimento no que caso de um seminário em consulta tenha que ser
5779apresentação escrita?

5780

5781

5782 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Sim. É uma reunião.

5783

5784

5785 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que o
5786 que Adriano está trazendo é uma necessidade do DConama de ter isso de
5787 maneira formal. Nós podemos discutir o prazo, se alguém achar que não é
5788 suficiente, discute-se outro.

5789

5790

5791 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Normalmente é o período
5792 que é útil para todos. O menor tempo fica difícil sempre tem esse tipo de
5793 reclamação. É o que é sugerido.

5794

5795

5796 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos**
5797 **Transportes)** - Eu gostaria de fazer uma sugestão, que até o final desse mês
5798 essas entidades que foram elencadas aqui possam fazer a indicação dos
5799 nomes para o DConama para que as providências possam ser tomadas. Nós
5800 temos vários eventos no mês de junho, temos um feriado e isso vai prejudicar
5801 um pouco o andamento aí da marcação da reunião da preparação da reunião.
5802 Eu acho que o final desse mês seria uma boa data.

5803

5804

5805 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Alguém discorda
5806 dessa proposta?

5807

5808

5809 **A SR^a. ZULEICA CHIACHI TORQUETTI (GOV MG)** – Eu discordo, eu solicito
5810 um prazo até o dia 10 de maio.

5811

5812

5813 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5814 Eu acho que até a segunda quinzena de maio para indicar o nome até 15 de
5815 junho para mandar a palestra, não está bom isso? 11 de junho pode ser.

5816

5817

5818 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Alguém discorda
5819 desse prazo aí?

5820

5821

5822 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5823 Só aproveitando, nós podemos uma dessas palestras para fazer uma
5824 apresentação daquele modelo que a CETESB sugeriu para calcular porque lá
5825 tem um monte de coisa que leva em consideração qualidade de solo,
5826 procedimento agrônômico, eu acho que aquilo ali, de alguma maneira
5827 organizaria um pouquinho o debate poderia ser um das apresentações aí.

5828

5829

5830 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Eu consulto
5831você porque na verdade o que o Alfredo está propondo já é uma discussão
5832dos valores.

5833

5834

5835 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5836Não é dos valores, mostrar o modelo só.

5837

5838

5839 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - É o modelo que
5840leva aos valores.

5841

5842

5843 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5844Porque eu estou falando que como que alguém vai enxergar que leva isso que
5845você falou? Que nós estamos propondo por tão pouco que não justifica se
5846preocupar. Aquele nosso modelo é que nós consideramos tão pouco. Só nessa
5847linha assim, porque ninguém enxerga o que é esse tão pouco, não sei. É uma
5848proposta que saiu de mostrar o pouco.

5849

5850

5851 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Aí é uma
5852questão de nós entendermos isso, quer dizer, eu estava entendendo que
5853primeiro, até fui acusado do contrário, mas não estou entendendo isso não
5854primeiro que nós vamos discutir se será tolerado teores, na verdade, são dois
5855pontos aí, primeiro será tolerado valores do metais que não têm interesse
5856agrônômico e segundo ponto é que valores são esses. Nessa linha do que
5857valores são esses justifica a preocupação do modelo.

5858

5859

5860 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5861Eu estou entendendo que quem vier ficará disponível.

5862

5863

5864 **SR^a. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (FEAM-MG)** - A pessoa fica à
5865disposição para dúvida.

5866

5867

5868 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Se eu entendi a
5869proposta da Zuleica é, numa escala para entrar em campo e se houver
5870necessidade, ele entra, ele fica de regra de três pode acontecer de não vir
5871algum especialista sobrar algum tempo, pode acontecer de algum conselheiro
5872querer conhecer nesse sentido.

5873

5874

5875 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5876Sabe por que eu estou falando isso? Não quero puxar sardinha do lado de
5877nada. Porque lá você vai enxergar que número de aplicações... Tudo isso fica
5878está equacionado lá. Está modelado lá. E é uma maneira de se enxergar o
5879quão pouco. É só nessa linha. Se não deixa também não...

5880

5881

5882 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não sei se está
5883 claro o que o Alfredo está dizendo é que eles chegaram à conclusão que o
5884 Grupo de Trabalho essa ala do Grupo de Trabalho que propõe um valor limite
5885 para esses metais chegou a esses valores limites aplicando um modelo que
5886 considera o que normalmente tem no solo, nos valores limites lá de
5887 contaminação do solo e o que é aplicado em termos de micronutrientes.

5888

5889

5890 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5891 Desconta o que não tem no solo e o que é aplicado em outras aplicações de
5892 fertilizante.

5893

5894

5895 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – O que eles andam
5896 a ideia da Zuleica, caminha previamente a todos que vão fazer a apresentação
5897 ou o modelo e fulano fica aqui se alguém tiver:

5898

5899

5900 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** – O
5901 modela norteia a discussão. Ela não fica totalmente vaga, abstrata.

5902

5903

5904 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Vamos nessa
5905 linha. Bom, eu tenho uma certa dúvida ainda se nós com esses especialistas
5906 quantos ficaram? Quantos especialistas nós temos aí? Quantos temas nós
5907 temos pelo menos? Pois é. Então, eu vou pedir... Então, gente nesses temas
5908 que estão propostos aqui, tem a indicação de entidade que vai indicar os
5909 especialistas. Então, eu pediria que se ativessem ao número de no máximo
5910 dois aí para não explodir esse negócio.

5911

5912

5913 **O SR. ADRIANO (Conama)** – Só para minha orientação, depois dos contatos e
5914 outras definições. Nós temos como data-limite o encaminhamento das
5915 palestras dia 11 de junho porque a data da reunião é 26 e 27 tanto as palestras
5916 e as indicações seriam encaminhadas até que data? 10 de maio. Eu pediria
5917 que essas indicações sejam encaminhadas para o e-mail do Conama. 11 de
5918 junho e 10 de maio as indicações. E que as indicações sejam encaminhadas
5919 pela entidade para o e-mail do Conama, conama@mma.gov.br

5920

5921

5922

5923 **A SRª. ZULEICA CHIACHI TORQUETTI (GOV MG)** – E como vão haver
5924 muitas indicações, eu acredito que talvez seja mais indicações do que seja
5925 viável pela. Mas, mesmo havendo duas por entidade, pode sobreposição de
5926 temas e assuntos, aí eu acho que cabe ao presidente da mesa verificar qual
5927 seria o formato mais produtivo do evento e aí trocar um pouco de e-mails com
5928 ideias para fechar e aqueles que forem fechados que vão participar do evento
5929 entregariam até junho as suas apresentações.

5930

5931

5932 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu pergunto por
5933 que não poderia ser essas apresentações nos dois dias? Tem que ser um dia
5934 só no dia seguinte tem que discutir?

5935

5936

5937 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - As apresentações visam
5938 nos dar certo nível segurança para tomar decisão e vai ser uma decisão
5939 política. Eu acho que eu entendi dessa maneira, de nós finalizarmos realmente
5940 os pontos de níveis e passar uma limpa no texto e fechá-lo. Eu estou
5941 entendendo dessa maneira. Caso contrário vamos marcar outra reunião para
5942 discutir essa questão de novo. Exatamente.

5943

5944

5945 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo de São Paulo)** –
5946 Se nós nessa reunião chegar à conclusão, a resolução vai ser nessa linha, daí
5947 fica uma outra para os amarelos, mas uma coisa que...

5948

5949

5950 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Aí se pode
5951 encaminhar na reunião uma... a questão é a seguinte, eu acho que a grande
5952 discutir que se está tendo aqui é qual é o nível de segurança que nós
5953 precisamos para tomar uma decisão. Porque a decisão é sempre uma decisão
5954 política e nós somos um fórum político, nós não estamos aqui apesar de ser
5955 uma Câmara Técnica, a representação dela aqui é política ela tem aqui uma
5956 composição que procura espelhar a composição do Conama. E o que se
5957 discute é o nível de segurança técnica para tomar decisão, que nós todos
5958 estamos sentindo que precisamos. Então, a dúvida levantada pelo Planeta
5959 Verde é será que um dia é suficiente para nos dar essa segurança? Mais ou
5960 menos isso.

5961

5962

5963 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Não é só questão
5964 de segurança é porque está já está discutindo olha vamos dar meia hora, 40
5965 minutos, 20 minutos. E aí fica uma coisa até no meu ponto de vista uma
5966 questão tão seria, tão complexa, chamar um técnico vir a Brasília para falar 20
5967 minutos só nesse sentido.

5968

5969

5970 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Só lembrando
5971 que nós estamos com dois anos não sei quantos meses de Grupo de Trabalho
5972 já. Não estamos assim gerando uma Resolução do nada. A única necessidade
5973 que nos leva a fazer isso, que eu até fui aqui de certa forma questionado em
5974 relação porque nós não tomávamos logo a decisão e exatamente o fato de ter
5975 Conselheiros novos, teve gente que não acompanhou isso e etc., mas mesmo
5976 eu particularmente como Conselheiro novo, eu me valho dos meus
5977 representantes que participaram do Grupo de Trabalho e além de confiar no
5978 trabalho que foi feito pelo Grupo de Trabalho. Nós temos que dar esse aval
5979 também a quem já trabalhou bastante nesse processo. Por isso que eu digo

5980que é uma questão de segurança, quer dizer, naturalmente como o voto será
5981pessoal, é necessário que nós nos sintamos em condições de dar esse voto.
5982Hoje nós tivemos claro que pelo menos a metade da Câmara ainda não está
5983segura para trazer para si essa tomada de decisão. Eu acho que nós vamos
5984para o seminário com essa dúvida. Será que ao final de um dia de discussão
5985com todas essas limitações, poucos consultores e meia hora para cada um e
5986etc., teremos condições de tomar decisão? Essa é uma decisão que nós vamos
5987ter que tomar lá. Pode ser que nós terminemos o seminário e diga olha gente o
5988buraco realmente é mais embaixo, não vai dá. Esqueçam do seguinte, nós
5989sempre temos a prerrogativa de dizer olha, não temos condições de decidir
5990adota-se outro caminho. Não temos problema em relação a isso. Aí eu torno a
5991dizer, não temos que apressar nada de afogadilho de fazer as coisas
5992atabalhoadamente. Não é essa a ideia. Mas, também nós não podemos ficar
5993retomando um processo já que está há dois anos e meio, o meu pessoal aqui
5994que participou do Grupo de Trabalho disse que não volta para o Grupo de
5995Trabalho, não tenho mais condições de outro Grupo de Trabalho, por isso que
5996eu me posicionei por trazer esse assunto para a Câmara Técnica para poupá-
5997los um pouco porque se tiver grupos de trabalho são eles que vão. São os
5998técnicos da área que vão. Se a posição deles que participaram é não precisa
5999voltar eu acompanho a decisão deles. Naturalmente cada um de nós tem a sua
6000representação e as suas posições. Bom, gente, eu queria destacar o seguinte,
6001em que pese todas as nossas discordâncias aqui, eu acho nós devemos
6002manter esse máximo respeito aí ao contraditório, que é salutar para esta
6003Câmara cumprir sua missão. Eu acho que nós avançamos na discussão e nas
6004propostas de encaminhamento. Talvez ainda não se chegue a um bom termo,
6005mas considero que avançamos. Eu abro a palavra para quem quiser fazer
6006alguma manifestação final aí.

6007

6008

6009**O SR. ADRIANO (Conama)** – Só também para nivelar porque nas anotações
6010aqui talvez tenha uma sobreposição ou superposição com relação aos temas.
6011Ficamos com tratamento ou remoção, risco à saúde e regulação na agricultura.
6012Algum outro específico? O Planeta Verde realizará a indicação, mas pode ser
6013que sejam diversas desses tremas temas aqui. Então, eu tenho aqui tratamento
6014ou remoção um, risco à saúde dois e regulação na agricultura três. Solo e
6015fertilizante. E solo agrícola e fertilizante.

6016

6017

6018**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** - Agradeço a
6019presença de todos vamos para a próxima.